

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Claire Gomes dos Santos

**UMA AVALIAÇÃO DO ACESSO À QUALIDADE DE VIDA
DOS MORADORES DOS BAIROS RUBEM BERTA E
MOINHOS DE VENTO, EM PORTO ALEGRE/RS**

**Porto Alegre
2006**

Claire Gomes dos Santos

**UMA AVALIAÇÃO DO ACESSO À QUALIDADE DE VIDA
DOS MORADORES DOS BAIROS RUBEM BERTA E
MOINHOS DE VENTO, EM PORTO ALEGRE/RS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração / Orientador: Luis Roque Klering.

**Porto Alegre
2006**

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer às pessoas e às instituições que, direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho:

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ter continuado a me proporcionar ensino gratuito e de ótima qualidade após a graduação, tendo consciência de que essa circunstância é restrita a apenas uma pequena parcela da sociedade;

À CAPES, a quem sou grata por ter me proporcionado uma bolsa de estudos;

Ao curso de Pós-Graduação em Administração;

Ao professor Luis Roque Klering, que sempre confiou na temática deste trabalho;

Às associações de moradores dos bairros Rubem Berta (AMORB) e Moinhos de Vento (Moinhos Vive) pela confiança em mim depositada, como também pela paciência em responder às entrevistas necessárias a este trabalho, durante a pesquisa de campo;

Aos colegas do PPGA, que sempre me apoiaram nos momentos difíceis do curso;

E, finalmente, à minha família e ao meu namorado, Luciano, pela confiança e pela presença constante.

RESUMO

De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado no ano de 2000 (PMPA, 2004a, 2004b), existem grandes disparidades socioeconômicas entre os bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento, em Porto Alegre/RS. Como exemplo, o rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio nos bairros referidos, captados em 2000, foi de 29,33 salários mínimos no bairro Moinhos de Vento e de 4,05 salários mínimos no bairro Rubem Berta. Inicialmente, elege-se o quesito renda para, então, partir-se em busca de dimensões mais abrangentes em termos de qualidade de vida. Objetiva-se verificar o acesso à qualidade de vida dos habitantes dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento realizando-se um estudo comparativo entre os dois bairros pesquisados, por meio da Abordagem da Capacitação e, mais especificamente, das capacitações centrais de Martha Nussbaum (2000), como também sob a impressão dos próprios sujeitos estudados. Discute-se também a possibilidade do enfoque da capacitação contribuir para a elaboração e avaliação de programas sociais. Uma pesquisa de campo caracteriza o tipo de estudo. O método de investigação é a análise interpretativa, fundamentada em entrevistas baseadas nas dez capacitações centrais de Nussbaum (2000), bem como nos métodos comparativo e observacional casual. As entrevistas foram realizadas junto a membros das associações de moradores dos bairros Rubem Berta (Associação Comunitária de Moradores do Conjunto Residencial Rubem Berta - AMORB) e Moinhos de Vento (Moinhos Vive). Como resultados, a pesquisa apresenta alguns elementos que levam a crer que seis blocos temáticos (dos dez abordados) sintetizam as maiores preocupações dos moradores do bairro Rubem Berta (saúde; violência; nutrição e habitação; planejamento familiar; educação, cultura e diversão; e meio ambiente), e que dois blocos temáticos (violência e meio-ambiente) constituem as maiores preocupações do bairro Moinhos de Vento.

Palavras-chave: Qualidade de vida; abordagem da capacitação; capacitações centrais de Martha Nussbaum; políticas públicas.

ABSTRACT

In accordance with the Demographic Census made by the Geography and Statistics Brazilian Institut (IBGE) in 2000 (PMPA, 2004a, 2004b), there exist huge socioeconomic inequalities between the districts of Rubem Berta and Moinhos de Vento, in Porto Alegre/RS. For exemple, the monthly income average of the responsible persons for the houses in those districts was 29,33 minimum salaries in the district of Moinhos de Vento and 4,05 minimum salaries in the district of Rubem Berta. First of all, this work uses income data, and then follows more comprehensible dimensions in respect to quality of life. Its main objective is to verify the districts of Rubem Berta and Moinhos de Vento inhabitants access to quality of life, making a comparative study between both researched districts using the Capability Approach and, more specifically, Martha Nussbaum's (2000) central capabilities, in the same way that the impression of the people interviewed. The possibility of a contribution from the capability approach to the elaboration and evaluation of social programs is also discussed. A field research characterizes the study. The method is the interpretative analysis, consolidated in interviews based on Nussbaum's ten central capabilities, as well as in the comparative and fortuitous observational methods. The interviews were made with members of the district of Rubem Berta association (Communitary Association of the District of Rubem Berta Inhabitants - AMORB) and with members of the district of Moinhos de Vento association (Moinhos Vive). As results, the research presents some elements that show six subject blocks (from the ten studied) that summarize the district of Rubem Berta inhabitants greatest preoccupations (health; violence; nourishment and dwelling; familiar planning; education, culture and diversion; and environment), and two subject blocks (violence and environment) that are the district of Moinhos de Vento inhabitants greatest preoccupations.

Key-words: Quality of life; Sen's and Nussbaum's Capability Approach; Nussbaum's central capabilities; policies.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Organização por blocos temáticos dos dados coletados nas entrevistas junto às associações dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento.....	87
QUADRO 02 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Vida).....	130
QUADRO 03 - Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Saúde Física).....	131
QUADRO 04 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Integridade Física).....	134
QUADRO 05 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Sentidos, Imaginação e Pensamento).....	137
QUADRO 06 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Emoções).....	140
QUADRO 07 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Razão Prática).....	142
QUADRO 08 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Afiliação).....	143
QUADRO 09 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Outras Espécies).....	146
QUADRO 10 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Diversão).....	147
QUADRO 11 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Controle sobre o ambiente).....	149

LISTA DE SIGLAS

AMORB: Associação Comunitária de Moradores do Conjunto Residencial Rubem Berta

ASCORB: Associação dos Comerciantes do Bairro Rubem Berta

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

COHAB: Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul

FEE: Fundação de Economia e Estatística

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INSTRODI: Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integral

ONG: Organização Não-Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PIB: Produto Interno Bruto

PMPA: Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA: Plano Plurianual

SASE: Serviço de Atendimento Socioeducativo da AMORB

SEC: Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul

SUS: Sistema Único de Saúde

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

	RESUMO.....	04
	ABSTRACT.....	05
	LISTA DE QUADROS.....	06
	LISTA DE SIGLAS.....	07
	INTRODUÇÃO.....	10
1	UMA INTRODUÇÃO À ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES DE SEN E NUSSBAUM.....	14
1.1	AS DIFERENTES FORMAS DE ENTENDER DESENVOLVIMENTO.....	14
1.2	CONCEITOS E TEORIAS RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	20
1.2.1	Capacitação, Funcionamento e Intitlamento.....	20
1.2.2	Bem-Estar, Qualidade de Vida e Felicidade.....	22
1.2.3	Teorias sobre Bem-Estar e Fundamentos da Justiça.....	24
1.2.3.1	Utilitarismo.....	24
1.2.3.2	Teoria da justiça rawlsiana.....	26
1.2.3.3	Libertarismo.....	28
1.3	A ABORDAGEM DA CAPACITAÇÃO.....	30
1.3.1	Concepções Teóricas Importantes para a Abordagem da Capacitação.....	38
1.3.1.1	A contribuição de Aristóteles.....	38
1.3.1.2	A contribuição de Adam Smith.....	39
1.3.1.3	A contribuição de Karl Marx.....	41
1.3.2	Diferenças nos enfoques de Amartya Sen e Martha Nussbaum.....	42
1.4	AS CAPACITAÇÕES CENTRAIS DE NUSSBAUM.....	43
2	A ABORDAGEM DA CAPACITAÇÃO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS.....	49
2.1	ETAPAS DE ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS SOCIAIS.....	49
2.1.1	Políticas Públicas e Burocracia.....	56
2.2	CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL.....	58
2.3	ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO ENFOQUE DAS CAPACITAÇÕES.....	61
2.3.1	As Possibilidades da Escolha Social.....	62
2.3.2	A Base Informacional das Políticas Sociais.....	64
3	UMA TENTATIVA DE OPERACIONALIZAÇÃO DA ABORDAGEM DA CAPACITAÇÃO BASEADA EM NUSSBAUM E SEN.....	69
3.1	SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DA ABORDAGEM DA CAPACITAÇÃO.....	69
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PESQUISADA.....	71
3.3	TIPO DE ESTUDO E MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO.....	75

3.4	COLETA DOS DADOS.....	81
3.5	ANÁLISE DOS DADOS.....	83
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS: SOBRE O ACESSO À QUALIDADE DE VIDA NOS BAIROS RUBEM BERTA E MOINHOS DE VENTO.....	89
4.1	ANÁLISE INTERPRETATIVA REFERENTE AO BAIRRO RUBEM BERTA....	89
4.2	ANÁLISE INTERPRETATIVA REFERENTE AO BAIRRO MOINHOS DE VENTO.....	107
4.3	ANÁLISE INTERPRETATIVA CONJUNTA DOS BAIROS.....	129
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
5.1	PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES RELATIVAS AO ACESSO À QUALIDADE DE VIDA NOS BAIROS RUBEM BERTA E MOINHOS DE VENTO.....	152
5.2	CONCLUSÕES.....	160
	REFERÊNCIAS.....	166
	APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM MEMBROS DAS ASSOCIAÇÕES DOS BAIROS RUBEM BERTA E MOINHOS DE VENTO, EM PORTO ALEGRE/RS.....	172
	APÊNDICE B - RELATÓRIO REFERENTE À PESQUISA DE CAMPO.....	175

INTRODUÇÃO

Existem fortes disparidades socioeconômicas entre os bairros Moinhos de Vento e Rubem Berta, em Porto Alegre/RS. Com base no rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio nos bairros referidos, captados pelo Censo Demográfico realizado no ano de 2000 (PMPA, 2004a, 2004b) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmam-se os valores de 29,33 salários mínimos no Moinhos de Vento, contra apenas 4,05 salários mínimos no bairro Rubem Berta. A grande disparidade de renda entre esses bairros foi, assim, a motivação inicial desta dissertação.

Embora tratando-se o tema do desenvolvimento numa perspectiva mais pluralista, por meio da Abordagem da Capacitação, dever-se-ia eleger um critério para que, a partir dele, fosse possível ir em busca de dimensões mais abrangentes que caracterizassem os dois bairros, a fim de se realizar um estudo comparativo. Partiu-se, então, do argumento mais afeito aos estudos sobre desenvolvimento até a década de 1990 e, ainda hoje, muito utilizado e discutido: a *renda*.

Nesse sentido, a escolha dos bairros Rubem Berta e Moinhos e Vento se deu, inicialmente, em razão da grande disparidade de renda entre ambos, como também pela acessibilidade. Quando da decisão acerca de que bairros seriam estudados nesta dissertação, ocorreu uma palestra na Escola de Administração/UFRGS com um membro da organização não-governamental (ONG) Instrodí, que trabalha com um projeto de desenvolvimento para o bairro Rubem Berta (RAMADA, 2004), o que despertou o interesse em relação ao bairro em questão. Já o bairro Moinhos de Vento foi escolhido porque despontava (e ainda desponta) como um dos bairros de maior renda em Porto Alegre (PMPA, 2004a). O início da pesquisa, assim, dar-se-á a partir do indicador *renda*, que é um elemento claro de disparidade entre os bairros, indo em direção a aspectos conceituais mais ricos acerca do desenvolvimento.

Esta dissertação se baseia no enfoque do Desenvolvimento Humano e, essencialmente, na Abordagem da Capacitação de Amartya Sen (1988, 1999a, 2000, 2001a, 2001b) e Martha Nussbaum (1999, 2000). Quanto a estes dois autores, que servirão de fundamento para a montagem de uma estratégia de pesquisa junto aos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento,

Amartya Sen prestou assessoria técnica para a concepção de alguns índices junto às Nações Unidas, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Pobreza Humana (IPH), ambos constantes nos Relatórios de Desenvolvimento Humano elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Foi laureado em 1998 com o prêmio Nobel de Economia por teorizar economia e ética conjuntamente, contribuindo para as áreas da Economia do Bem-Estar e da Teoria da Escolha Social. Atualmente, é professor de Economia e Filosofia na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, e *Master* (reitor) do Trinity College, na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, já tendo presidido algumas associações nacionais e internacionais (*Econometric Society, American Economic Association, Indian Economic Association, International Economic Association* e, atualmente, preside a *Human Development and Capability Association*).

Martha Nussbaum é professora de Direito e Ética na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, e trabalhou durante certo período da década de 1990 com Sen. Para os autores, entender o desenvolvimento apenas com base na existência de uma realidade econômica privilegiada configura um retrato muito simplista, sendo necessária uma noção mais aberta e multidimensional de desenvolvimento. Seus enfoques sobre as capacitações são bastante semelhantes, e ambos realizam uma crítica ao utilitarismo. No entanto, objetivos diferentes os guiam nesse campo de discussão: enquanto Sen fez, ao longo de seus anos de pesquisa, uma escolha metodológica e filosófica pelas capacitações, ao trabalhar temas como pobreza e bem-estar, Nussbaum relacionou as capacitações a direitos imprescindíveis ao ser humano, que todos teriam razão para reivindicar.

A definição por realizar um trabalho focado somente em dois bairros de Porto Alegre visa oportunizar, a partir do referencial teórico explicitado neste trabalho, um debate mais amplo e ao mesmo tempo mais profundo sobre qualidade de vida, além de também propiciar um estudo comparativo. A relevância do presente estudo está no esforço a ser realizado, visando a captar diferentes indicadores sociais subjetivos, que os institutos de pesquisas usualmente não realizam em suas aferições e avaliações de qualidade de vida. Na pesquisa como um todo, e principalmente nas entrevistas a serem realizadas, serão investigadas questões socioeconômicas e culturais que afetam o acesso à qualidade de vida em cada bairro estudado (Moinhos de Vento e Rubem Berta). Nesse sentido é que se pretende dar forte enfoque à Abordagem da Capacitação de Amartya Sen e Martha Nussbaum, inclusive numa tentativa de ampliar ou abreviar a lista de capacitações centrais proposta por Nussbaum (1999,

2000), haja vista as peculiaridades intrínsecas à Porto Alegre, como também aos bairros estudados.

Toda a análise apresentada neste trabalho está relacionada ao seguinte problema de pesquisa: o acesso à qualidade de vida dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento, em Porto Alegre/RS, se dá a partir de uma ampla gama de indicadores no que diz respeito à qualidade de vida, ou não? Seguindo essa proposta, o objetivo geral da dissertação pode ser descrito como o de verificar o nível de acesso à qualidade de vida dos habitantes dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento, em Porto Alegre/RS, sob o enfoque da capacitação de Amartya Sen e Martha Nussbaum, como também sob a impressão dos próprios atores estudados.

Numa tentativa de encontrar uma resposta à questão referente ao problema de pesquisa, e visando a alcançar o objetivo geral proposto, a dissertação apresenta os seguintes objetivos específicos:

- a) apresentar a abordagem da capacitação, juntamente com conceitos-chave para o tema;
- b) investigar características sociais, históricas e econômicas relevantes acerca dos bairros Moinhos de Vento e Rubem Berta;
- c) identificar uma possibilidade de avaliação do acesso à qualidade de vida de pequenas populações (no presente caso, de bairros) através da aplicação de entrevistas baseadas na lista de Nussbaum;
- d) propor esta abordagem como subsídio à elaboração e à avaliação de programas sociais;
- e) sugerir acréscimos ou supressões à lista de Nussbaum de acordo com as impressões dos moradores dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento sobre o acesso de que dispõem à qualidade de vida.

Após alcançar os objetivos propostos, será possível verificar a ocorrência das situações identificadas nos três pressupostos da pesquisa discutidos na dissertação.

O primeiro pressuposto do trabalho leva a crer que o acesso à qualidade de vida dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento, em Porto Alegre/RS, se dá por vários caminhos,

sendo uma variada gama de indicadores sociais (capacitações) responsável pelo acesso à qualidade de vida.

O segundo pressuposto indica que podem haver algumas semelhanças nas necessidades e no bem-estar mais fundamental (capacitações) dos sujeitos dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento, isto é, os moradores de ambos os bairros poderão se preocupar com algumas capacitações em comum.

Por fim, a confirmação do último pressuposto indica que as entrevistas coletadas poderão servir de subsídio a um melhor entendimento das realidades de ambos os bairros, visto que haverá liberdade para os entrevistados citarem exemplos e sugestões.

Durante muito tempo, o acesso à qualidade de vida tem sido visto como algo unidimensional, ou seja, dependente de apenas um critério: a renda. O que se debate neste trabalho é uma possibilidade para se ir além da discussão teórica, uma vez que, atualmente, a abordagem da capacitação já possui uma boa aceitação por parte de muitos estudiosos. Partese, assim, em direção à experimentação de uma possibilidade operacional.

No primeiro capítulo, será apresentado o referencial teórico do trabalho, no qual se introduzirá a abordagem da capacitação de Sen e de Nussbaum. No segundo capítulo, será abordada uma possível contribuição da abordagem da capacitação para a elaboração e avaliação de programas sociais, como também questões relacionadas ao tema. No terceiro capítulo há a descrição das técnicas de investigação a serem utilizadas na pesquisa, como também do tipo de pesquisa, da coleta de dados, e do processo de análise das informações coletadas. No quarto capítulo se analisam os resultados auferidos ao longo da pesquisa. E, por fim, a quinta parte do trabalho foi reservada às conclusões.

1 UMA INTRODUÇÃO À ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES DE SEN E NUSSBAUM

A finalidade deste trabalho é avaliar o acesso à qualidade de vida das comunidades que compõem os bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento, em Porto Alegre. Assim, considera-se adequado trabalhar com a perspectiva teórica do Desenvolvimento Humano que, ao longo deste capítulo, terá alguns de seus pontos mais fundamentais apresentados e discutidos.

Em primeiro lugar, faz-se necessário apresentar algumas características essenciais que compõem o pano de fundo da abordagem, como também alguns conceitos, visto que são de suma importância para o entendimento do enfoque. Logo após, argumenta-se sobre a construção do enfoque da capacitação, seguida de uma discussão acerca da contribuição de Adam Smith, Karl Marx e Aristóteles para a teoria em questão. Por fim, são repassadas as diferenças mais fundamentais entre as concepções teóricas de Nussbaum e de Sen a respeito do enfoque da capacitação, culminando com a apresentação e a discussão de uma lista na qual estão presentes as capacitações consideradas essenciais por Nussbaum (1999, 2000), um ponto que será de grande proveito para a seqüência da dissertação, particularmente para o desenvolvimento da parte empírica do trabalho.

1.1 AS DIFERENTES FORMAS DE ENTENDER DESENVOLVIMENTO

É fato que o conceito de desenvolvimento, tal qual se tem notícia desde a reconstrução do período pós-guerra, sofreu diversos ajustes (SACHS, 2001). Srinivasan (1994) comenta que no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 1990), publicado pelas Nações Unidas, fazia-se menção a esse fato, lembrando que a questão principal naquele período pós-guerra era a criação de riqueza, e a distribuição de renda não era um ponto que chamasse grande atenção. Como justificativa por não tratarem dos assuntos ligados à distribuição de renda, isto é, para que não fosse visto como uma negligência por parte dos

formuladores de políticas públicas da época, fazia-se uso do argumento do “*trickle down*” (PNUD, 1990, p. 104). Ou seja, que ao haver crescimento econômico numa sociedade, haveria o gotejamento dessa riqueza para todas as camadas econômicas, incluindo as menos favorecidas. A analogia que se costuma fazer é a de uma onda que, ao passar, levantaria a todos, e não apenas os mais favorecidos.

O interesse desta dissertação, no entanto, encontra-se nas mudanças que ocorreram a partir do final da década de 1970, especificamente na década de 1990. Nessa década, o interesse por questões humanitárias, tais como redução da pobreza, satisfação das necessidades básicas, correção das desigualdades de renda e de bens, o cuidado referente ao aumento da insegurança e da exclusão social, direitos humanos, proteção ao meio-ambiente e a preocupação quanto ao regime político adotado pelas diversas nações, dentre tantos outros, passaram a despertar um maior interesse de organismos multilaterais, tais como Nações Unidas e Banco Mundial, como também de várias nações, dentre elas o Brasil.

Nesse sentido, uma perspectiva multidimensional de desenvolvimento parece ter dado lugar às preocupações vinculadas unicamente ao crescimento econômico. Mahbub ul Haq, economista paquistanês já falecido, muito contribuiu para essa mudança de mentalidade, tendo seu nome ligado à criação dos Relatórios de Desenvolvimento Humano, publicados anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir de 1990 (OLIVEIRA, 2003).

Apesar da grande quantidade de dados empíricos de muitas partes do mundo, o IDH, uma das medidas agregadas que constam nos Relatórios, é o que tem despertado mais a atenção pública. Ele tem como objetivo traduzir a nova concepção de desenvolvimento de uma maneira que também possa chamar a atenção do público. Isso é obtido sendo mais abrangente que o PIB *per capita*, mas com o mesmo nível de aproximação matemática, isto é, sendo uma medida agregada de valores, o que também possibilita comparações entre os países pesquisados. Dadas as grandes disparidades socioeconômicas e culturais entre os países pesquisados, como também o grau variável de coleta e organização de dados, optou-se por um índice mais sintético que, embora não abarcasse uma quantidade mais ampla de dimensões, espelhasse a realidade dos países em relação às variáveis que o compunham.

Nessa perspectiva que vai além do crescimento econômico, desenvolvimento tem relação direta com formas de justiça e ética, uma vez que existe a necessidade de eleição de

critérios que definam os focos de atenção das políticas sociais. Fazendo referência à ética, Aristóteles já discutia na Grécia Antiga (há aproximadamente 2.400 anos), principalmente em sua obra *Ética a Nicômaco* (ARISTÓTELES, 2004a) um tema que hoje é fundamental para o debate sobre desenvolvimento. Um enfoque mais amplo sobre desenvolvimento pressupõe que riqueza seja meio, e não fim para se alcançar a vida que se deseja (SEN, 1999a, 2000, 2001a). Dessa maneira, Sen corrobora Aristóteles (2004a) na medida em que este último (ARISTÓTELES, 2004a, p. 22) afirma que “a riqueza não é, obviamente, o bem que estamos procurando: trata-se de uma coisa útil, nada mais, e desejada no interesse de outra coisa”.

Ou seja, tanto em Aristóteles (2004a), quanto na perspectiva de desenvolvimento trabalhada nesta dissertação (a abordagem da capacitação), o interesse final recai sobre as possibilidades de escolha e as liberdades que as pessoas dispõem numa sociedade. Assim, a riqueza material não se constituiria, em si mesma, num objetivo final. Ela pode, sim, proporcionar uma gama de possibilidades para o alcance do bem-estar. Contudo, por si só, ela não teria validade alguma por não ter valor intrínseco. Daí se obtém uma conclusão necessária para esta dissertação: a de que crescimento não é sinônimo de desenvolvimento. Para este último, a presença da renda é condição necessária, mas não suficiente; já para crescimento, a renda seria condição também suficiente.

Apesar do florescimento de um maior interesse por questões vinculadas à qualidade de vida pelos organismos multilaterais, Streeten (2001) crê haver controvérsias nessas intenções. O autor comenta, por exemplo, que Muhammad Yunus — economista de Bangladesh e fundador do Grameen Bank, mais conhecido como “banqueiro dos pobres” — teria dito a Barber Conable, ex-presidente do Banco Mundial, durante um programa de televisão, que a simples contratação de economistas inteligentes não se traduziria, necessariamente, em ações em favor dos pobres. Ao mesmo tempo, Streeten (2001, p. 125) acredita que

a sorte dos pobres pode ser melhorada, mesmo que incidentalmente e como resultado dos efeitos colaterais das estratégias defendidas pelo Fundo [Monetário Internacional] e pelo Banco [Mundial], e, em alguns casos, sem que haja intenção explícita.

O autor, portanto, é da opinião de que esses organismos deveriam ajustar seu foco de atenção para objetivos mais claramente voltados aos necessitados, visto que ele crê ser menos provável que quaisquer outras estratégias que tencionem aos mesmos objetivos por vias mais ortodoxas (economicamente falando) tendam a alcançá-los. Ademais, por uma questão de

precedência, ele julga ser uma obrigação universal a redução da pobreza e a melhoria de vida dos mais necessitados, sobretudo por princípios éticos.

Um conceito de *desenvolvimento* que pode ser adotado neste trabalho, uma vez escolhida uma abordagem assentada sobre a teoria do desenvolvimento humano, diz o seguinte (SEN, 1988, p. 15):

Uma vez que desenvolvimento se preocupa com o alcance de uma vida melhor, o foco da análise do desenvolvimento deve incluir a natureza da vida que as pessoas têm a possibilidade de viver. As pessoas valorizam sua capacidade em fazer certas coisas e realizar certos tipos de “ser” (tal como ser bem nutrido, ser livre de morbidade evitável, ser livre para ir aonde desejar, e assim por diante). Esses “fazeres” (*doings*) e “seres” (*beings*) podem ser genericamente chamados por “funcionamentos” de uma pessoa. O bem-estar de uma pessoa pode ser visto como uma avaliação dos funcionamentos realizados por uma pessoa.

Também o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 1990) estabelece que desenvolvimento humano se define como “tanto o *processo* de ampliação das escolhas das pessoas quanto o *nível* de seu bem-estar alcançado” (PNUD, 1990, p. 9). Dessa maneira, conclui-se que *desenvolvimento*, a partir do referencial trabalhado e, especificamente, pelo enfoque do desenvolvimento como liberdade, traduz-se na realização dos variados funcionamentos que as pessoas valorizam em suas vidas, dando importância crucial à liberdade de escolha individual. Para que essa situação seja factível, deve-se levar em consideração não apenas a vontade de realização que as pessoas expressam em relação a esses funcionamentos, mas também a situação em que vivem e que as possibilita ou impede, nos mais variados graus, de chegar a seus objetivos.

É conveniente evidenciar brevemente a existência de conceitos de desenvolvimento semelhantes em algum grau ao apresentado. De acordo com Vidal, Farias e Moreira (2004), estaria havendo a emergência de experiências de *desenvolvimento social* (no qual há toda uma sustentação por parte de redes sociais locais) a partir do *empowerment*¹ comunitário. Dessa forma, os autores crêem que o sistema, ou o mercado, estaria passando por “mudanças silenciosas” em sua estrutura. Isto é, a cooperação, a idéia de mercado justo, a ascensão da economia solidária e a formação de associações de desenvolvimento local estariam dando fôlego cada vez maior a essas mudanças.

¹ Termo que tem sido traduzido para o português como “empoderamento”.

Como conceito de *desenvolvimento local* pode-se entender “o processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala, que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população” (VIDAL; FARIAS; MOREIRA, 2004, p. 2). Já a CEPAL (2002) coloca que, principalmente a partir da década de 1990, tem trabalhado com o conceito de *desenvolvimento integral*, concepção bastante parecida com a de desenvolvimento social, ou com a de desenvolvimento humano. E, finalmente, Sen (1988, 2000, 2001a, 2001b) veio contribuir nesse sentido, através de sua compreensão sobre o *desenvolvimento como liberdade*, com a Abordagem da Capacitação. Pode-se afirmar, assim, que o cerne do presente trabalho se assenta sobre o referencial teórico do *desenvolvimento humano*, evidenciando uma escolha pela vertente do *desenvolvimento como liberdade*, que trabalha com a abordagem da capacitação.

Numa sociedade capitalista, vista estritamente pela lente da ortodoxia econômica, não se espera cooperação entre os indivíduos, e sim a competição, um mercado livre (por essa perspectiva, essa seria a melhor forma de justiça²), economia de livre concorrência e, obviamente, não há necessidade de existirem associações de desenvolvimento local porque se entende que o crescimento econômico é a “alavanca” responsável pelo desenvolvimento, excluindo qualquer outro fator dessa incumbência.

Com efeito, de acordo com Smith (1981) uma sociedade capitalista no século XVIII se constituía basicamente de alguns elementos: “a divisão do trabalho, as classes sociais, a relação entre o valor e o trabalho para uma mercadoria, considerações sobre tributação” (SMITH, 1981, p. xiv). Pode-se ainda expandir e esclarecer um pouco mais o entendimento sobre a sociedade capitalista. Alicerçando-se em Marx (1988), pode-se afirmar que o capitalismo é um sistema em que os meios de produção são de propriedade privada de uma ou mais pessoas, e estas, por sua vez, são as mesmas que investem o capital. Os demais, os que não possuem o capital, vendem sua força de trabalho em troca de um salário. O proprietário dos meios de produção, também denominado capitalista, é quem contrata o trabalho de terceiros, que produzem as mercadorias que, depois de vendidas, recuperam o capital investido pelo capitalista obtendo um excedente — o lucro. Todas as trocas — compra dos fatores de produção e venda das mercadorias — são realizadas no mercado, onde se

² Rawls (1981) e Nozick (1991) discutem a relatividade do que se entende por justiça, dada a existência de diferentes teorias de justiça.

concretiza a oferta e a procura por bens e serviços. Seria, precisamente, essa exploração da força do trabalho que um dia haveria de levar à revolução social.

Por outro lado, ao se lidar com políticas e programas sociais, exige-se uma outra forma de entendimento de como devem ser atendidas as necessidades dos indivíduos, forma essa que vai além daquela que se realiza no âmbito do mercado (símbolo da sociedade capitalista). A própria Constituição Federal brasileira (CONSTITUIÇÃO, 2005) prevê como obrigação do Estado o provimento de condições satisfatórias para uma vida digna (embora seja reconhecido o não cumprimento de diversas dessas prerrogativas do povo, por motivos os mais diversos, incluindo-se entre estes o limite de recursos orçamentários direcionados às chamadas “áreas sociais” do governo), o que vai na contramão das ações do mercado. Isto é, há (ou deveria haver, de acordo com a Constituição brasileira) uma participação ativa do Estado em áreas nas quais a iniciativa privada não atuaria em razão dos agentes privados não considerarem economicamente rentável oferecer bens ou serviços (MANKIW, 2005).

O que Ricci (2003) discute, no entanto, inclui algumas mudanças no que tange ao papel do Estado e ao papel da sociedade civil atuais. Tratam-se de mudanças introduzidas pelo Plano Plurianual Federal (PPA) (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2000), que passou a ser obrigação de todos os três níveis de governo brasileiros com a Constituição de 1988, passando pela elaboração e o envio ao Poder Legislativo para que seja aprovado. O mais recente PPA se fez representar por meio de audiências públicas (denominadas “Consultas Públicas”) no ano de 2003 em todos os estados brasileiros, tendo essas audiências, por sua vez, como intuito maior, a discussão dos rumos do governo federal no que se refere ao período 2004-2007 (a regra estabelece a abrangência do segundo ano de cada governo até o primeiro ano do governo ulterior). No geral, serão colocados em pauta vinte e quatro metas englobadas em três grandes objetivos governamentais, que são: inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor de desigualdades sociais; e promoção e expansão da cidadania.

Em última análise, essas audiências públicas trazem consigo a possibilidade de descentralização do poder do Estado, acarretando processos de participação direta (e não apenas representativa) e “empoderamento³ político social” que, de acordo com Ricci (2003, p.

³ Termo que tem sido traduzido para o português a partir de “empowerment”.

1) seriam “marcas da inovação política deste início de século”. Em suma, a divisão entre governo, iniciativa privada e sociedade civil já não se apresenta de maneira tão manifesta como Marx (1988) ou Smith (1981) entendiam o tema em suas épocas, sendo a interlocução construída entre os participantes das consultas e o governo uma forma clara de expressar essas mudanças na atualidade.

1.2 CONCEITOS E TEORIAS RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Inicialmente, os conceitos mais fundamentais à teoria que dá corpo a este trabalho serão passados em revista a fim de que possam ser bem compreendidos no restante do texto. Após uma apresentação dos conceitos de capacitação, funcionamento e intitramento, imprescindíveis para a teoria da capacitação, uma discussão de cunho mais filosófico pretende colocar luz sobre semelhanças ou diferenças entre os termos *bem-estar*, *qualidade de vida* e *felicidade*. Em seguida, discutir-se-á a respeito de algumas teorias sobre bem-estar e fundamentos da justiça, demonstrando a relatividade desse tema e apontando a fragilidade referente às diferentes concepções teóricas.

1.2.1 Capacitação, Funcionamento e Intitramento

Existem alguns conceitos que merecem especial atenção na abordagem do desenvolvimento humano. Há três que devem ser melhor detalhados: os conceitos de funcionamento (*functioning*), de capacitação (*capability*) e de intitramento (*entitlement*). De acordo com Sen (2000, p. 95), o *funcionamento*

reflete as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio.

Já a *capacitação* de uma pessoa pode ser conceituada da seguinte forma:

consiste das combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a *capacitação* é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente exposto, a liberdade para ter estilos de vida diversos). Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamento quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente do da segunda (a primeira *pode* escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda).

A título de esclarecimento sobre a tradução do termo “*capability*” em artigos e trabalhos escritos na língua portuguesa, muitas vezes encontra-se “*capacidade*” ao invés de “*capacitação*”. Embora em Sen (2000, 2001a) tenha havido a tradução como “*capacidade*”, é largamente sabido entre os estudiosos do tema no Brasil que teria havido um erro de compreensão do termo em suas obras traduzidas para o português, sendo indicado o emprego do vocábulo *capacitação*.

E, finalmente, *entitlement*, originado do mesmo verbo latino que o termo em inglês (*intitulare*). Porém, é também um termo novo para a língua portuguesa, ganhando a denominação de *intitulamento* em Sen (2000, 2001a). Tem a seguinte interpretação (SEN, 2000, p. 53-54 – nota de rodapé):

O *entitlement* de uma pessoa é representado pelo conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa. (...) O conjunto do *entitlement* de uma pessoa é determinado pelo pacote original de bens que ela possui (denominado “*dotação*”) e pelos vários pacotes alternativos que ela pode adquirir, começando com cada *dotação* inicial, por meio de comércio e produção.

Aristóteles (2004a, 2004b) apresenta um ponto de vista que se assemelha muito à natureza da concepção dos conceitos de funcionamento e de *intitulamento* apresentados. Na abordagem da *capacitação* (SEN, 2000, 2001a), realizar funcionamentos dependeria da posse e do uso de bens. Os funcionamentos, então, podem ser vistos como fins (o que as pessoas desejam fazer ou ter), alcançados via *intitulamentos*, que seriam os meios pelos quais se daria a posse dos funcionamentos. Conforme Aristóteles (2004a) já havia exposto, afirmando que a riqueza não reflete os objetivos dos homens, sendo ela meio para a consecução de outras coisas, a abordagem da *capacitação* parece seguir seus passos na medida em que concilia a ética aristotélica à economia.

O esclarecimento dos conceitos que envolvem a abordagem trabalhada nesta dissertação se fez necessário por serem termos novos para a língua portuguesa, o que não necessariamente aumenta as dificuldades para o entendimento do enfoque de Sen e de Nussbaum. Sendo seus interesses de pesquisa temas complexos e subjetivos como, por exemplo, bem-estar, pobreza e desigualdade social, estes novos termos visam a abranger ao menos parte dessa riqueza conceitual.

1.2.2 Bem-Estar, Qualidade de Vida e Felicidade

Sen (1999a) esclarece que um dos problemas do utilitarismo é o estabelecimento de um critério de felicidade pouco aprofundado. Assim, a conceituação de *felicidade*, *bem-estar* e *qualidade de vida* podem vir a sofrer o problema de terem suas fronteiras mais ou menos claras entre si dependentemente da abordagem por meio da qual os termos sejam analisados. Embora se possa esclarecer nessa seção os conceitos de maneira “engessada” (fora do contexto do que pede a dissertação), na concepção teórica da abordagem da capacitação é possível, apesar da grande semelhança entre os termos (principalmente no que se refere a *bem-estar* e *qualidade de vida*, trazer à luz algumas diferenças importantes entre eles. Aristóteles (2004a), por exemplo, esclarece que a *felicidade* precisa ser durável para ser comparável ao supremo bem (bem estar, bem agir), e nunca efêmera. Já Sen (1999a, p. 62) critica o utilitarismo quando expõe sua opinião sobre a comparação entre felicidade e bem-estar:

bem-estar, em última análise, é uma questão de valoração e, embora a felicidade e a satisfação de desejos possam ser valiosas para o bem-estar da pessoa, não podem — sozinhas ou até mesmo juntas — refletir adequadamente o valor do bem-estar.

Portanto, para Sen (1999a, 2000, 2001a), *bem-estar* se reflete em termos da capacidade que as pessoas têm para realizar funcionamentos, o que diferencia felicidade de bem-estar (quando no utilitarismo seriam sinônimos). Já *qualidade de vida* pode ser identificada como uma expressão polissêmica, uma vez que pode implicar muitos sentidos. Ela pode se concentrar, por exemplo, “no modo como as pessoas vivem (talvez até mesmo nas escolhas que têm), e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem” (SEN, 2000, p. 39). Pode também ser entendida como sinônimo de *condições de vida*, muito disseminado na mídia em geral.

De acordo com a Stanford Encyclopedia of Philosophy (2004), o conceito de bem-estar geralmente está ligado à saúde. Porém, o uso filosófico do termo é bem mais amplo: tem relação com a noção de quão bem a vida das pessoas está se desenvolvendo. Melhor dizendo, é a “liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar” (SEN, 2000, p. 28). Pode ser conceituado, portanto, como o que *é* bom para essa pessoa, e não como o que *parece* bom na opinião dela. Bem-estar envolve a possibilidades que cercam as pessoas para a realização de uma vida melhor no futuro, quando qualidade de vida reflete o modo como se vive no presente. Saúde, portanto, é apenas uma faceta do bem-estar, e não ele como um todo. De forma adicional, pode-se dizer que saúde é efetivamente bom para todos, não é algo que possa se dizer que apenas parece bom na opinião de alguns.

Aludindo às facetas do conceito de bem-estar, há desdobramentos importantes quanto ao assunto, de forma que cabe apresentar da maneira mais clara as possibilidades de interpretação do tema, bem como a maneira como ela efetivamente será enfocada no presente trabalho. Primeiramente, o conceito de *bem-estar* pode muito freqüentemente, na filosofia, ser confundido com *felicidade*. Esta última, no entanto, geralmente é usada na linguagem do dia-a-dia, representando curtos períodos de vida, e ligada a contentamento. Sugden (1993, p. 1951) lembra que, “para Sen, ‘estar feliz’ (ou ‘experienciar prazer’) é somente um de muitos aspectos de ser ou estar [*being*] que são relevantes numa avaliação de bem-estar como um todo”.

Baseado em Aristóteles (2004a), bem-estar seria um tipo de valor algumas vezes chamado “valor prudencial”. Segundo Flyvjerg (2003), esse valor ligado à prudência, a bem da verdade, seria uma tradução mal feita a partir de Aristóteles. A palavra original a partir da qual se teria entendido *prudência* seria *phronesis*, termo bastante divulgado e trabalhado por Aristóteles, havendo uma forte vinculação deste com julgamento de valores e virtudes, e não necessariamente com prudência.

Conclui-se que o vínculo estreito existente entre julgamento de valores e bem-estar diz respeito às várias escolhas que podem ser feitas em relação ao modo de considerar o que é e o que não é bem-estar. Sen (2000) diz que comparações interpessoais de felicidade não podem ser feitas com grande precisão, mas as pessoas, no geral, não acham absurdo identificar pessoas menos felizes, que tenham mais privações, ou que sejam mais miseráveis que outras. Isto é, tudo é uma questão de julgamento de valores quando se aborda bem-estar, uma questão de opinião baseada em determinados critérios. Além do mais, deve-se salientar que os

princípios envolvidos no julgamento do que vem a ser bem-estar têm relação direta com o tipo de informação que é considerada, decisões essas que muitas vezes podem refletir perspectivas de justiça social bastante diferentes.

1.2.3 Teorias sobre Bem-Estar e Fundamentos da Justiça

Serão observadas com atenção nessa seção três das mais difundidas teorias de ética e justiça social: o *utilitarismo*, a *teoria da justiça rawlsiana* e o *libertarismo*. Ética e justiça social são temas diretamente relacionados ao estudo do desenvolvimento humano uma vez que a primeira trata, dentre tantas matérias, de como agir no intuito de se obter condições que levem a uma vida “feliz” (ARISTÓTELES, 2004a), isto é, ao bem-estar, enquanto a referência à justiça surge quando se lida com direitos individuais e Estado (NOZICK, 1991).

A seguir, será feita uma aproximação das teorias com suas vantagens e dificuldades teóricas características, contrárias ou afins ao ponto de vista defendido nesta dissertação, que traz como enfoque alternativo, na seqüência das três teorias morais e de justiça social apresentadas, a abordagem que enxerga nas capacitações individuais a liberdade: *a abordagem da capacitação*.

1.2.3.1 Utilitarismo

A primeira das três teorias mais difundidas de ética e justiça social a ser abordada neste trabalho é o *utilitarismo*. Seu preceito fundamental vem a ser a realização do somatório das *utilidades* (denominação de alguma medida de prazer ou felicidade) individuais de maneira a se perceber as conseqüências boas ou más de determinada ocorrência sob uma pessoa ou um grupo. Isto é, conforme Bentham (1989, p. 4),

o termo utilidade designa aquela propriedade existente em qualquer coisa, propriedade em virtude da qual o objeto tende a produzir ou proporcionar benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade (tudo isto, no caso presente, se reduz à mesma coisa), ou (o que novamente equivale à mesma coisa) a impedir que aconteça o dano, a dor, o mal, ou a infelicidade para a parte cujo interesse está em pauta; se esta parte for a comunidade em geral, tratar-se-á da felicidade da comunidade, ao passo

que, em se tratando de um indivíduo particular, estará em jogo a felicidade do mencionado indivíduo.

Alicerçado em Jeremy Bentham (1989) e, mais tarde, contando fortemente com os esforços dos discípulos James Mill e seu filho John Stuart Mill, dentre outros, o utilitarismo tem sido a teoria ética dominante mesmo antes do século XX. Seu desenvolvimento e afirmação se deu no último quartel do século XVIII e primeiro quartel do século XIX, tendo sido a maior obra teórica de Bentham, *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*, publicada em 1789.

Bentham teve sua formação marcada pelo estudo do Direito e, ao se dedicar a estudar a teoria do direito natural, opôs-se a ela apresentando como alternativa a teoria da utilidade. Acreditava que não havia razão para que um súdito fosse obediente a seu príncipe uma vez que não haveria como provar a existência de um contrato original entre ambos. E, mesmo que se pudesse provar, a natureza desse contrato deveria assegurar vantagens à sociedade, não sendo recomendável, portanto, que se dedicasse fidelidade ao príncipe em outras circunstâncias (Bentham, 1989).

Acreditou ao longo de toda sua vida no princípio da utilidade como um dogma, sem refletir mais profundamente sobre sua base teórica como o fez com a teoria do direito natural. Nem por isso Bentham se manteve interessado em estudar apenas teoricamente o princípio da utilidade: o autor também procurou por aplicações práticas de sua teoria, interessando-se pela reforma da legislação inglesa, pela codificação das leis, com o intuito de torná-las mais facilmente inteligíveis para o público em geral, pelo melhoramento do sistema penitenciário e, enfim, pela democracia, através de sua luta pelo sufrágio universal.

De acordo com Sen (1999a, 2000), existem três características principais que dão sentido à maneira de pensar utilitarista. Uma delas é o “conseqüencialismo” (*consequentialism*). Essa importante premissa assegura que todas as escolhas realizadas devam ser julgadas por suas conseqüências.

O “welfarismo” (*welfarism*) também se constitui numa das premissas utilitaristas. Dessa forma, o que importa é o grau de utilidade alcançado por um Estado, podendo ser deixados de lado elementos importantes em outras abordagens, como direitos humanos ou desigualdades sociais, por exemplo.

E o terceiro e último requisito componente do utilitarismo é o “ranking pela soma” (*sum-ranking*). Em síntese, atenta-se para a soma total das utilidades das pessoas que constituem um grupo, sempre maximizando a utilidade agregada, sem que seja levada em consideração a distribuição da utilidade entre os membros desse grupo. Injustiça, para o utilitarismo seria, portanto, a perda da utilidade agregada, comparada com o que poderia ter sido obtido se maximizada.

1.2.3.2 Teoria da Justiça Rawlsiana

Ao discutir os conceitos de justiça social, Rawls (1981, p. 32) enfatiza que é necessária a escolha de um conceito para que ele estabeleça um padrão, como forma de apontar os princípios de justiça que caracterizarão a sociedade. Isso porque

os vários conceitos de justiça são os produtos de diferentes noções de sociedade, contrapondo o *background* de visões opostas de necessidades e oportunidades de vida para os homens. Para compreender um conceito de justiça, devemos tornar explícita a concepção de cooperação social da qual aquele deriva.

A principal idéia da teoria da justiça defendida por Rawls (1981) é a consideração da teoria do contrato social (baseado em Locke, Rousseau e Kant) num alto nível de abstração. O autor não se refere a uma sociedade em especial, enxergando os princípios de justiça que propõe como o objeto de interesse num fictício pacto original. Assim, o autor (RAWLS, 1981, p. 33) distingue esses princípios de justiça como “justiça como equidade”:

Estes princípios são os que pessoas livres e racionais, reunidas pelos mesmos interesses, adotariam inicialmente quando todos estivessem numa posição de igualdade, para definir os termos fundamentais da associação que estariam fazendo. Estes princípios irão regular todos os futuros entendimentos; iriam especificar os gêneros de cooperação social que poderiam vir a ser incluídos no governo, assim como determinariam as formas de governo.

Assim, conforme Rawls (1981), nessa hipotética situação do estabelecimento do contrato social, todos teriam a liberdade para decidir o *justo* (o *bem*) e o *injusto* de uma vez por todas. Isso somente seria possível por todos desconhecerem sua posição na sociedade, seu *status* social, a fatia que lhe caberia no momento da distribuição de todos os bens na sociedade, sua inteligência, força, etc. Dessa forma, os princípios de justiça seriam estabelecidos em completa ignorância da posição particular de cada um, impedindo que

alguém pudesse tentar obter proveito ou ser vítima de qualquer prejuízo se houvesse chance para tal, sendo os princípios de justiça resultado de um pacto eqüitativo.

De acordo com Nozick (1991), a teoria de Rawls (1981) pressupõe um Estado amplo, no sentido de melhor poder proporcionar justiça distributiva, encarregando-se de pôr em prática ações de justiça social (embora Nozick tenha suas razões para acreditar num Estado mínimo). Nozick (1991) também discorda de Rawls ao afirmar que a cooperação social anula o princípio que estabelece o mérito de cada indivíduo pelo que produziu. Logo, o princípio da necessidade teria um valor maior nessa teoria, e o modo deliberado para a divisão do produto total da cooperação social viria a ser um problema para a justiça social.

Em relação ao critério da necessidade, Rawls (1981) desenvolveu seu juízo sobre uma espécie de “desigualdade justa”. Ele alega que o tratamento desigual seria justo quando fosse benéfico à parcela mais carente numa sociedade, uma vez que, segundo ele, não seria justo que uns tivessem menos para que outros prosperassem. Conseqüentemente, não haveria injustiça (na visão do autor) se, para compensar que alguns obtivessem um maior benefício, a situação das pessoas menos favorecidas fosse melhorada de algum modo. Para que isso viesse a acontecer, “a divisão de vantagens dependeria da expansão da cooperação voluntária, com todos dela fazendo parte, inclusive aqueles situados em posições menos privilegiadas” (RAWLS, 1981, p. 36). Nesse sentido, Rawls (1981) faz duas críticas ao utilitarismo: que suas premissas consideram uma indiferença distributiva, como também não consideram os direitos das pessoas.

Entretanto, Rawls se refere *apenas* à questão da distribuição de bens primários no contrato social, o que pode ser explicado pelo *princípio maximin* (RAWLS, 1981), que dá prioridade na distribuição de recursos para as parcelas mais necessitadas da sociedade. Isso provoca a crítica de Sen, que diz que, dessa maneira, estar-se-ia dando primazia aos meios (aos bens), e não aos fins do desenvolvimento, da mesma forma que recursos constituiriam indicadores imperfeitos de bem-estar.

Além do que já foi apresentado, a teoria da justiça rawlsiana (a mais influente das teorias da justiça, segundo SEN, 2000), aborda entre seus princípios a “prioridade da liberdade formal”. Em outras palavras, que existiriam direitos com total precedência sobre outros, como alguns direitos humanos e civis básicos. Esses direitos não poderiam ser relegados por força alguma e por nenhuma necessidade. Por outro lado, Sen (2000) discute

um possível problema da teoria em questão: se seria aceitável considerar certas liberdades formais num patamar superior a graves necessidades econômicas. Sen (2000) informa que Rawls já teria tido esses elementos fortemente questionados posteriormente, chegando a reconsiderar alguns pontos de sua teoria em uma obra escrita posteriormente, denominada *Liberalismo Político*.

1.2.3.3 Libertarismo

A terceira e última das teorias aqui abordadas a versarem sobre ética e justiça social é o *libertarismo*. Nozick (1991) formula uma teoria de justiça que não requer um Estado amplo, e a ela chama de “a teoria do título, ou direito, a coisas” (NOZICK, 1991, p. 12). Em seus argumentos, o autor faz relação entre o tamanho do Estado (ou seja, a influência das ações do Estado na vida das pessoas) e os direitos dos indivíduos, explicando que “o Estado mínimo é o mais extenso que se pode justificar. Qualquer outro mais amplo viola direitos da pessoa” (NOZICK, 1991, p. 170).

O autor concede ênfase aos direitos individuais, incluindo, entre estes, os direitos de propriedade. É importante referir-se ao tema no momento em que se reflete acerca de justiça distributiva, pois que, como lembra o autor, a distribuição das propriedades, na teoria do direito, dá-se de maneira histórica. Ou seja, a justiça relativa à distribuição desses bens depende de como essa divisão ocorreu no passado. Já nos princípios de justiça que enfatizam a repartição, o que conta não é o passado, e sim o presente: como a partilha se apresenta entre os indivíduos, de acordo com algum critério predeterminado (NOZICK, 1991, p. 174). Assim,

segundo o princípio de repartição, tudo o que precisa ser examinado, no julgamento da justiça de uma distribuição, é quem termina com o quê. (...) Nenhuma outra informação precisa ser introduzida em um princípio de justiça.

Ademais, o autor afirma que os princípios a-históricos de justiça distributiva podem levar à violação de direitos e ir contra o merecimento das pessoas, uma vez que ele preconiza que se observe somente a situação atual de distribuição, não recorrendo ao passado a fim de ver como se constituiu a atual divisão de bens. Nesse sentido, Nozick (1991, p. 179) discute o fato das pessoas tenderem a aceitar melhor a justiça baseada em critérios de mérito do que de valores:

A distribuição de acordo com os benefícios aos demais é um grande elemento padronizado numa sociedade capitalista livre, (...) mas é apenas um elemento e não constitui todo o padrão de um sistema que confere direitos (isto é, a heranças, a donativos feitos por vários motivos, à caridade, etc.) ou um padrão que poderíamos em que a sociedade atendesse. Tolerariam as pessoas um sistema que gerasse distribuições que considerem não padronizadas?

Diferentemente da teoria de Nozick (1991), conclui-se que a teoria da capacitação, de certa maneira, leva em consideração o princípio da necessidade. Sen (2000) apresenta um exemplo negativo que poderia advir dessa defesa inflexível dos direitos individuais ao afirmar que certas privações humanas, como doenças curáveis ou a fome, por exemplo, poderiam conviver com os direitos libertários, isto é, com eles permanecendo garantidos acima de tudo, chegando, no limite, ao que tudo, é o caso a que Sen (2000, p. 86) se refere como “horror moral catastrófico”, afirmando que não se pode concordar com a manutenção inflexível desses direitos no momento em que não são mais consideradas as consequências dessa decisão.

Para concluir essa seção, Sen (2000) apresenta uma fábula que pode bem expressar o dilema em que é possível se encontrar um formulador de política pública ou um estudioso do tema *desenvolvimento humano*, entre escolher uma ou outra teoria de justiça, dependendo também, obviamente, do tipo de informação (“base informacional”) de que se dispõe. Assim, o autor conta a história fictícia de uma pessoa que teria que escolher somente uma dentre três outras pessoas para realizar o serviço de limpeza de seu jardim. O indivíduo que oferece o trabalho espera receber o mesmo tipo de serviço de qualquer uma das três pessoas, como também pretende pagar a mesma quantia a qualquer um deles. Porém, resolve questioná-los numa tentativa de ser o mais justo possível. Entre essas três pessoas, o primeiro era o mais pobre dos três. Assim, o que oferece o trabalho se questiona: “O que pode ser mais importante do que ajudar os mais pobres?” (SEN, 2000, p. 72).

Dando continuidade às questões, quem oferece o serviço fica sabendo que o segundo interessado no trabalho está pobre há menos tempo que os demais, e que está abalado psicologicamente por conta deste revés em sua vida. Sendo ele o mais infeliz dos três, o que oferece o trabalho comenta consigo mesmo: “Sem dúvida, eliminar a infelicidade deve ser a prioridade máxima” (SEN, 2000, p. 72).

O último dos três a se oferecer para o trabalho é uma moça, portadora de uma doença crônica, que com o dinheiro ganho pelo trabalho oferecido poderia se livrar da doença. Todos

os outros três (afora a moça) concordam que ela não é a mais pobre nem a mais infeliz, mas quem oferece o trabalho pondera: “Faria a maior diferença para a qualidade de vida e para a liberdade de não estar doente” (SEN, 2000, p. 73).

Em suma, essa pequena fábula apresenta três maneiras de se ver a mesma situação. A primeira, de acordo com a *renda* auferida pelo indivíduo, com o entendimento de que a renda representaria bem a situação de bem-estar das pessoas e, nesse caso, tendendo a um exercício igualitarista (NOZICK, 1991), na medida em que torna menos desigual a parcela de renda do menos aquinhado em comparação com os outros dois que desejavam trabalhar, menos pobres de renda. A segunda, considerando a *felicidade* de que dispunham os que precisavam do trabalho (entendido como utilitarismo). E, por último, a que julga como informação relevante tudo o que se refere ao *bem-estar* dos indivíduos (enfoque da capacitação). Enfim, segue a última das perspectivas apresentadas por Sen em sua fábula, da mesma forma que o enfoque de desenvolvimento no qual se baseia esta dissertação, a *abordagem da capacitação*.

1.3 A ABORDAGEM DA CAPACITAÇÃO

Desenvolvimento, no seu sentido mais contemporâneo, tem-se mostrado um conceito multidimensional. A abordagem do desenvolvimento humano, “como freqüentemente é chamado o processo de expansão da educação, dos serviços de saúde e de outras condições da vida humana” (SEN, 2000, p. 58), apresenta premissas que fazem com que se compreenda que o crescimento econômico não é alternativa para todos os males sociais, e fundamentam uma base informacional de apoio a uma teoria de justiça revista e ampliada. O enfoque da capacitação de Amartya Sen recorre à questão do reconhecimento e da expansão das liberdades dos indivíduos como fator indispensável para a promoção do desenvolvimento. Por essa razão, o título de um de seus livros chama-se *Desenvolvimento como Liberdade* (SEN, 2000), no qual são colocadas suas idéias principais sobre essa teoria.

Sobre o papel da liberdade na abordagem de Sen (1999a, 2000, 2001a, 2001b), ela é vista tanto como meio (papel constitutivo) quanto como fim (papel instrumental) do desenvolvimento. Quando as liberdades são vistas como meio do desenvolvimento, toca-se na importância da liberdade substantiva para os seres humanos, ou seja, as capacitações humanas fundamentais, tais como evitar a fome, a morte prematura, ou assegurar liberdade de

expressão. Portanto, o papel das liberdades humanas não é somente o de resultado do desenvolvimento *a posteriori*, como é comum que se considere nas visões mais tradicionais sobre desenvolvimento, nas quais o mais forte indicador da questão é o crescimento da renda *per capita* de uma localidade. O enfoque do desenvolvimento como liberdade encara as privações de liberdade como não-conducentes ao desenvolvimento, como também não representativas de desenvolvimento. De acordo com Sen (2000), por exemplo, mesmo uma pessoa muito rica, se não tiver respeitados seus direitos de livre-expressão ou de participação política, estará sendo privada de algo que ela teria motivos para valorizar.

Quanto ao papel instrumental da liberdade em relação a desenvolvimento, pode ser dito que existem liberdades com forte grau de encadeamento entre si, como também existem direitos, oportunidades e intitamentos que têm o poder de provocar um processo de crescimento das liberdades em geral e, portanto, do desenvolvimento. Para que se possa compreender melhor, Sen (2000) constrói uma pequena lista na qual consta que liberdades instrumentais são mais consideradas perante o papel instrumental que se espera delas. São elas: *liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora*. Segue brevemente cada uma delas.

As *liberdades políticas* constituem, incluindo o que se pode chamar de direitos civis: a escolha de seus governantes, em que condição, como também a disposição de diferentes partidos políticos, e o direito de fiscalização e crítica às autoridades.

As *facilidades econômicas* representam as oportunidades que as pessoas têm para “utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca”. A existência de financiamento e o acesso a ele se incluem aí.

As *oportunidades sociais* englobam todas as iniciativas estabelecidas pela sociedade nas áreas de saúde, educação e outras, sendo que todas acarretem condições melhores de vida para as pessoas. O combate ao analfabetismo é exemplar no sentido de propiciar maior liberdade de participação política e econômica para os indivíduos.

As *garantias de transparência* têm importância quando se trata das interações que os indivíduos realizam entre si. Para tanto, é necessário crer que exista “alguma presunção básica de confiança” numa sociedade, sob pena de prejudicar a vida de diversas pessoas, até mesmo

as que não participam diretamente de uma interação em questão. São fatores relevantes para o combate da corrupção e de transações ilícitas.

Por fim, a *segurança protetora* se faz necessária para que sejam evitadas situações de vulnerabilidade extrema numa sociedade, sendo, em última instância, responsável por evitar a fome e mesmo a morte. Nessa rede de segurança, incluem-se o seguro desemprego e a contratação de massas populacionais como forma de geração emergencial de renda.

Além de relacionar liberdades consideradas por ele como fundamentais para caracterizar o bem-estar, Sen (1999a) diferencia em sua abordagem o “aspecto do bem-estar” do “aspecto da condição de agente” (SEN, 1999a, p. 74) nas pessoas, argumentando que ambos teriam sido unidos como algo único pela perspectiva utilitarista dos indivíduos, o que empobreceria o entendimento do próprio bem-estar. Nesse sentido, Sen (1999a, p. 74-75) argumenta que

O primeiro [o aspecto do bem-estar] abrange as realizações e oportunidades do indivíduo no contexto de sua vantagem pessoal, enquanto o segundo [o aspecto da condição de agente] vai além e examina as realizações e oportunidades também em termos de outros objetivos e valores, possivelmente extrapolando a busca do bem-estar do próprio indivíduo.

Conseqüentemente, a condição de agente difere da noção de bem-estar, mas a complementa uma vez que a complexifica, envolvendo valores que podem mesmo ir além do interesse individual, implicando liberdade de ação no que se refere às possíveis escolhas individuais, como também o valor instrumental da liberdade. Por outro lado, o que acontece a partir da noção utilitarista do bem-estar é que a liberdade é considerada apenas instrumentalmente, e não pelo seu valor intrínseco, contando, portanto, apenas sua realização. Também a condição de agência teria relevância apenas na medida em que as pessoas realizam especialmente seus interesses individuais, não contanto o aspecto de agência por seu próprio mérito, da mesma forma que o aspecto do bem-estar.

Apesar de sustentar a importância da última modalidade de liberdade apresentada por Sen — *segurança protetora* — Sachs (2001) sustenta que uma rede de segurança social apenas alivia os sintomas da privação e da exclusão social, fazendo com que a raiz do problema permaneça intacta. Desse modo, ele crê que para que haja “desenvolvimento genuíno” (SACHS, 2001, p. 159), deva haver um esforço no sentido de proporcionar soluções a três ângulos do problema: “que sejam sensíveis ao social, ambientalmente prudentes e

economicamente viáveis”, sempre tendo em vista o compromisso ético da manutenção da solidariedade para com a geração presente, da mesma forma que para com as gerações futuras. A democracia, portanto, constitui papel fundamental para afirmar a relevância dos direitos humanos numa tentativa de que todos possam se apropriar de seus direitos, no sentido de expandir suas liberdades.

Alguns autores não concordam com alguns pontos de vista com que Amartya Sen aborda certas questões. Sugden (1993), por exemplo, indica que Sen estabeleceu os fundamentos de sua abordagem da capacitação em oposição ao “welfarismo”, com uma ampla base informacional, uma vez que Sen não acredita que o “welfarismo” tenha robustez normativa suficiente para sustentar uma concepção coerente do que seja bem social. Apesar de Sugden (1993) sustentar que a abordagem da capacitação seja uma contribuição inegável à economia normativa, ele crê que falte fôlego em argumentação justamente em relação à diferenciação entre funcionamentos e capacitações para se avaliar o bem-estar de uma pessoa. Assim, Sugden (1993, p. 1952) afirma:

Acho que devemos interpretar Sen como que argumentando que uma avaliação de bem-estar é uma função do conjunto de capacitações (representando a extensão da liberdade positiva) e da combinação escolhida de funcionamentos (representado dimensões de bem-estar, outras que não a liberdade positiva).

Em relação à operacionalidade da abordagem, Sugden (1993, p. 1953) questiona:

Dada a rica disposição de funcionamentos que Sen toma por relevantes, dado o grau de desacordo entre pessoas racionais sobre a natureza do que seja uma boa vida, e dado o problema não resolvido de como dar valor aos conjuntos, é natural questionar até onde a estrutura de Sen é operacional. É ela uma alternativa realista aos métodos que os economistas tipicamente recorrem — medidas de renda real, e o tipo de análise prática de custo-benefício, nascida da teoria marshalliana do consumidor?

Sugden (1993) também esclarece que a posição filosófica de Sen pode ser colocada como aristotélica na medida em que ele procura pela resposta à pergunta “O que torna uma vida boa?”⁴ (SUGDEN, 1993, p. 1952). Sen se apropriaria também de algumas concepções teóricas mesmo de áreas ou de autores com os quais mantém certa reserva, como o valor utilitarista “ser feliz”, os valores liberais de “agir livremente” e “ser capaz de escolher”, e o valor rawlsiano de “ter auto-respeito” no conjunto de funcionamentos com os quais exemplifica a composição aproximada de uma boa vida. Sugden (1993) não desmerece a questão do valor desses e de outros funcionamentos para o que se propõem, contudo, percebe

⁴ “What makes a good life?”, em Sugden (1993, p.1952). Tradução da autora.

não haver indícios claros quanto a possíveis pesos relativos que poderiam ser concedidos aos funcionamentos, ou mesmo a capacitações, como forma de se conceber uma boa vida.

Srinivasan (1994) aponta para o fato de que renda nunca teria sido uma medida de desenvolvimento, nem na opinião dos economistas, e muito menos na opinião dos formuladores de políticas públicas, contradizendo as palavras do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990 (PNUD, 1990). No entanto, aponta o crescimento da renda como um fator relevante nesse sentido, pelo seu papel instrumental em possibilitar a promoção do desenvolvimento humano. Adicionalmente, da mesma forma que Sugden (1993), Srinivasan (1994, p. 240) também toca no tema da operacionalidade da abordagem desenvolvida por Sen:

A única métrica conceitualmente apropriada para atribuir valor a funcionamentos e capacitações tem de ser personalizar preços ou valores, particularmente, conjuntos de valores que sejam específicos à situação, local, tempo, e estado de natureza. Estes irão variar entre os indivíduos em diferentes circunstâncias mas irão permanecer os mesmos para todos os indivíduos na mesma circunstância, uma vez que não são subjetivos nem baseados nas preferências individuais.

Srinivasan (1994) ainda se manifesta sobre a composição do IDH (particularmente, sobre os indicadores de expectativa de vida — refletindo a saúde — e de educação), argumentando que estes podem ser vistos como funcionamentos, se observados pela abordagem da capacitação. Assim, “seus pesos relativos não precisam ser os mesmos entre indivíduos, países, ou grupos socioeconômicos” (SRINIVASAN, 1994, p. 240), de acordo com a citação acima.

Isto é, uma vez vistos como funcionamentos, Srinivasan (1994) supõe ser necessária uma métrica personalizada e particular para cada um dos indicadores basilares do IDH, para cada grupo de pessoas que compartilhem uma mesma situação e região num mesmo tempo.

Chiappero-Martinetti (2004) desbrava especificidades teóricas da abordagem da capacitação. Ela discute se o enfoque com que a abordagem é trabalhada, discutindo e operacionalizando conceitos complexos e vagos como pobreza e bem-estar, teria mais características de força ou fraqueza. A autora expõe que o conceito de bem-estar envolve uma diversidade de variáveis e dimensões que muitas vezes não possuem fronteiras muito claras entre elas. Esse e outros argumentos, tais como a natureza contexto-dependente e multidimensional do enfoque, a falta de especificidade em relação às dimensões que deveriam ser abordadas e como deveriam fazê-lo, a falta de formalização rigorosa e de um índice que

pudesse ser usado para estabelecer um *ranking* interpessoal, costumam fazer parte das opiniões não-simpáticas à validade científica ou à possibilidade de operacionalização da abordagem da capacitação, tratando-as todas como características de fraqueza, e não de força do enfoque. A autora coloca, no entanto, que esses mesmos pontos lembrados acima como responsáveis pela fraqueza da abordagem, são os mesmos que costumam ser destacados pelos acadêmicos de várias áreas como representativos da força da abordagem.

Diversos outros autores foram lidos com o intuito de evidenciar a noção das capacitações. Iguiñiz-Echeverria (2005), por exemplo, ressalta que a referida perspectiva de desenvolvimento humano estaria sendo incorporada às sociedades contemporâneas porque responderia à crescente demanda por liberdade e por participação dos mais necessitados, objetivando a centralidade do ser humano nesse processo. Adicionalmente a isso, chama a atenção para o fato de que não seriam os bens e serviços, bem como os direitos a que as pessoas têm acesso, suficientes para fazer a diferença nessa proposta de desenvolvimento. A questão maior diz respeito ao que as pessoas poderiam vir a ser ou fazer com suas vidas com esses bens, serviços e direitos disponíveis.

Robeyns (2005) destaca a “explosão de interesse” que sobreveio por parte de pesquisadores e formuladores de políticas públicas relativamente ao enfoque da capacitação na última década. Em parte, essa corrida é devida ao caráter multidisciplinar dos temas que são discutidos sob esse escopo teórico, provocando uma pesquisa por diversos campos do saber.

A fundação teórica de um paradigma do desenvolvimento humano é mesmo apontada pela autora, evidenciando que essa forma de desenvolvimento não objetiva explicar o bem-estar, a pobreza ou a desigualdade social, mas oferece uma estrutura e uma ferramenta que podem avaliar e conceituar esses fenômenos. Isso porque a autora percebe que esse entendimento do desenvolvimento “cobre todas as dimensões que envolvem o bem-estar humano”, havendo espaço para manifestações de integração nas áreas de bem-estar, justiça e desenvolvimento, abarcando dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais da vida das pessoas.

Kuklys e Robeyns (2004) fazem uma retomada do nascimento da abordagem da capacitação ainda na década de 1980, lembrando que suas idéias básicas se fazem presentes nos Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD. Em seguida, falam da ressonância do

tema em diversas disciplinas acadêmicas (economia heterodoxa, economia do desenvolvimento, ética do desenvolvimento, e filosofia política e econômica), lembrando que a literatura produzida nessa área “é caracterizada pela sua natureza altamente interdisciplinar e a predominância de reflexão conceitual e filosófica ao invés de modelagens e formalizações” (KUKLYS; ROBEYNS, 2004, p. 2), tão comuns na economia ortodoxa. Nesse sentido, lembram ainda que, não existindo consenso sobre a forma a ser utilizada para operacionalizar o enfoque da capacitação, muitos economistas preferem ignorá-la.

Mathai (2003) apresenta três estudos de caso em comunidades na Índia, nos quais dá especial atenção a elementos de poder e de relações entre as pessoas num processo de desenvolvimento visando à sustentabilidade no longo prazo. O autor credita ao auxílio de pessoas de fora dessas comunidades o sucesso em relação a essa questão visto que, somente dessa maneira, seria possível debilitar as redes internas de poder que poderiam impedir a livre-expressão dos membros daqueles grupos sociais, numa tentativa de discussão pública quanto aos elementos a serem valorizados e priorizados pela comunidade. Contudo, Mathai (2003, p. 1) acredita que, para “conceber e realizar desenvolvimento holístico, auto-sustentável e representativo no longo prazo, eles [membros das comunidades] terão que fazê-lo sem a ajuda constante de pessoas de fora”.

Nussbaum (2000) traz uma grande contribuição a esta dissertação na medida em que a lista de capacitações centrais elaborada por ela é parte central deste trabalho. A autora, como professora do campo do Direito, aborda as capacitações como direitos que as pessoas têm razão para valorizar. Leva em consideração a diversidade cultural das diferentes sociedades, uma vez que abre espaço para o pluralismo nas possíveis reinterpretações de sua lista de capacitações. Para propósitos de políticas sociais, as capacitações centrais de sua lista passariam a necessitar de maior precisão. Assim, ela justifica a interpretação de cada item da sua lista com a forma como são descritos os direitos humanos mais fundamentais e como eles se apresentam em cada tradição constitucional: todos têm um certo grau de generalidade e, baseado na interpretação e na deliberação, derivam-se especificações mais claras.

Robeyns (2000) comenta que alguns elementos da abordagem da capacitação têm suas raízes em Aristóteles, Adam Smith e Karl Marx, embora Amartya Sen já tenha proposto sua teoria de maneira bastante consistente mais recentemente (SEN, 1999a; 2000; 2001a), inclusive proporcionando inspiração para outros autores contribuírem com o enfoque supracitado, tal como Nussbaum (1999, 2000). Robeyns (2000) também discute críticas

comuns à abordagem como, por exemplo, se ela seria ou não paternalista, levando a uma demasiada intervenção do governo na sociedade, ou se teria um enfoque individualista.

Quanto à questão da possibilidade dela ser ou não paternalista, relativamente à dimensão da intervenção do governo na sociedade, Robeyns (2000) afirma que cientistas sociais e economistas têm perdido a confiança na habilidade do governo em decidir sobre o bem social e em desenvolver políticas sociais que atentem para isso. Dessa maneira, a abordagem da capacitação estaria sendo frequentemente criticada por não ir ao encontro desse ponto de vista, por primar por um governo que atuaria acentuadamente sobre a vida das pessoas.

A opinião de Robeyns (2000) é a de que a crítica de uma possível interferência demasiada do governo seria infundada, especialmente por causa do caráter amplo utilizado na construção da abordagem da capacitação. Quanto à possibilidade da existência de paternalismo, de acordo com Robeyns (2000, p. 27), este “é inerente a qualquer consideração objetiva de comparações interpessoais de bem-estar”. Portanto, a questão correta expressa na crítica não seria se o paternalismo está ou não presente no enfoque da capacitação, mas qual o grau de paternalismo a abordagem da capacitação remeteria aos governos, na medida em que a autora afirma que todas as sociedades apresentam arranjos sociais nos quais é possível haver diferentes graus de paternalismo.

Robeyns (2000) diz que o receio da crítica à abordagem também se encontra em relação a políticas de cunho redistributivo de riquezas, o que poderia não pertencer ao escopo de ação do governo (e sim, na opinião dos críticos, à iniciativa privada). No entanto, a autora assegura que o enfoque da capacitação não recomenda necessariamente a redistribuição de riqueza, fazendo apenas referência aos funcionamentos e às capacitações como modos apropriados para a realização de avaliações de bem-estar.

Quanto à questão de um possível enfoque individualista na abordagem da capacitação, a autora (ROBEYNS, 2000, p. 16) coloca que esta crítica costuma ser formulada por acadêmicos que argumentam que a economia neoclássica ou o igualitarismo liberal seria muito individualista:

esta crítica declara que qualquer teoria deveria considerar indivíduos como parte do seu meio social, e em conseqüência os agentes deveriam ser reconhecidos como socialmente agrupados e conectados aos outros, e não como indivíduos atomizados.

De acordo com Robeyns (2000), essa seria uma maneira equivocada de entender o tipo de individualismo discutido na abordagem da capacitação, pois que na ética se exige que os indivíduos sejam as únicas “unidades de preocupação moral” existentes nas decisões humanas. Isto é, quando se avaliam diferentes tipos de relações sociais, o interesse estaria no efeito dessas ocorrências sobre os indivíduos, o que tornaria possível, por meio do comprometimento com a ética, reconhecer nas políticas sociais o individualismo ético, ou seja, uma preocupação última com o indivíduo.

1.3.1 Concepções Teóricas Importantes para a Abordagem da Capacitação

Complementando o que Robeyns (2000) afirma sobre elementos da abordagem da capacitação que teriam suas raízes em Aristóteles, Adam Smith e Karl Marx, segue uma breve retomada de cada um desses autores para que o comentário de Robeyns possa se tornar mais claro.

1.3.1.1 A Contribuição de Aristóteles

Quanto a Aristóteles (2004a, 2004b), a contribuição deste autor caminha em busca da verdade, de respostas que levem a argumentar acerca do que é bom ou mal, justo ou injusto para as pessoas numa sociedade. Sua presença entre os demais autores que vêm somar teoricamente à abordagem da capacitação se justifica porque o nascimento da ética remonta pelo menos a Aristóteles entre os grandes filósofos ocidentais (SEN, 1999a). Embora Aristóteles (2004a, 2004b) relacione a economia à busca da riqueza, ele não limita nessas fronteiras os interesses da matéria, chamando a atenção para a estreita ligação entre a economia e o estudo da ética e da política (ARISTÓTELES, 2004b), e lembrando que a riqueza não é útil por si mesma, sendo apenas meio para a obtenção de outras coisas (ARISTÓTELES, 2004a).

Ainda nesse sentido, Aristóteles (2004a) afirma que o passado não pode ser mudado, mas que o futuro estaria à espera da ação das pessoas que, fazendo uso da razão, poderiam alcançar melhores condições de vida a todos. Aristóteles (2004a, p. 19-20) apresenta uma

passagem que se coaduna em muito com a concepção teórica de desenvolvimento que cerca as capacitações, sendo:

Todo conhecimento e todo trabalho visa a algum bem. (...) Quase todos estão de acordo (...) que esse bem supremo é a felicidade e consideram que o bem viver e o bem agir equivalem a ser feliz; porém, divergem a respeito do que seja a felicidade. (...) A maioria das pessoas pensa que se trata de alguma coisa simples e óbvia, como o prazer, a riqueza ou as honras, embora também discordem entre si; e muitas vezes o mesmo homem a identifica com diferentes coisas, dependendo das circunstâncias: com a saúde quando está doente, e com a riqueza quando é pobre.

Apesar da assertiva de Aristóteles parecer de certa forma utilitarista (uma vez ele tendo feito referência à felicidade como sinônimo de bem), seu entendimento de que a riqueza não é o bem procurado por ele mesmo, mas apenas como meio (já comentado anteriormente nesta dissertação) evidencia sua posição contrária a uma interpretação utilitarista que se possa fazer a partir de seus escritos, da mesma forma quando ele assegura que a felicidade não seria algo simples ou óbvio, como a maioria das pessoas poderia supor e como se esperaria de um ponto de vista utilitarista.

Contudo, na visão de Aristóteles (2004a), para que a felicidade chegue a ser o sumo bem ela deve ser duradoura, jamais efêmera. Também o sumo bem é considerado auto-suficiente por Aristóteles (2004a), mas nunca no sentido de isolamento social. Muito pelo contrário: a condição de homem político (ARISTÓTELES, 2004b) age ativamente sobre essa interpretação, na medida em que são consideradas as relações familiares, de amizade e de concidadania no entendimento da auto-suficiência do bem absoluto. Por fim, Aristóteles (2004b) acredita no potencial do Estado para promover bem-estar a uma população, o que corresponde à visão de desenvolvimento refletida pelo estudo das capacitações.

1.3.1.2 A Contribuição de Adam Smith

Já em relação à Adam Smith, Sen (1999a) lembra que ele fora professor de filosofia moral na Universidade de Glasgow e que, ainda muito tempo depois, a economia seria entendida como uma ramificação da ética.

Ademais, a discussão que Smith (1981, 1982) suscita a respeito das necessidades humanas e das condições de vida toma parte da atenção de Sen na abordagem da capacitação.

Em determinada passagem, Smith (1981) discorre acerca da possibilidade dos indivíduos poderem aparecer em público sem sentir vergonha, envolvendo aí a questão do auto-respeito e do respeito pelo próximo. Nesse sentido, o autor enumerou alguns exemplos de costumes diferenciados na Escócia e na Inglaterra, embora a época fosse a mesma: enquanto na Inglaterra usavam-se sapatos de couro e camisa de linho como símbolos de um mínimo de dignidade humana, o costume era o de se andar descalço na Escócia. Smith (1981), então, chegou à conclusão de que as necessidades das pessoas eram, em grande medida, pertinentes ao meio em que se encontravam inseridas.

Uma interpretação mais apurada das obras de Smith (1981, 1982) possibilita que certos entendimentos defendidos pelo autor sejam incorporados à abordagem da capacitação, embora costumem ser mesmo colocados de lado em decorrência da ampla disseminação da figura da “mão invisível” e do sentimento de auto-interesse proclamado por Smith, que parecia governar as pessoas em todos os instantes de suas vidas. Por exemplo, a questão do constante comportamento auto-interessado das pessoas seria questionado pelo próprio Smith (1982). Ainda que o autor (SMITH, 1981, p. 8) tenha escrito o trecho que segue

Dá-me aquilo que desejo, e terás isto que desejas, é o significado de toda oferta assim, e é destarte que obtemos uns dos outros a franca maioria dos bons ofícios (sic) que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, cervejeiro ou padeiro, que esperamos nosso jantar, mas de sua preocupação por seu próprio interesse. Dirigimo-nos, não a sua humanidade, mas ao seu amor-próprio, e nunca lhes falamos de nossas necessidades, mas das vantagens deles.

logo após essa passagem, ele (SMITH, 1981, p. 8) afirma

Como é por acordo, barganha ou compra que obtemos uns dos outros a maior parte daqueles mútuos bons ofícios de que carecemos, assim é esta mesma disposição comercial que originalmente dá ocasião à divisão do trabalho.

Entende-se, portanto, que seu intento não era exatamente o de generalizar o comportamento auto-interessado para todas as situações da vida, mas era o de caracterizar a atitude das pessoas quando realizando transações comerciais, haja vista a divisão do trabalho que teria possibilitado os mais diversos tipos de troca no mercado. Tanto que ambas as passagens citadas se encontram no capítulo que tem o nome “Do Princípio que dá Ocasião à Divisão do Trabalho” (SMITH, 1981, p. 7), sendo esse o mote tanto para as passagens citadas quanto para todo o restante do capítulo. Smith (1982) também deixa claro que sua teoria ética incluía virtudes tais como prudência, simpatia, benevolência e justiça, criticando os filósofos que resumiam a apenas uma virtude o êxito de uma sociedade. Conforme Sen (1999a, p. 44),

Outras partes dos escritos de Smith sobre economia e sociedade, que contêm observações sobre a miséria, a necessidade de simpatia e o papel das considerações éticas no comportamento humano, particularmente o uso de normas de conduta, foram relegadas a um relativo esquecimento à medida que essas próprias considerações caíram em desuso na economia.

Dentre os elementos “smithianos” que se agregam ao enfoque da capacitação, além das considerações éticas, encontra-se a *liberdade*, na medida em que, para Smith (1981), ela representava uma condição preponderante para as trocas e as transações em geral realizadas pelos indivíduos. Também para Sen (2000) a liberdade de participar das transações no mercado faz parte das liberdades individuais fundamentais. Além da liberdade, outro ponto em comum com o enfoque de desenvolvimento utilizado neste trabalho é a *educação*. Para Smith (1981), a educação tem relação estreita com a formação do trabalhador e, nesse sentido, com uma maior divisão do trabalho e eficiência técnica alcançada por tal esforço. Para a perspectiva da capacitação, a educação constitui um dos pilares mais importantes, que sustentam toda sua construção teórica, embora o objetivo almejado seja diferente do que Smith ansiava: o incremento na capacidade de autonomia dos indivíduos.

1.3.1.3 A Contribuição de Karl Marx

Marx contribui para o enfoque da capacitação na medida em que ressalta o papel da liberdade na maioria de suas obras. Sen (2000)⁵ lembra que Marx enfatiza a liberdade quando credita a ela a possibilidade das pessoas exercerem poder sobre seu destino e as circunstâncias que o envolvem, ao invés de seu destino e as circunstâncias exercerem poder sobre elas.

Sen (1999a) chama a atenção para a referência que Marx faz em *O Capital* (MARX, 1988) sobre a Guerra Civil ocorrida nos Estados Unidos. De acordo com Sen (2000), Marx (1988) teria tocado no tema da liberdade se referindo à oportunidade que surgia para que os ex-escravos pudessem firmar contratos de trabalho, diferentemente do que ocorria antes das mudanças provocadas pela guerra, quando a coerção ocupava o lugar do contrato. Entretanto, pode-se notar toda uma crítica ao capitalismo e ao que cerca a oferta da força de trabalho na argumentação de Marx (1988), não considerados com grande atenção por Sen (2000).

⁵ Sen (2000) se refere especificamente a uma das obras de Marx, *The German Ideology*.

Oliveira (1997) apresenta em sua dissertação um tratamento particular sobre os escritos de Marx e seu entendimento sobre a liberdade. O autor coloca que, ao ter sua tese de doutorado aprovada mas sem perspectivas de exercer qualquer atividade em universidades devido à perseguição que sofria graças ao teor de suas idéias, Marx iniciou na atividade jornalística, na qual pôde dar vazão (não sem dificuldades, devido à censura prussiana na época) a seus escritos. Além do campo do jornalismo, também defendeu ardorosamente a liberdade nas áreas da filosofia política e da economia política.

Numa passagem de *A Liberdade de Imprensa*, e de muitas outras argumentações em favor da liberdade colhidas por Oliveira (1997), Marx torna claro que o alcance da liberdade é o fundamento para a realização humana (OLIVEIRA, 1997, p. 54):

o homem, enquanto existência intelectual, tem a liberdade como sua essência. Mais ainda, a efetiva realização da liberdade constitui-se em parâmetro do bem. Pode-se inferir das afirmações de Marx sobre a liberdade que o ser humano é essencialmente livre devido ao fato de ser capaz de determinar-se por si mesmo. Além disso, também é possível concluir-se que o bem só é alcançado quando a existência real do homem corresponde àquela sua essência, ou seja, quando a liberdade torna-se realidade.

Além da defesa da liberdade em relação à existência intelectual, Oliveira (1997) coloca a realização da liberdade como um efetivo indicador do bem. A essência do homem seria, enfim, a perseguição e o alcance da liberdade. Adicionalmente, da mesma maneira que se encontra na abordagem de Sen e Nussbaum, Marx procura qualificar a liberdade de maneira afirmativa, isto é, conferindo a ela atributos próprios ou ainda associando-a à essencialidade humana.

1.3.2 Diferenças nos Enfoques de Amartya Sen e Martha Nussbaum

Um último ponto a ser abordado neste capítulo diz respeito a um tema bastante interessante e regado a contradições em relação ao enfoque da capacitação: as diferenças existentes entre a abordagem de Amartya Sen e de Martha Nussbaum.

Robeyns (2005) coloca que ambos os enfoques compartilham muitas semelhanças. Uma das mais enfatizadas é a sua aliança na crítica ao utilitarismo. Contudo, objetivos diferentes pautam seus trabalhos junto às capacitações. Enquanto Nussbaum começou seus

estudos sobre capacitações argumentando no sentido de promover princípios políticos a que todos teriam direito para reivindicar junto a seus governos e, com esse intuito, propôs uma lista de capacitações centrais, Sen iniciou seus trabalhos interessado em responder a uma questão específica proveniente da filosofia política liberal no tocante à *igualdade*, acreditando que haveria boas razões para focar nas capacitações ao invés de nas abordagens rawlsiana ou utilitarista.

Além disso, os trabalhos empíricos desenvolvidos por Sen e Nussbaum na área de pobreza em países em desenvolvimento, inclusive como colegas, também lhes deram suporte para trabalhar com as capacitações ao invés das medidas econômicas predominantes no desenvolvimento econômico da década de 1980. Como já exposto anteriormente, Nussbaum compôs uma lista de capacitações fundamentais; Sen, por sua vez, crê que a adoção de uma lista implica na restrição das liberdades individuais. A esse respeito Nussbaum comenta que, tendo interesse na promoção de tais liberdades, incluindo *justiça*, Sen deveria endossar sua lista (ROBEYNS, 2005).

1.4 AS CAPACITAÇÕES CENTRAIS DE NUSSBAUM

A crença de que as pessoas tendem a alterar suas preferências e melhorar seu nível de exigência e expectativas se forem expostas a opções e oportunidades diferentes é o que moveu a professora de Direito e Ética na Universidade de Chicago, Martha Nussbaum (2000), a apresentar um rol em que constam capacitações fundamentais visando à realização de um amplo e integral desenvolvimento focado no ser humano.

É sabido que Sen não concorda plenamente com a elaboração de índices de qualidade de vida ou listas de capacitações ou necessidades básicas (SEN, 2000), nas quais se pode, de certa forma, correr o risco de ser demasiadamente específico e de compor uma lista sob um conjunto estreito de visões de mundo (MATHAI, 2003). Já Nussbaum acredita que, para a pesquisa e para a reivindicação prática das capacitações junto aos governos, a elaboração de uma lista na qual se possa, de certa forma, pôr um marco limitador às fronteiras das capacitações humanas muito discutidas por Sen, é útil e necessária. Contudo, apesar dessa e de outras divergências teóricas, ambos já trabalharam em conjunto ainda na década de 1990.

Alkire (2002) comenta que, embora não haja nenhuma escassez de listas relacionadas a bem-estar, valores ou necessidades humanas básicas, existe o que ela denomina de “fenômeno das listas” (ALKIRE, 2002, p. 181), em que cada autor desenvolve a sua em resposta a questões específicas, cada qual tendendo a diferentes vertentes filosóficas. Nesta dissertação, foi escolhida a de Nussbaum por ser uma das mais difundidas, além de ser uma lista de referência para pesquisadores que trabalham com o tema das capacitações. Observa-se que as capacitações listadas por Martha Nussbaum de maneira alguma esgotam as possibilidades de realização humana (NUSSBAUM, 1999). Elas são passos iniciais necessários para que, partindo daí, possa-se explorar outras condições de vida que não mais a de pura e simples sobrevivência. A lista, portanto, é a expressão de condições fundamentais para o aumento do poder pessoal de escolha.

Em suma, segue abaixo a lista completa das capacitações consideradas elementares por Nussbaum (2000, p. 78-80), tendo o título de “Capacitações Humanas Funcionais Centrais”:

- a) *Vida*: Ser capaz de viver até o final de um período de vida humana normal; não morrer prematuramente;
- b) *Saúde física*: Ser capaz de gozar de boa saúde, incluindo saúde reprodutiva; estar adequadamente nutrido, ter abrigo adequado;
- c) *Integridade física*: Ser capaz de se mover livremente de um lugar a outro; ter respeitadas as fronteiras de seu corpo, isto é, estar seguro contra ataques, como os de violência sexual, abuso infantil e violência doméstica; ter oportunidade de satisfação sexual e de escolha em relação à reprodução;
- d) *Sentidos, imaginação e pensamento*: Ser capaz de usar os sentidos, imaginar, pensar e raciocinar – e fazê-lo de uma forma “verdadeiramente humana”, uma maneira informada e cultivada por uma educação adequada, incluindo, mas sem limitá-la a isso, alfabetização e ensinamentos científicos e de matemática básica. Ser capaz de usar a imaginação e o pensamento em conexão com trabalhos e eventos auto-expressivos, produtivos e que proporcionam experiência, fundamentadas na própria escolha, religiosa, literária, musical, etc. Ser capaz de usar a mente de forma protegida por garantias de liberdade de expressão e respeito

a discurso político e artístico, como também a liberdade de exercício da religião. Ser capaz de procurar pelo significado da vida à sua maneira. Ser capaz de ter experiências prazerosas e de evitar a dor desnecessária;

- e) *Emoções*: Ser capaz de ter apego a coisas e pessoas além de si mesmo; de amar aqueles que nos amam e se preocupam conosco, de lamentar sua falta; em geral, amar, lamentar, experimentar saudade, gratidão e raiva justificada. Não ter o desenvolvimento emocional bloqueado por medo e ansiedade dominadores, ou por eventos traumáticos de abuso ou negligência;
- f) *Razão prática*: Ser capaz de formar uma concepção do que é bom e se engajar em reflexão crítica sobre o planejamento de sua vida;
- g) *Afiliação*: **A)** Ser capaz de viver em sociedade, de reconhecer e mostrar interesse por outros seres humanos, engajar-se em diversas formas de interação social; ser capaz de imaginar a situação de outro e ter compaixão pela situação; ter capacitação para justiça e amizade. Interagir socialmente, mostrar interesse por outros indivíduos, ter sentimentos de justiça e amizade. **B)** Ter as bases sociais de auto-respeito e não-humilhação; ser capaz de ser tratado como um ser digno cujo valor é igual ao dos demais seres. Isso significa, no mínimo, proteção contra discriminação baseada em raça, sexo, orientação sexual, religião, casta, etnia, ou nacionalidade. No trabalho, ser capaz de trabalhar como um ser humano, exercendo a razão prática e entrando em relacionamentos significativos de reconhecimento mútuo com outros colegas de trabalho;
- h) *Outras espécies*: Ser capaz de viver considerando animais, plantas e o meio-ambiente;
- i) *Diversão*: Ser capaz de sorrir, divertir-se e apreciar atividades recreativas;
- j) *Controle sobre o próprio ambiente*: **A) Político**. Ser capaz de participar efetivamente das escolhas políticas; ter o direito de participação política, proteção ao livre-discurso e ao direito de associação. **B) Material**. Ser capaz de ter direitos de propriedade (terra e bens móveis), não só formalmente, mas em termos de oportunidades reais; e ter direitos de propriedade numa base de igualdade com os

demais; ter o direito de procurar e manter emprego numa base de igualdade com os demais.

Não só o tempo, como também as especificidades locais de onde se pesquisa podem representar um impacto considerável sobre a lista de capacitações. Se por um lado Nussbaum (2000) trata as capacitações como direitos que todos os indivíduos, de qualquer parte do mundo, deveriam ter a liberdade de reivindicar junto a seus governos, por outro lado, a autora também abre um espaço importante para que sejam agregadas novas capacitações a sua lista, escolhendo incorporar um alto nível de relativismo cultural em sua perspectiva das capacitações.

Sen (2000) afirma que seu propósito vem a ser o entendimento dos mútuos reflexos entre as diversas culturas. Ele enfatiza uma presumida distinção (tão corrente quanto irreal, na visão do autor) acerca dos generalizados “valores ocidentais” de liberdade *versus* os supostos “valores orientais” envolvendo autoritarismo. O autor defende a idéia de que os direitos humanos, descritos genericamente nas capacitações, necessitam ser universais, e que isso pode ser possível respeitando-se as peculiaridades culturais das mais diversas regiões do planeta. Isso porque, ao mesmo tempo que se respeitam as diversas culturas, através da manutenção e da promoção de suas expressões e costumes na abordagem da capacitação, o autor também espera que as culturas respeitem os direitos do ser humano que, antes de estarem ligados a quaisquer valores ocidentais ou orientais, deveriam retratar a ética e o respeito para com o próximo, acima de tudo.

Esse respeito às culturas locais envolve interpretações mais aprofundadas acerca das mesmas, visto que, de acordo com o autor, seriam justamente explicações superficiais que levariam a tais generalizações referentes aos valores ocidentais (da liberdade e da democracia) e aos valores orientais (da ordem e do coletivo sobre o individual). Como exemplo, recorda que o valor da liberdade, dito ocidental, teve seu nascimento somente com o Iluminismo (século XVIII), embora já tivesse sido discutido em textos tradicionais da Índia e mesmo em outros países orientais. Por conseqüência, deveria haver maior cuidado com a generalização de costumes e valores, sempre levando em consideração a diversidade cultural local que suporta os mais variados países componentes do oriente, o mesmo valendo para o ocidente.

Nussbaum (1999, 2000), por sua vez, também não pretende propor uma única forma de encarar bem-estar, embora tenha elaborado uma lista de capacitações fundamentais. Isso

porque a autora concorda com a relativização da importância das capacitações listadas de acordo com a relevância que outras possam apresentar nas localidades onde a lista servirá como instrumento de pesquisa. Isto é, há uma clara abertura para o relativismo cultural por parte da autora.

A abordagem das capacitações de Sen abre uma ampla gama de possibilidades para se estudar bem-estar humano e, por essa razão, discute-se a questão das escolhas sociais, da escolha de critérios. Obviamente que Nussbaum crê que haja espaço para relativismo cultural, mas a escolha eleita para este trabalho propõe o uso da lista como ela se apresenta nas publicações da autora (NUSSBAUM, 1999, 2000), uma vez que não se realizou nenhum estudo sobre a cultura dos locais de coleta de dados (embora algumas referências culturais estejam presentes ao longo deste trabalho).

Nussbaum (2000) deixa claro que, embora alguns itens da lista possam parecer mais permanentes que outros, a lista sempre poderá ser contestada e refeita, havendo a possibilidade, portanto, de se inserir ou excluir alguma capacitação conforme a necessidade das pesquisas que utilizem o modelo proposto por ela. Além disso, a autora crê em sua proposta tendo como objetivo o atendimento das necessidades do mundo contemporâneo, não recomendando qualquer viés de atemporalidade em relação à lista.

De acordo com a autora, integridade física, por exemplo, representa bem o papel de uma capacitação mais permanente na lista visto que, uma vez retirada, refletiria uma situação aterradora. Por outro lado, poder-se-ia mesmo debater o papel que desempenha a relação dos seres humanos com as outras espécies e com o meio-ambiente. A autora também coloca que as capacitações estão propositadamente descritas de uma forma bastante ampla, com um alto grau de generalidade, oferecendo margem à interpretações. A autora ainda compara as capacitações listadas à maioria dos direitos constitucionais: ela escreve que estes últimos seriam inicialmente descritos “num alto grau de generalidade”, o que não significa que sejam impraticáveis, uma vez que a tradição constitucional de cada localidade proporcionaria, a seu ver, uma margem qualquer de interpretação, ao menos.

Convém salientar que a lista de Nussbaum agrupa *capacitações*, e não *funcionamentos*. Transporte público (como ônibus, trem, barco, etc.), e água potável, por exemplo, indicadores importantes para a constituição de condições melhores de vida, não se encontram listados por Nussbaum porque, sendo funcionamentos, participam de conjuntos

mais amplos denominados capacitações: cada qual se encontra em alguma capacitação, de forma mais ou menos explícita (aquelas que considerem em maior dimensão o direito de ir e vir, a saúde, e assim por diante).

Outra questão relevante a respeito da lista é que, de acordo com a autora, dever-se-ia evitar promover uma capacitação em detrimento de outra. Isto é, evitar realizar uma análise de custo-benefício entre elas. Todos os elementos listados seriam de importância central na sua interpretação, como também distintos em qualidade, o que impediria uma análise puramente quantitativa da questão. Na abordagem proposta não se supõe que seja possível, por exemplo, interpretar que a falta de liberdades políticas poderia ser aceitável como contrapartida de um aumento considerável na taxa de crescimento econômico de uma localidade qualquer.

Ao usar as capacitações como instrumento de verificação de acesso à qualidade de vida, devem-se questionar as razões das iniquidades que se observam. Nussbaum (2000, p. 81), por exemplo, faz referência a John Rawls (1981) ao lembrar que o autor denomina por “bens naturais” questões sobre as quais as políticas públicas não podem atuar diretamente, a não ser através de princípios políticos básicos que estabeleçam as bases sociais para o alcance das capacitações. Por mais que se atue nesse sentido, sempre haveria, nesses casos, fatores não previstos que incidiriam no processo visado. Por exemplo, é certo que o governo não poderia tornar todas as mulheres emocionalmente saudáveis. Contudo, ele poderia atuar no sentido de “influenciar na saúde emocional em áreas tais como direito de família, lei contra estupro e segurança pública” (NUSSBAUM, 2000, p. 81)⁶.

Enfim, Nussbaum (2000, p. 83) fala dos “objetivos morais” que cercam a objetivação das capacitações. Para ela, “seres humanos são criaturas que, se supridas por educação correta e suporte material, podem-se tornar plenamente capazes de realizar todos os funcionamentos humanos.” No caso de as pessoas serem privadas do suporte necessário que lhes proporcione realizar seus funcionamentos, de terem impedidos seus direitos de ação humana, a autora acredita que haveria um grande desperdício do potencial humano.

⁶ Livre tradução da autora.

2 A ABORDAGEM DA CAPACITAÇÃO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS

Neste capítulo, o Plano Plurianual (PPA) é abordado no sentido de trazer à luz algumas intenções de mudança que cercam as etapas de elaboração e avaliação das políticas e dos programas sociais, em todas as esferas de governo. Também a burocracia e suas disfunções são brevemente retratadas a fim de que sejam reveladas as intrincadas condições nas quais pode se dar a elaboração e a implementação de programas e políticas sociais. Logo depois, discute-se sobre a tendência à descentralização das políticas sociais no Brasil. Em seguida, argumenta-se sobre algumas estratégias para a melhoria da qualidade de vida de acordo com a abordagem das capacitações, discutindo a questão da escolha social e suas prováveis conseqüências, além de tratar sobre a base informacional necessária para as políticas públicas e programas sociais. Finalmente, o papel das ONGs é discutido, levantando-se argumentos positivos e negativos acerca de suas intenções e atitudes no que diz respeito a substituir algumas funções do Estado. Ainda sobre a base informacional das políticas sociais, aborda-se rapidamente a natureza dos indicadores sociais e sua possibilidade de contribuição para as políticas sociais.

2.1 ETAPAS DE ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS SOCIAIS

De acordo com Ricci (2003), o Plano Plurianual (PPA) no Brasil é um modelo de gestão responsável por definir as diretrizes do governo desde o segundo ano de cada mandato até o primeiro ano do mandato subsequente. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que os governos de todas as esferas (municipal, estadual e federal) elaborem um relatório anual de avaliação e enviem-no ao Poder Legislativo visando à aprovação. As diretrizes fundamentais a que o PPA sujeita os governos dizem respeito à formulação, à implementação, à execução, ao acompanhamento (ou monitoramento) e à avaliação das políticas públicas. Cada uma dessas fases têm suas próprias etapas, algumas delas sendo importantes para mais de uma fase do processo.

Na fase de *formulação*, por exemplo, podem ser citados como importantes elementos envolvidos os níveis de decisão (as esferas governamentais), os atores sociais (o público-alvo e os interessados na questão por qualquer motivo), os modelos de análise das políticas públicas (o referencial teórico ou conceitual utilizado), a definição de objetivos e as prioridades. Na fase de *implementação*, dentre seus elementos, percebe-se que alguns deles recebem atenção desde a fase de formulação da política pública, pois aparecem novamente como elementos importantes os níveis de decisão e os atores, além das estratégias, dos recursos e dos possíveis problemas (situações ou condições imprevistas) que podem vir a surgir. Já na fase de *acompanhamento* (ou *monitoramento*) e *avaliação* das políticas públicas, os elementos mais relevantes seriam então os atores envolvidos, as estratégias, os instrumentos (meios pelos quais se avalia o sucesso de um programa social) e os problemas (novamente, questões imprevistas) (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2005).

No presente trabalho, defende-se que a abordagem da capacitação se constitui num instrumento capaz de subsidiar tanto a formulação quanto a avaliação de programas sociais. Pode-se perceber nas fases já mencionadas referentes às políticas públicas que a escolha do modelo de análise e as prioridades a serem alcançadas na formulação de programas sociais, bem como a estratégia e o instrumento utilizados em sua avaliação, têm condições de ser atendidos pelo que a abordagem da capacitação oferece como ferramenta teórica e prática.

Tendo como exemplo aproximado a experiência de pesquisa presente nesta dissertação, realizada junto às associações dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento, no que se refere à fase de formulação, o modelo de análise será qualitativo, pautado basicamente pela abordagem da capacitação. As prioridades da presente pesquisa advirão da lista de capacitações centrais de Nussbaum. Também poderiam ter sido escolhidas de acordo com a percepção da pesquisadora, visto que o enfoque da capacitação, por meio de Sen (2000), propõe-se a respeitar a liberdade de escolha, entendendo que qualquer lista de capacitações ou de necessidades básicas (leia-se prioridades) possa vir a restringir as liberdades individuais, sejam do público-alvo ou dos pesquisadores. No que se refere à avaliação dos programas sociais, a estratégia será a realização de entrevistas com pessoas percebidas como bem informadas sobre a comunidade onde vivem, e o instrumento utilizado será a análise interpretativa, uma ferramenta qualitativa em que entrarão em foco não somente as entrevistas, como também alguns documentos coletados e a observação casual da pesquisadora realizada ao longo do trabalho.

Apesar da confiança crescente nos resultados provenientes desse tipo de enfoque desde a década de 1990, uma vez compreendido o alcance multitemático desta abordagem (ROBEYNS, 2005), seria importante que os programas sociais pudessem ser monitorados constantemente, de maneira a possibilitar a averiguação do seu alcance junto ao público-alvo, como também a percepção de novas demandas sociais que possam partir da população (SILVA, 1995). Schwartzman (2004, p. 176) salienta que “a agenda social muitas vezes é superada pelos fatos”, ou seja, o planejamento público a ser implementado junto a uma população muitas vezes não condiz mais com as necessidades do momento, que são resultado de mudanças sociais inicialmente imprevisas pelos planejadores. Essa atitude de monitoramento permanente pode ser interpretada como uma prerrogativa fundamental da abordagem da capacitação porque as decisões tomadas devem ser relativas ao incremento das liberdades dos indivíduos, e nunca limitantes. Sendo assim, programas sociais que não refletem o que uma população carece continuam a privá-la do que ela mais necessita ao dar atenção a dimensões de menor urgência, ou mesmo já inexistentes localmente, no que diz respeito ao bem-estar social.

Contudo, os meios de avaliação do Plano Plurianual (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2000) têm indicado algumas mudanças em direção a esse caminho. As instâncias de avaliação apresentam como metas a melhoria do desempenho dos programas sociais, o incremento no aprendizado das equipes gerenciais, além de uma prestação de contas à sociedade e ao Congresso Nacional. A tarefa de avaliação cabe, conjuntamente, aos gerentes dos programas, aos gestores setoriais (vinculados a cada ministério envolvido), e ao Ministério do Planejamento. São averiguados (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2000, p. 44):

os resultados, a concepção e a implementação de cada programa. Os resultados são avaliados, principalmente, pela variação dos indicadores e em função de transformações percebidas pelo público-alvo. As restrições e oportunidades para o alcance dos resultados, identificadas na avaliação, contribuem para aperfeiçoar a concepção e implementação do programa. Analisa-se também a adequação dos resultados aos objetivos setoriais dos ministérios e aos macroobjetivos do Plano Plurianual.

De acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2000), no ano de 2001, quando da confecção do segundo relatório de avaliação do PPA (o primeiro relatório foi elaborado em 2000), alguns avanços foram percebidos em relação ao primeiro, em decorrência de uma pesquisa realizada com indivíduos diretamente atuantes junto à gestão de

programas sociais. Notou-se a necessidade de “mudanças no processo de mobilização e capacitação das equipes, no roteiro e nos quesitos de avaliação e na forma de participação dos órgãos envolvidos” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2000, p. 44). Dessa maneira, iniciou-se um processo mais intenso de conscientização e mobilização das equipes e dos órgãos diretamente atuantes junto aos programas sociais.

Em relação ao papel desempenhado pelos organismos internacionais e multilaterais em países ricos e pobres, Schwartzman (2004) se refere, como exemplo, à questão educacional. Ao participar de um congresso sobre o tema, disse ter percebido que os painelistas, em sua maioria, teriam afirmado que essas organizações tenderão a aumentar sua presença nos próximos anos. No entanto, tanto o autor quanto os painelistas não interpretam essa presença de maneira sempre positiva em relação a seus possíveis impactos. Isto é, acreditam ser necessária uma análise mais acurada a respeito dessas influências (SCHWARTZMAN, 2004, p. 153):

Grandes projetos, com financiamento internacional, podem levar à criação de burocracias que funcionam de forma paralela às administrações governamentais existentes (...). Eles podem ser muito ineficientes, gastando recursos de equipamento e assistência técnica sem avaliação adequada de resultados (...). Organizações multilaterais e não-governamentais trabalham muitas vezes com agendas simplistas e genéricas, motivadas ideologicamente ou estabelecidas através de negociações políticas complexas, e não têm mecanismos para absorver as críticas que possam surgir quanto à sua atuação, apesar da sofisticação e complexidade dos estudos que muitas vezes encomendam ou patrocinam.

No entanto, não é sempre que esses projetos se mostram ineficientes. O próprio autor ressalta a importância dessas organizações em países pobres, nos quais muitas vezes a ajuda técnica e financeira é insubstituível. Nos países maiores (não necessariamente ricos), esse auxílio seria relevante no sentido de se estabelecerem prioridades no sistema educacional. Schwartzman (2004) lembra que, no passado, as organizações internacionais colocavam uma maior atenção na educação técnica e profissional, bem como no desenvolvimento de competências. Hoje, o autor entende haver maior preocupação com equidade, pobreza, *empowerment*⁷ e o atendimento de grupos específicos, como mulheres, populações nativas e negros.

Sobre a abordagem da capacitação, Robeyns (2005) afirma que esta, além de ter validade como importante ferramental para análises sobre pobreza e estudos ligados ao

⁷ Termo que tem sido traduzido para o português como “empoderamento”.

desenvolvimento, também se presta a avaliar desigualdade e o impacto social decorrente de políticas públicas. Aplica-se aqui a expressão “políticas públicas”, e não especificamente “programas sociais”, porque as políticas públicas costumam abranger uma gama diversa de programas, com diferentes focos, todos ligados às distintas áreas de interesse do planejamento governamental.

Da mesma forma, as capacitações e seus funcionamentos também representam, de maneira aproximada, generalidade e especificidade, respectivamente. Ao julgar desenvolvimento como a realização de funcionamentos, Sen (1988) introduz uma discussão a respeito da natureza dos intitamentos (os meios através dos quais é possível realizar grande parte dos funcionamentos). Sen (1988, p. 16) afirma que

A realização de funcionamentos depende não somente dos artigos que pertencem a uma pessoa, mas também da disponibilidade de bens públicos e da possibilidade proporcionada pelo Estado para se utilizar bens particulares livremente. Realizações como ser saudável, estar bem nutrido, ser alfabetizado, etc., iriam depender naturalmente também das provisões públicas de serviços de saúde, de facilidades médicas, de planejamento educacional, e assim por diante.⁸

Isto é, na opinião do autor, percebe-se que o Estado tem um papel importante no que diz respeito ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Uma vez que muitos funcionamentos podem se tornar realidade por meio de intitamentos, a forma como o autor aborda a questão permite que se reflita sobre a posse particular e sobre o direito de posse de intitamentos junto ao Estado, à disposição, principalmente, dos que mais necessitam. Assim, além de enfatizar seu entendimento sobre o alcance do desenvolvimento (por meio da realização de funcionamentos), ele interpreta ser necessário levar em consideração não apenas os meios privados para esse fim, mas também a disponibilidade de bens públicos e a garantia de que se possa utilizar bens privados com essa finalidade.

No momento da implantação das políticas sociais, Robeyns (2005) lembra que, para algumas das capacitações, o suporte poderá advir inicialmente de recursos financeiros. Já para outras, essa responsabilidade poderá recair sobre instituições e práticas de âmbito político (quais sejam, capacitações como as que garantem e protegem a liberdade de pensamento, a participação política, as práticas culturais, os bens públicos, as normas sociais, as tradições e os hábitos) (ver APÊNDICE A).

⁸ Livre tradução da autora.

Outro ponto relevante na discussão acerca da possibilidade de contribuição da abordagem da capacitação ao planejamento público é que a *capacitação* deveria ser o objetivo das políticas públicas, e jamais o *funcionamento*. Cabe novamente esclarecer que se faz referência a “políticas sociais” e não especificamente a “programas sociais” porque uma política social pode ser explicada como uma capacitação, com suas distintas possibilidades para se alcançar o mesmo fim. Robeyns (2005) lembra que, numa situação hipotética, se dois indivíduos tivessem exatamente os mesmos conjuntos capacitários, ainda assim, terminariam, certamente, com diversos tipos e níveis de funcionamentos realizados. Isso porque, explica a autora, as pessoas fazem escolhas baseadas em idéias pessoais do que seria uma boa vida.

Nussbaum (1999) explica que a capacitação mantém o foco numa noção mais ampla de demanda dos indivíduos e, sendo assim, é fortemente atenta aos objetivos ligados aos funcionamentos. A autora salienta que os governos não deveriam basear-se em funcionamentos para a elaboração de programas sociais, sob pena de forçar os indivíduos a agirem sob um escopo limitado de possibilidades preconcebidas, sem levar em consideração a universalidade das preferências dos que seriam afetados pelos programas. Tanto o julgamento de Nussbaum (1999) quanto a opinião de Robeyns (2005) se baseiam na proposta inerente à abordagem da capacitação, de oferecer oportunidades de escolha para que as pessoas possam desfrutar de uma vida que lhes satisfaça, não constringendo ou restringindo-as a considerar modos de ser e de viver que, para si, não tenham valor (NUSSBAUM, 1999).

Comentando especificamente sobre *preferências pessoais* — um tema praticamente não trabalhado em políticas sociais, pelo menos no que se refere à experiência brasileira (VELLOSO; ALBUQUERQUE; KNOOP, 1995) — Robeyns (2005) explica que existem grandes influências sobre as escolhas individuais. Forças essas provenientes das opiniões mantidas e reproduzidas pela família, pela religião, pela comunidade, pela cultura na qual os indivíduos estão inseridos, e pelo passado individual. Até que limite essas restrições poderiam compor uma escolha efetivamente individual é algo a ser questionado e refletido em outro momento. Todavia, é da opinião da autora que nem sempre esses condicionamentos podem constituir escolhas injustas ou negativas. Robeyns (2005) chega a afirmar que algumas pessoas tomam esse tipo de escolha como a mais confortável, pois tende a oferecer algum tipo de sustentação ou apoio. Além disso, essas influências costumam estar presentes nas escolhas em geral e, por mais que se faça certo esforço, muitas vezes, sequer é possível identificar suas fontes.

A questão do relativismo cultural especificamente ligado aos bairros Moinhos de Vento e Rubem Berta não foi discutida com maior rigor neste trabalho por uma escolha relativa ao espaço e ao foco do trabalho. A escolha da lista de capacitações fundamentais elaborada por Nussbaum (1999, 2000) já lida em seu conteúdo com o tema do relativismo cultural (ver APÊNDICE A), uma vez que os assuntos tratados se mostram, de maneira geral, bastante universais, tendo muitos deles relações temáticas entre si. Além disso, o foco principal da dissertação não comporta uma análise minuciosa acerca das culturas locais dos bairros estudados (Rubem Berta e Moinhos de Vento). Para isso, seria necessário um refinamento maior no sentido de compreender as mútuas influências, pois ambos os bairros estudados se encontram circunscritos a uma mesma fronteira maior, a cidade de Porto Alegre, que também tem características próprias e que, obviamente, influenciam os bairros que a compõem (é a capital de um estado da nação, encontra-se na região urbana, etc.). Além disso, a atenção da dissertação recai, fundamentalmente, sobre o acesso à qualidade de vida local e sobre uma análise comparativa entre os resultados obtidos junto aos bairros, e não sobre esse tema, particularmente.

Sen (2000, p. 279) esclarece o modo como interpreta a questão cultural em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, maneira essa que se tenta seguir ao longo da dissertação no trato com os bairros pesquisados:

Este livro se norteia pela crença no potencial das diferentes pessoas de diferentes culturas para compartilhar muitos valores e concordar em alguns comprometerimentos comuns. O valor soberano da liberdade como o princípio organizador deste livro possui, com efeito, essa característica de acentuada presunção universalista.

Isto é, o autor acredita respeitar as especificidades culturais, e espera encontrar pontos de concordância em relação a alguns valores que, para ele, seriam universais. Da mesma maneira, espera-se encontrar algumas das capacitações centrais de Nussbaum (2000) fortemente relacionadas tanto ao acesso à qualidade de vida no bairro Rubem Berta, quanto no bairro Moinhos de Vento. Assim, essa situação indicaria que podem haver algumas semelhanças nas necessidades e no bem-estar mais fundamental dos indivíduos de ambos os bairros.

2.1.1 Políticas Públicas e Burocracia

É importante tratar brevemente acerca das disfunções burocráticas que podem vir a fazer parte do processo que envolve a constituição das políticas públicas e dos programas sociais em geral, desde seu planejamento, até seu monitoramento e avaliação. Estes infortúnios, causados por impasses os mais diversos e pela emergência de distintos interesses, geram conflitos que resultam, muitas vezes, num excesso de burocracia que em nada contribui para a ação governamental ou para o público-alvo dessas ações.

Segundo Weber (1999), a concepção ideal de burocracia seria aquela pautada pela ação racional com respeito a fins, isto é, envolvendo a maior eficiência possível na relação entre meios e fins. Além disso, dependem-se daí outros elementos, como a racionalidade instrumental, a autoridade racional-legal e a explicitação dos objetivos perseguidos. No entanto, alguns autores apontam certas conseqüências não previstas inicialmente, relacionadas ao modelo burocrático na vida prática, lembrando que a ação governamental, bem como as atividades nas organizações em geral, muitas vezes, podem vir a esbarrar no excesso de burocracia. Outrossim, o papel de grupos específicos de atores sociais (como categorias de trabalhadores, comunidades técnicas, organismos internacionais e multilaterais, etc.), da mesma forma que a arena política que se forma em torno das políticas públicas e dos programas sociais (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2005), muitas vezes, podem tornar o modelo menos eficiente

Por exemplo, fatores imprevistos podem ser aqueles decorrentes do excesso de burocratização, como a ineficiência gerada pela inflexibilidade e o alcance de apenas um nível mínimo de desempenho dos funcionários no trabalho (GOULDNER, 1954)⁹. As incongruências da burocracia podem surgir como decorrência do não-ajustamento de quem se espera obediência às normas burocráticas. Também a quantidade exagerada de documentos, de trâmites organizacionais e a escassez de decisões próprias fazem parte do que Merton (1970) teria denominado de “disfunções burocráticas”. Nesses casos, muitas vezes ganham

⁹ Apresentando seu livro baseado num estudo de caso realizado numa fábrica de gesso, Gouldner (1954, p. 16) teria feito a seguinte síntese do que buscava abordar: “este estudo analisa a administração de uma fábrica moderna, ao invés de examinar a burocracia num conjunto de serviços civis mais familiares e, assim, será delineada uma tradição diferente do ponto de vista acadêmico. Seguindo no estudo concreto de estudos industriais, essa tradição tem como necessidade referenciar ela mesma com conflito social, com ação e resistência, e com os caprichos através dos quais o governado concede ou recusa consentir a seus governantes. (...) Essa perspectiva se dirige a questionar as tensões e problemas pela burocratização”.

destaque aqueles indivíduos que melhor conhecem as normas relacionadas a sua função do que aqueles que conhecem e desempenham seu trabalho de maneira satisfatória, transpondo-se os meios em fins da organização.

Ademais, a falta de entendimento entre o público e o funcionário burocrático contribui para as disfunções burocráticas, uma vez que o último tende a prezar pela despersonalização e pelo formalismo, fazendo com que as exceções não sejam tratadas como tal, sendo sempre categorizadas em uma pequena variedade de casos previamente definidos. Além dos casos relatados, ainda pode haver resistência dos funcionários burocráticos às normas impostas, resistência essa que seria derivada de problemas de adaptação ao modelo burocrático. As atitudes costumam variar desde o desinteresse pelo trabalho, até a resistência ativa frente às imposições, como atividade sindical agressiva (MERTON, 1970).

De maneira complementar ao tema, em relação à organização dos grupos, Lapassade (1989, p. 236) ressalta que

O grupo se toma sempre (a partir do juramento) e primeiramente como objetivo: ele se trabalha, para poder trabalhar, quer dizer, procurar objetivos comuns. (...) A burocratização está fundamentalmente ligada ao fato de que, em lugar de procurar os objetivos que motivavam inicialmente a sua constituição, uma organização toma-se a si mesma como objetivo.

Em outras palavras, o autor expressa a idéia de que indivíduos pertencem a grupos, e que estes, antes de mais nada, teriam como objetivo a manutenção desta unidade, o que, muitas vezes, acabaria por colocar de lado os motivos iniciais pelos quais o grupo foi criado. Haveria, nesse sentido, uma ligação íntima entre a formação e a manutenção dos grupos (grupos esses como, por exemplo, as já citadas categorias de trabalhadores, comunidades técnicas, organismos internacionais e multilaterais, etc.), e as disfunções burocráticas, no sentido de que estes grupos formariam uma estrutura própria e, acima de qualquer outra coisa, a prioridade seria a sustentação dessa condição.

Weber (1999) teria elaborado uma tipologia da autoridade, classificando-a em autoridade carismática, autoridade racional-legal (a mesma burocrática), e autoridade tradicional. A autoridade racional-legal seria a mais utilizada nas organizações contemporâneas e, para Weber (1999), seria o tipo ideal (embora não descartasse as demais). No entanto, o autor teria elaborado tipos puros conceituais, o que não encontraria um reflexo

exato na realidade, podendo-se concluir que as diferentes expressões de autoridade podem se mesclar no mundo real, havendo apenas a predominância de uma ou de outra.

Avaliando mais atentamente o caso brasileiro, com a desigualdade existente entre os indivíduos e entre os espaços socioeconômicos nacionais e regionais, além da atual situação de grande vulnerabilidade social (quando praticamente não se nota planejamento estratégico em nível nacional ou regional), da falta de organização no sentido da representação de interesses dos que mais necessitam, além da falta de controle sobre as ações e políticas públicas (SILVA, 1995), suscita-se a questão de que a sociedade brasileira ainda seria fortemente pautada pela autoridade carismática, e não pela autoridade burocrática. Isto é, a autoridade carismática parece decorrer naturalmente das condições sociais e históricas em que o Brasil se encontra imerso. Dessa maneira, como colocam Albuquerque e Knoop (1995, p. 3), essa é uma questão que dependeria de mudanças no que se refere a um “profundo reordenamento institucional, com reforma do Estado e com a construção de novo relacionamento entre ele e a esfera privada da sociedade”.

2.2 CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Comim e Bagolin (2002, p. 474) concordam que uma abordagem mais qualitativa no que se refere ao reconhecimento de problemas sociais (como entrevistas, por exemplo) tem seu mérito, embora não seja aconselhada para generalizações no âmbito de regiões geograficamente amplas.

Essa perspectiva pode ser operacionalizada através de estudos participativos, que consistem no uso de técnicas participativas (técnicas visuais, entrevistas abertas, etc.) que permitem aos pesquisadores saber diretamente o que constitui a pobreza, segundo as próprias pessoas pobres. As políticas derivadas dessa abordagem são contexto-específicas e são largamente utilizadas em programas de assistência social.

Em referência a esta dissertação, pode-se afirmar que será empregada uma abordagem qualitativa, na qual a realização de entrevistas com o público-alvo permitirá a obtenção de dados referentes à qualidade de vida (o modo como as pessoas vivem e as escolhas que têm) conforme suas próprias percepções. Quanto a ser um estudo contexto-específico, é o que efetivamente se pretende nesta dissertação. Isto é, grande parte das idéias contidas neste

trabalho se refere a ações localmente restritas no que diz respeito a programas sociais, e não à amplitude de algumas políticas públicas, muitas vezes de escala nacional.

Albuquerque e Knoop (1995), por exemplo, apontam que programas sociais mais focados em públicos específicos, com ações específicas, podem ser mais eficazes que grandes programas sociais nacionais. Por outro lado, a crescente tendência à descentralização das políticas sociais no Brasil, em decorrência do processo de democratização e da crise do Estado brasileiro (ambas ocorridas ainda na década de 1980), pode ser tanto benéfica quanto desfavorável, em vistas do que se persegue (ALBUQUERQUE; KNOOP, 1995, p. 2):

No caso das políticas sociais, particularmente, a oposição ao autoritarismo confundiu, em um só movimento, descentralização, democratização e participação, fortalecendo a convicção de que sua implementação resultaria necessariamente em mais eficiência, eficácia e efetividade no emprego dos recursos públicos, e em mais equidade no atendimento da população.

Logo, percebe-se que a descentralização também pode se mostrar tão desorganizada e sem estratégias aparentes quanto a centralização das políticas sociais. Descentralização entendida por Albuquerque e Knoop (1995) num sentido amplo. Isto é, a transferência do poder de decisão centrado na União (ou na Presidência da República) para o Poder Judiciário e para o Congresso Nacional, de recursos e encargos da União para estados e municípios, bem como a privatização de atividades produtivas e a apropriação de poder por parte da sociedade civil e, mesmo, pelo mercado.

Silva (1995) faz uma apresentação de experiências internacionais em termos de arranjos político-institucionais referentes à descentralização de políticas sociais, na busca por uma maior eficiência e equidade. O autor considera dois grandes paradigmas. O primeiro deles seria o hegemônico, do ponto de vista político-ideológico. Seria aquele comumente prescrito por organismos internacionais promotores do desenvolvimento e reguladores econômico-financeiros. A competitividade e a iniciativa são defendidas em qualquer âmbito. O desenvolvimento das regiões seria diretamente dependente de sua inserção internacional e de sua estabilidade econômica, ambos fatores preponderantes. É defendida a devolução de recursos e instrumentos de poder que ainda se encontram sob o poder do Estado à sociedade civil organizada, sendo esse processo regulado de maneira predominante pelo mercado. Haveria como conseqüência a redução do tamanho do Estado, da mesma forma que de seu poder de regulação e de intervenção na sociedade.

Por fim, o autor aponta resultados positivos e negativos da adoção da descentralização nos moldes deste paradigma. Dentre os efeitos positivos, por exemplo, pode-se citar a constituição de pólos regionais de desenvolvimento, atuando de maneira bastante livre e flexível, a despeito das regras nacionais quanto às relações de trabalho e à tributação, transformando e criando novas características relativamente à organização do trabalho e da produção. Como efeitos negativos da adoção deste tipo de descentralização podem ser citados dois pontos. O primeiro concerne ao aumento das desigualdades e à fragmentação dos espaços socioeconômicos nacionais e regionais, desencadeando a ascensão dos níveis de desemprego estrutural onde exista forte aglomeração urbana ou em áreas já abaladas pelo baixo desenvolvimento socioeconômico. O segundo efeito negativo se refere às experiências de transformação no que se refere à base da segurança social estatal que foi desenvolvida após a Segunda Guerra Mundial. Houve e ainda estaria havendo um processo de quebra da característica universalista de alcance dessa estrutura, numa tentativa de focalizar e diferenciar os serviços, oferecendo segurança a situações de vulnerabilidade específicas.

Já o segundo paradigma, na opinião de Silva (1995), dá ênfase a experiências consideradas bem-sucedidas, desenvolvidas em países europeus. Essa perspectiva de descentralização volta a atenção para a “necessidade de reestruturação político-econômica, social e regional” (SILVA, 1995, p. 26), buscando preservar os espaços nacionais de maneira cooperativa e dinâmica. Também há uma busca constante pela equidade e pelo desenvolvimento integrado, além de uma ênfase na força do Estado como necessária para questões de regulação, de planejamento estratégico no âmbito nacional e regional, e nas questões sociais (principalmente, as relativas à educação e à saúde). Os processos de descentralização considerados bem-sucedidos pelo autor seriam aqueles nos quais fossem construídas estratégias de intervenção que unissem alguns elementos específicos. Seguem estes elementos abaixo, de acordo com Silva (1995, p. 27-29):

- a) novas formas e mecanismos de organização e representação de interesses;
- b) a renovação e priorização de mecanismos de planejamento estratégico em nível regional e nacional;
- c) a adoção de mecanismos de gestão e organização da intervenção que garantam a flexibilidade e a agilidade do processo de tomada de decisão, apoiando-se em bases e redes de informações e dados locais, regionais e nacionais;

- d) a criação de instâncias nacional e regionais para negociação, avaliação e controle das ações e políticas públicas;
- e) a priorização de critérios de organização da produção de bens e serviços e de mecanismos de alocação de recursos que favoreçam a eficiência combinada com eficácia e efetividade, na ótica do cidadão-usuário;
- f) a criação de uma instância técnica, em nível nacional, para garantir o financiamento de programas e projetos locais ou regionais prioritários.

No entanto, após refletir sobre as características dos dois paradigmas de experiências internacionais de descentralização propostos por ele, Silva (1995) chega à conclusão de que o Brasil não se encontra, efetivamente, em nenhum deles. A experiência brasileira não demonstra uma política combinada de interesses nas três instâncias de governo, havendo apenas algumas ações localizadas, que apresentam resultados e caminhos diversos. Para o autor, o segundo paradigma seria o mais aconselhado à situação brasileira, visto que a ação estatal poderia atingir um estágio bastante elevado de eficiência e equidade. Todavia, conforme o autor, a aplicação do segundo paradigma no Brasil apresentaria alguns obstáculos (ALBUQUERQUE; KNOOP, 1995, p. 3):

A descentralização decorrente assume caráter integrador e equalizador e sua aplicação, no Brasil, considerada desejável, envolve profundo reordenamento institucional, com reforma do Estado e com a construção de novo relacionamento entre ele e a esfera privada da sociedade.

Apesar das dificuldades encontradas para se colocar em prática a proposta do segundo paradigma, o autor crê que não seja mais aceitável o prolongamento da atual conjuntura, na medida em que as práticas político-econômicas, sociais e institucionais estariam levando a sociedade brasileira a uma grave situação de desigualdade e profunda miséria.

2.3 ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO ENFOQUE DAS CAPACITAÇÕES

A fim de evitar a problemática da pobreza urbana de maneira duradoura, é indispensável a formulação de políticas compensatórias que afetem a distribuição da renda no Estado, de modo a assegurar aos cidadãos a plena integração na sociedade, não meramente pela via do consumo, mas pelo acesso ao trabalho, à educação, à saúde, à moradia e à plena participação cidadã nos processos decisórios. Assim, embora nem todas as variáveis envolvidas nesta problemática estejam sob controle

do Governo do Estado, cabe-lhe, contudo, exercitar ao máximo as possibilidades que se lhe oferecem nesse âmbito.

Esta citação, extraída de um relatório de diagnóstico elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) sobre a situação de pobreza urbana no estado do Rio Grande do Sul (POBREZA URBANA, 1998, p. 56), traduz, de certa maneira, a perspectiva da capacitação do ponto de vista de Nussbaum (2000). Notam-se temas abordados por algumas das capacitações centrais da autora citados na passagem: os que lidam com o acesso ao trabalho, à educação, à saúde, à habitação, e à participação em escolhas políticas. Além disso, o tema principal abordado na citação (pobreza) tem estreita ligação com o conceito de qualidade de vida trabalhado por Nussbaum (2000): pobreza é a privação de capacitações fundamentais, enquanto que qualidade de vida envolve o modo como as pessoas vivem, como também as escolhas que têm (o que, do mesmo modo, pode vir a caracterizar pobreza, isto é, uma condição bastante inferior em termos de qualidade de vida).

No entanto, a renda ainda é alçada como o elemento propulsor de toda uma condição mais digna de vida para os habitantes do estado. De acordo com a passagem: “embora nosso trabalho tenha-se fundamentado em dados de renda, não desconsideramos os critérios de qualidade de vida” (POBREZA URBANA, 1998, p. 7), percebe-se que o critério “renda” é o elemento primeiro deste estudo, e não os “critérios de qualidade de vida”.

Nota-se que, apesar da preocupação referente às condições de vida das populações, a renda foi, e ainda é vista por muitos, como o baluarte das questões sociais. Nesta dissertação, não se nega o poder da distribuição de renda para o alcance de melhor qualidade de vida para a população. Contudo, acredita-se que há estratégias tão ou mais eficientes que o emprego direto da renda para a melhoria da qualidade de vida, transitando pelo enfoque das capacitações.

2.3.1 As Possibilidades da Escolha Social

A opinião de Sen (1999b) é crítica em relação às decisões de pequenos grupos que acreditam refletir as escolhas de toda uma comunidade. Suas críticas partem do princípio de que as motivações que levariam a determinados julgamentos numa sociedade (sobre bem-estar ou pobreza agregada, por exemplo) seriam tantas (dada a pressuposição da diversidade

de preferências individuais existentes) que seria questionável a eleição dessas questões pela perspectiva de poucos.

Nesse sentido, Sen (1999b) discorre sobre uma ainda incipiente teoria sobre escolha social, inicialmente idealizada por matemáticos contemporâneos da Revolução Francesa (J. C. Borda; Marquês de Condorcet). A inquietação inicial teria se dado relativamente a procedimentos de voto, numa tentativa de evitar instabilidade e arbitrariedade, e promover as preferências e os interesses de todos os membros nos arranjos de escolhas sociais. No entanto, os resultados auferidos inicialmente não foram em nada otimistas. Uma das proposições, a “regra da maioria”, por exemplo, podia se mostrar inconsistente se A derrotasse B por maioria, em seguida B derrotasse C por maioria, e, finalmente, C derrotasse A por maioria. Assim, não haveria grupo vencedor.

Somente na década de 1950, Kenneth Arrow teria dado novo fôlego à então *Teoria da Escolha Social* argumentando através de seu “Teorema da Possibilidade Geral” (coloquialmente denominado “teorema da impossibilidade” pelos economistas ortodoxos) que “somente uma ditadura poderia evitar inconsistências, mas isso envolveria: (1) na política, um extremo sacrifício de decisões participatórias, e (2) na economia do bem-estar uma flagrante inabilidade para ser sensível a interesses heterogêneos de uma população diversa” (SEN, 1999b, p. 351). Em outras palavras, um ar pessimista havia invadido a disciplina da economia do bem-estar. Por outro lado, a tradicional economia do bem-estar na época, representada por teóricos utilitaristas, seguira outro caminho que não o de Condorcet: tomara como base os escritos de Bentham (1989), os quais preconizavam a soma total de utilidade de uma comunidade desconsiderando a distribuição desse total, o que reduzia consideravelmente a base informacional necessária para a escolha social, que não contava com comparações interpessoais.

Sugden (1993) explica que o teorema da impossibilidade de Arrow teria revelado alguns problemas de ordem matemática e filosófica naquela estrutura ortodoxa de pesquisa, chamada “welfarist” (tratado aqui no texto como *welfarista*)¹⁰, o que teria dado espaço para os economistas desenvolverem abordagens alternativas. Assim, contribuições adicionais vieram do campo da filosofia política, principalmente com os trabalhos de John Rawls (1981)

¹⁰ De acordo com Sen (2000), o welfarismo constitui-se numa premissa utilitarista onde o que importa é o grau de utilidade total alcançado pelo Estado, podendo mesmo ser deixados de fora alguns elementos importantes em outras abordagens, como os direitos humanos ou as desigualdades sociais, por exemplo.

e de Robert Nozick (1991), os quais “mostraram que as teorias de justiça social e econômica não precisam ter fundações *welfaristas*” (SUGDEN, 1993, p. 1947).

2.3.2 A Base Informacional das Políticas Sociais

Mathai (2003) se refere à base informacional das políticas públicas e dos programas sociais como um elemento de extrema importância, tanto para sua formulação como também para sua avaliação *a posteriori*. Certos questionamentos colocados pelo autor no intuito de se refletir sobre as informações mais relevantes na utilização da abordagem da capacitação como subsídio no exercício de elaboração e avaliação de políticas e programas sociais podem ser úteis nesse sentido (MATHAI, 2003, p. 2):

O que as pessoas valorizam levando em consideração suas possibilidades de ‘ser’ e ‘fazer’? O que elas mais valorizam? Como obter informações sobre valores de uma forma tratável em uma análise crítica? Como acomodar a diversidade de valores que ocorrem nos vários níveis de organizações sociais, isto é, começando do indivíduo até comunidades e maiores agregados humanos? Como priorizar valores? Como aplicar estas questões a diferentes culturas?

De acordo com Mathai (2003), Sen se oporia a especialistas que pretendem identificar e priorizar valores em comunidades, onde há diferentes culturas. Como solução, o autor seria partidário de “um processo de debate, deliberação e discussão” democrático (MATHAI, 2003, p. 2), o que seria mais adequado no sentido de fazer emergir as respostas referentes às questões da passagem supracitada. Mathai (2003) afirma que Sen acredita que a exclusiva utilização do trabalho de especialistas, sem a participação das comunidades afetadas por suas decisões, poderia parecer, em princípio, uma maneira mais fácil de resolver a questão. Porém, haveria duas limitações significativas: 1) tal lista poderia ser objeto de considerações particulares, de uma visão de mundo ideológica específica, e 2) as listas dos *experts* poderiam também ser especificadas em demasia e, assim, privar a abordagem da capacitação de uma de suas características distintivas (como também de uma importante contribuição para a execução e a avaliação de programas sociais): ser capaz de acomodar as concepções mais diversas e multidimensionais de bem-estar no âmbito universal.

Além de todas as questões levantadas por Mathai (2003) a respeito de uma base informacional necessária para que se planeje políticas públicas, Schwartzman (2004) e Sachs

(2001) se referem ainda a outros dados. Ambos os autores discorrem sobre a importância da concepção da *política* no que tange a políticas públicas. Mais claramente falando, Schwartzman (2004, p. 175) lembra que,

em português, a palavra “política” se refere tanto ao processo de disputa por cargos e negociação de interesses na sociedade quanto à implementação de ações governamentais específicas, na área de educação, saúde, meio ambiente, redução da pobreza, entre outras.

A bem de chegar à raiz do termo, recorre-se à filosofia. Japiassu e Marcondes (1996, p. 215) conceituam *política* como

Tudo aquilo que diz respeito aos cidadãos e ao governo, aos negócios públicos. A filosofia política é assim a análise filosófica da relação entre os cidadãos e a sociedade, as formas de poder e as condições em que este se exerce, os sistemas de governo, a validade e a justificação das decisões políticas.

Weber (2004, p. 59) resume sua concepção de política à “direção do agrupamento político hoje denominado ‘Estado’ ou a influência que se exerce nesse sentido”. Já Aristóteles (2004b, p. 14), há mais de 2.300 anos, teria justificado a existência da política entre os homens porque “o homem é um animal político, (...) que deve viver em sociedade” e “a palavra tem a finalidade de fazer entender o que é justo e o injusto, (...) o bem e o mal”. Isto é, para ambos os autores, o relacionamento estabelecido entre os homens em sociedade pressuporia uma organização política. Assim, critérios de justiça, de qualificação de um bom ou mau governo, e os elementos necessários para o alcance do bem-estar na sociedade fariam parte dos critérios discutidos pela política, ratificando o que Schwartzman (2004) e Japiassu e Marcondes (1996) já haviam esclarecido anteriormente.

Schwartzman (2004) lembra que faz parte da tradição brasileira e portuguesa trabalhar as questões de *política* e *políticas públicas* em conjunto, uma vez que uma dependeria da outra. A fim de tornar mais clara essa afirmação, traz o exemplo dos países de origem anglo-saxônica que, ao contrário dos brasileiros e portugueses, exigiriam toda uma “lógica própria” quando ao lidar com políticas públicas, como a presença necessária de “profissionais especializados, recursos definidos, metas explícitas, mecanismos de tomada de decisão, sistemas de avaliação de resultados” (SCHWARTZMAN, 2004, p. 175). Entretanto, o Plano Plurianual e suas ferramentas de avaliação estariam indicando algumas mudanças em direção a esse caminho no Brasil atualmente (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2000).

De acordo com Schwartzman (2004), embora se possa dizer as políticas sociais seriam fortemente inter-relacionadas com a política no Brasil, há outros fatores relevantes para que as políticas públicas e os programas sociais sejam colocados em prática. Exemplo disso são características particulares da sociedade e a maneira como elas são divulgadas e interpretadas pelo meio social. A estrutura social de um país comporia um panorama em que estariam presentes sua estrutura demográfica, sua ocupação, a distribuição da riqueza entre todos os habitantes, a distribuição espacial e geográfica. Adicionalmente, distinções de razão étnica, cultural e educacional comporiam o quadro. Também as conotações politico-partidárias ou ideológicas que cercam os planejadores públicos implicam, muitas vezes, em drásticas diferenças de perspectiva. E isso, conseqüentemente, afeta toda a sociedade na medida em que umas parcelas da população, e não outras, tornam-se o foco escolhido para os planejadores implementarem, enfim, os programas sociais projetados.

Sachs (2001) também trata do relacionamento entre o desenvolvimento social e a política. Ele corrobora com a visão de Schwartzman (2004) quando diz que a política daria o direcionamento necessário às ações do governo. Dessa maneira, ela implicaria diretamente no foco e na dimensão dos projetos sociais a serem colocados em prática, como também em termos de articulação política (extensão local, regional ou nacional, e mesmo internacional), de parcerias com organizações da sociedade civil e com o meio empresarial, e ainda de harmonização entre objetivos econômicos, sociais e ambientais.

Também as organizações não-governamentais (ONGs) podem representar um papel importante na sociedade, substituindo em muitos casos a ação governamental, que é limitada pela vigência de um mandato, pela falta recorrente de recursos e pela carência de estrutura física, de pessoal e de treinamento. De acordo com Romanini (2005), há diferentes pontos de vista sobre a atuação das ONGs, seja no Brasil ou no mundo. De um lado, há aqueles que acreditam que as ONGs tenham potencial para representar as “forças benígnas das sociedades” (BORNSTEIN, 2005, p. 43), atuando no sentido de construir condições melhores para se viver. De acordo com o autor, o chamado “empreendedorismo social” (tomada de iniciativa, geralmente, visando à resolução de problemas na comunidade onde se vive) estaria em um momento de ascensão em decorrência de alguns fatores específicos (BORNSTEIN, 2005, p. 43):

O crescimento de uma classe média educada, a extensão dos direitos básicos às mulheres e às minorias e a democratização do acesso à informação e à tecnologia permitiram que centenas de milhões de pessoas em todo o mundo pudessem liberar suas forças criativas em novas direções.

Por outro lado, Vaknin (2005, p. 45) aponta razões para que as ONGs sejam vistas de uma outra maneira. Salaria que muitas delas, em sua opinião,

Interferem na política doméstica dos países onde atuam e participam ativamente em campanhas eleitorais, ameaçando a soberania das nações. (...) Se elas apenas se preocupassem em distribuir remédios ou dar assistência humanitária, estaria tudo bem. O problema é que as ONGs querem transformar a realidade local de acordo com uma visão de mundo preconcebida. (...) As ONGs muitas vezes servem como substitutas para as instituições estatais falidas ou deficientes. (...) Muitas vezes são cúmplices dos setores mais atrasados da sociedade, que pregam o assistencialismo como solução dos problemas sociais.

Para solucionar esses problemas, Vaknin (2005) aponta como saída a eleição da diretoria das ONGs e a inclusão de membros (com poder de decisão) nas diretorias das regiões onde elas operam, além da prestação de contas à sociedade, da mesma maneira que outras organizações fazem em relação a seus acionistas.

Jannuzzi (2002) traz uma outra questão de grande relevância para o tema da base informacional necessária às políticas públicas (embora não trate em seu artigo sobre a abordagem da capacitação): o crescente interesse sobre o uso de indicadores sociais e a mitificação da técnica, muitas vezes, em detrimento de uma reflexão mais crítica. Ele afirma que, apesar do avanço tecnológico e de uma maior disponibilidade no que diz respeito a armazenamento, tratamento e consulta de indicadores sociais (principalmente em comparação com a década de 1960, quando de seu nascimento), denota-se que não houve um acompanhamento de mesma magnitude no que tange ao uso e à aplicação consciente dessas informações.

Adicionalmente, o autor também indica uma situação que pode levar a erros consideráveis em relação ao foco das políticas sociais: a substituição de um conceito original pelo indicador social que foi construído a partir daquele. Como modelo, cita o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é composto por PIB *per capita*, taxa de alfabetização de adultos, esperança de vida ao nascer, e taxa de matrículas brutas. Ao serem divulgados os resultados da avaliação do IDH para os países analisados pela pesquisa, Jannuzzi (2002) diz perceber descontentamento por parte de muitos governantes ao discutirem as possíveis causas de um rebaixamento na lista geral dos países, como se o conceito se restringisse apenas às quatro variáveis constantes no índice. Com isso, comenta o autor, a potencialidade de um índice que deveria enriquecer o entendimento da realidade acaba sendo suplantada pela idéia errônea de que ele próprio é portador do conceito que o gerou, quando não passa (muitas

vezes) de uma abstração simplista. No geral, os índices sintéticos têm uma função mais adequada a objetivos de classificação e comparação entre comunidades, enquanto que o planejamento de políticas públicas eficazes requer o refinamento da análise sobre as condições de vida locais, o que demanda uma variedade de critérios.

3 UMA TENTATIVA DE OPERACIONALIZAÇÃO DA ABORDAGEM DA CAPACITAÇÃO BASEADA EM NUSSBAUM E SEN

Uma vez que se pretende operacionalizar a abordagem da capacitação nesta dissertação, é conveniente focar alguns temas que darão sustentação à operacionalização propriamente dita. Assim, alguns autores serão mencionados com o intuito de esclarecer e de dar fundamentação para algumas escolhas tomadas neste trabalho, em relação à pesquisa, em decorrência da complexidade que envolve uma avaliação qualitativa do acesso à qualidade de vida. Na seqüência, encontrar-se-ão uma caracterização da população pesquisada de ambos os bairros nos quais a pesquisa se balizou — Rubem Berta e Moinhos de Vento — e uma apresentação da principal técnica de pesquisa utilizada neste trabalho, juntamente com a descrição dos métodos auxiliares, o tipo no qual se pode classificar o presente trabalho e, finalmente, a coleta e a análise dos dados da pesquisa.

3.1 SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DA ABORDAGEM DA CAPACITAÇÃO

Robeyns (2000) inicia uma discussão sobre alguns elementos críticos a respeito da operacionalização do enfoque supracitado. Primeiramente, a autora levanta a questão da dificuldade que cerca a operacionalização ou aplicação do enfoque. Ela afirma que, embora um grande número de economistas do bem-estar tenham formalizado teorias de redistribuição de renda perseguindo claramente prescrições redistributivas, Amartya Sen preferiu manter o foco sobre o “caráter multidimensional, nebuloso e ambíguo”¹¹ (ROBEYNS, 2000, p. 21) do bem-estar. Desta forma, em decorrência dessa multidimensionalidade, a autora coloca que é um erro esperar que a abordagem da capacitação fosse operacional da mesma maneira que uma medida de renda real ou uma análise de custo-benefício, que são perspectivas unidimensionais. A partir daí, Robeyns (2000) lista algumas aplicações empíricas da abordagem da capacitação de maneira a chamar a atenção para a variedade de formas como pesquisadores a operacionalizaram — o que proporciona um panorama mais amplo acerca das

limitações e possibilidades do enfoque da capacitação — como também para a diversidade de temas analisados.

Também Chiappero-Martinetti (2004) se refere a alguns métodos os quais foram úteis até o momento no sentido de possibilitar a operacionalização da abordagem da capacitação. Todos a que ela se refere, no entanto, são exemplos de técnicas quantitativas multivariadas: análise fatorial, modelagem de equação estrutural, análise de *clusters*, modelos log-lineares, análise de componentes principais, e teoria dos conjuntos *fuzzy*. Todos são exemplos das técnicas mais utilizadas em análises envolvendo pobreza e qualidade de vida no sentido de “reduzir, medir e agregar dimensões de privação, como também analisar relações causais entre elas” (CHIAPPERO-MARTINETTI, 2004, p. 16).

Nussbaum (2000), adicionalmente, teria mostrado que é possível trabalhar com a abordagem da capacitação por meio de métodos não-quantitativos, como relatos, métodos biográficos, entrevistas em profundidade e outros. Comim e Bagolin (2002), por exemplo, crêem que entrevistas reflitam um modo de estudo participativo que possibilita atentar diretamente para a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas estudadas. Contudo, além de destacarem a grande capacidade informacional que as entrevistas podem propiciar, os autores advertem para a existência de limitações quanto à generalização de programas sociais (no âmbito de regiões mais amplas, como estados ou países, ou mesmo municípios) fundamentados nos resultados colhidos por meio de entrevistas porque esse enfoque seria contexto-específico.

De acordo com Anand, Hunter e Smith (2004) é importante lembrar que quando se lida com informações colhidas em institutos de pesquisa, por exemplo (isto é, uma base de dados preexistente à pesquisa), ou mesmo quando se trata de elaborar uma lista de capacitações ou funcionamentos a serem pesquisados, pode ser difícil estabelecer uma distinção clara entre funcionamentos e capacitações, embora se entenda que funcionamentos têm seu foco sobre o que uma pessoa é ou escolhe fazer (são elementos mais objetivos), enquanto que capacitações refletem os conjuntos de alternativas que essa pessoa tem (são elementos mais abstratos), dando atenção para suas reais oportunidades de alcançá-las.

Comim (2001) aborda o tema da operacionalização da abordagem da capacitação levando em consideração, principalmente, os desafios e as dificuldades práticas encontrados

¹¹ Livre tradução da autora.

nessa tarefa. Assim, o autor argumenta, inicialmente, sobre o obstáculo prático que vem a ser o entendimento de que recursos podem ser, necessariamente, convertidos em capacitações. Neste caso, a dificuldade operacional se deve à grande heterogeneidade existente entre os indivíduos e entre as condições que os cercam, o que impediria previsões seguras acerca da forma como os recursos seriam utilizados. Não se pode antever se seriam sequer convertidos em capacitações, e mais especificamente em determinadas capacitações, ou se seriam simplesmente gastos de outra forma.

Nesse sentido, o autor complementa sua reflexão inicial afirmando que “as condições objetivas vividas pelos indivíduos podem influenciar suas percepções de realidade” (COMIM, 2001, p. 7), o que, geralmente, implicaria adaptações de expectativas. Isto é, de acordo com Sen (2001a), a abordagem da capacitação é mais sensível no que se refere à privação dos seres humanos que as abordagens baseadas na utilidade, porque entende que a situação de privação contínua pode “ajustar” as escolhas pessoais às reais oportunidades que os cercam, até como uma forma de autodefesa em relação a suas próprias expectativas e desejos, o que, obviamente, distorceria a lógica utilitarista.

Outro ponto relevante levantado por Comim (2001) diz respeito à unidade de análise do enfoque. Apesar de Sen sempre ilustrar o “indivíduo” como a unidade de análise de referência do enfoque com o qual trabalha, por muitas vezes se valeu de dados agregados que dizem respeito a “grupos”. Portanto, Comim (2001) afirma que essas medidas por ele utilizadas podem dar suporte a suas análises se refletirem o suporte institucional direcionado ao indivíduo. Portanto, não parece haver qualquer restrição formal quanto ao uso de dados ao nível individual ou grupal na aplicação do enfoque da capacitação.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PESQUISADA

Uma vez constituída a suposição de que membros de associações de bairros ou indivíduos ligados diretamente a eles são pessoas que estariam mais a par da realidade do bairro em que vivem (seja essa realidade entendida como as qualidades e os problemas existentes em seu bairro) em comparação com outros moradores do bairro, que muitas vezes não têm acesso ou interesse a esse tipo de informação, a população pesquisada foi composta por membros da Associação Comunitária de Moradores do Conjunto Residencial Rubem

Berta (AMORB) e da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Moinhos de Vento (Moinhos Vive), bem como funcionários de ambas as associações de bairro. Primeiramente, deu-se mais atenção em entrevistar os presidentes das duas associações pesquisadas, da mesma forma que pessoas que constituíssem as diretorias das mesmas e outros membros que se mostrassem fortemente presentes e participativos. Na seqüência, delineia-se o perfil de cada um dos bairros escolhidos para esta pesquisa, reconhecendo algumas características sociais, históricas e econômicas relevantes dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento. Após, apresentam-se as técnicas de investigação empregadas na pesquisa.

Quanto ao bairro Rubem Berta, primeiramente, é importante considerar a maneira como se deu sua conformação histórica. De acordo com o projeto Mudando a Cara (2005), há uma divisão quando se trata de toda a comunidade do bairro Rubem Berta e daquela representativa dos que residem no conjunto habitacional especificamente. A fim de esclarecer um pouco mais essa questão relativamente ao conjunto habitacional, este se encontra na região Eixo-Baltazar do Orçamento Participativo. Toda a área do conjunto habitacional pertence à Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB), que atualmente estaria em fase de liquidação. Contudo, 97% dos imóveis já estariam com sua situação regularizada. De acordo com o projeto do bairro idealizado pela AMORB (MUDANDO A CARA, 2005), os beneficiários diretos das ações do projeto seriam os moradores de 4.992 apartamentos que estariam em situação de vulnerabilidade social (pessoas com renda média de até dois salários mínimos mensais), o que se traduziria em cerca de 25.000 pessoas, pouco mais de 30% (trinta por cento) de toda a população do bairro¹², de acordo com o Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000b) (há 23.243 domicílios no bairro, de acordo com PMPA, 2004b). O bairro possui uma grande extensão territorial (851 hectares, conforme PMPA, 2004b, frente aos 82 hectares do bairro Moinhos de Vento, conforme PMPA, 2004a), e existem dados que apontam para um grande crescimento populacional ocorrido na década de 1980 — 8,75% de 1980 a 1991, contra apenas 1% de 1991 a 2000 (PMPA, 2004d) — o que, certamente, traduz o movimento de ocupação permanente de seus terrenos ao longo da década de 1980.

Apesar de a associação do bairro Rubem Berta se encontrar na região do conjunto habitacional, a opinião das pessoas entrevistadas não reflete somente a idéia que fazem do seu entorno mais próximo. Isso porque há reuniões freqüentes entre a diretoria das associações

¹² Conforme o Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000), há 78.624 habitantes em todo o bairro Rubem Berta.

das vilas que compõem o bairro (de acordo com o Entrevistado A, são dezenas de vilas) em conjunto com a diretoria da AMORB, o que proporcionaria um contato bastante direto com essas realidades.

O grupo de moradores do conjunto habitacional tem-se feito representar ao longo das últimas duas décadas por meio de uma mobilização social marcante, incluindo conquistas sociais e econômicas importantes para o bairro. A regularização do loteamento, por exemplo, sempre foi um dos maiores objetivos da comunidade, e que já está praticamente alcançado, como já relatado. A AMORB, criada em 1987 (embora o bairro Rubem Berta tenha sido criado em 1968 pela Lei 3.159, conforme PMPA, 2004b), teria representado um papel importante no que tange a esse assunto. Como o próprio projeto do bairro expõe (MUDANDO A CARA, 2005, p. 1), a AMORB “tem por finalidade lutar pelo bem comum, em todos os aspectos, com prioridade para assuntos referentes à moradia, alimentação, educação e saúde”.

Como resultado da mobilização social desta comunidade, foi criado o projeto *Mudando a Cara* que, inicialmente, dizia respeito somente à pintura dos blocos residenciais do bairro com base na cobrança mensal de um pequeno valor de cada um dos apartamentos. No entanto, muitos não pagavam a quantia necessária, o que inviabilizou o projeto. Pouco depois, a associação tomou conhecimento da Lei da Solidariedade (n.º 11.853), a qual poderia baratear a pintura. Esta lei, que institui o Programa Estadual de Apoio à Inclusão e Promoção Social (PAIPS), foi regulamentada em 2003 e tem como objetivo financiar a execução de projetos de entidades não-governamentais, com atuação comprovada na área da assistência social, através de recursos de empresas interessadas, às quais o governo estadual concede renúncia fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) recolhido mensalmente em até 75% do valor aplicado no projeto social de alguma entidade social (MUDANDO A CARA, 2005).

Também faz parte dos esforços da associação do bairro a parceria firmada entre a associação dos comerciantes do bairro Rubem Berta (ASCORB) e o Instrodi (Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integral), uma organização não-governamental financiada pela fundação holandesa Strohalm (de origem bancária) através de uma moeda (circulante local) denominada *Rubi*. Hoje o projeto Mudando a Cara se constitui do incentivo e da organização da pintura dos prédios e da administração da moeda Rubi (lembrando que no bairro existe a *Feira do Rubi*, na qual produtos de alimentação, artesanato, e confecções e brechó são

vendidos em Rubi e em Reais), como também discute a possibilidade de empréstimo desta moeda local a feirantes, comerciantes e instituições locais, com o propósito de ativar a economia local.

Quanto ao bairro Moinhos de Vento, a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Moinhos de Vento — Moinhos Vive — foi criada em 2003 com o intuito de reivindicar por questões importantes para a região junto à prefeitura municipal de Porto Alegre/RS. Apesar da recente criação da associação, o bairro não é em nada recente na história de Porto Alegre: foi fundado em 07 de dezembro de 1959, através da lei n.º 2.022, junto com mais cinquenta e sete outros bairros e o Centro. Antes dessa época, apenas o bairro Medianeira havia sido criado, por meio da lei n.º 1.762 de 23 de julho de 1957 (PMPA, 2004c). Hoje, o bairro Moinhos de Vento conta com variedades culturais, praças, restaurantes e bares que atraem não só moradores do bairro, como também de outras regiões de Porto Alegre e cidades da Região Metropolitana. No entanto, o bairro tem perdido população: de 1980 a 1991, a taxa foi de -1,6% (taxa decrescente), e de 1991 a 2000, a taxa foi de -0,2% (taxa decrescente) (PMPA, 2004d), provavelmente, em vista da mudança de perfil que vem sofrendo, de um bairro tradicionalmente residencial para comercial, focado na oferta de produtos e serviços destinados a consumidores de renda mais elevada. Além disso, tanto a associação do bairro (Moinhos Vive), como também o Conselho dos Moradores e Usuários do Parque e do Bairro Moinhos de Vento têm-se mobilizado no sentido de evitar uma grande verticalização no bairro, decorrente da construção de altos edifícios permitidos pelo mais recente Plano Diretor da cidade (PMPA, 1999) (a maioria, no lugar de antigas residências, haja vista a inexistência de terrenos desocupados no bairro), além de quaisquer outros infortúnios para a região.

De acordo com Carvalho (2006), a história do bairro tem seu início a partir de muitas chácaras que caracterizavam a região, sendo a da família Mostardeiro a de maior destaque. Essas chácaras possuíam “moinhos de vento” para irrigação e para conduzir água dos poços existentes para depósitos. A divisão do bairro em ruas e o início do seu desenvolvimento remonta a meados do século XIX. Com o passar dos anos, a região foi-se tornando aristocrática, passando a habitar no bairro as famílias mais tradicionais de Porto Alegre (como Mostardeiro, Gertum, Cristoffel, Petersen, Bins, etc.), dos ramos do comércio e da indústria. No início do século XX, na rua 24 de Outubro (anteriormente denominada por Moinhos de Vento, pois na Revolução de 1930 Getúlio Vargas venceu e, como homenagem, mudaram seu nome para 24 de Outubro), foi estabelecido o Jockey Clube do RS. Este foi desativado na

década de 1950 e, em vistas do crescimento da população local e da especulação imobiliária na época, foi escolhida a área do antigo Jockey para um novo parque. Em 1962, a área fora desapropriada. Em 11 de setembro de 1972, o parque de 11 hectares foi inaugurado (embora sua construção tenha sido terminada apenas em 1974), tendo recebido o nome de “Parque Moinhos de Vento”, denominado popularmente por “Parcão”. O prédio em que funciona sua administração tem o formato característico de um moinho de vento, e a área do parque se divide em dois setores, um deles com equipamentos esportivos, e o outro mais utilizado pela população para caminhadas, recreação infantil e lazer.

3.3 TIPO DE ESTUDO E MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

A presente *pesquisa de campo* que configura esta dissertação é trabalhada no sentido de se observar “fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro que se presume relevantes, para analisá-los” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 186). Poder focar o objeto de pesquisa levando em consideração as condições e características peculiares de cada bairro estudado nesta dissertação (Rubem Berta e Moinhos de Vento), fazendo o levantamento de dados no próprio espaço onde eles se apresentam (e não como na pesquisa de laboratório, que se dá longe do campo, como lembra FERRARI, 1982), é um dos maiores estímulos para a construção desta dissertação.

A pesquisa de campo pressupõe o estabelecimento de algumas etapas, não se resumindo somente à coleta de dados. Antes de mais nada, é necessário que se realize uma pesquisa bibliográfica a respeito do tema em questão. Isso porque a leitura deverá servir de apoio à elaboração de um plano de pesquisa a ser seguido uma vez que, estando de posse das opiniões e dos trabalhos mais recentes sobre determinado assunto, torna-se possível a opção por um referencial teórico mais apropriado ao caminho de pesquisa que se deseja seguir. Após essa primeira etapa, faz-se necessário explicitar as escolhas tomadas relativamente às técnicas de coleta de dados empregadas na pesquisa. E, finalmente, antes da efetiva coleta de dados, dever-se-á optar pelas técnicas de registro e de análise desses dados (LAKATOS; MARCONI, 1991).

Além de etapas definidas, a técnica de pesquisa de campo apresenta algumas vantagens e desvantagens características (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 189):

Vantagens:

- a) acúmulo de informações sobre determinado fenômeno, que também podem ser analisadas por outros pesquisadores, com objetivos diferentes;
- b) facilidade na obtenção de uma amostragem de indivíduos, sobre determinada população ou classe de fenômenos.

Desvantagens:

- a) pequeno grau de controle sobre a situação de coleta de dados e a possibilidade de que fatores, desconhecidos para o investigador, possam interferir nos resultados;
- b) o comportamento verbal ser relativamente de pouca confiança, pelo fato de os indivíduos poderem falsear suas respostas.

Contudo, as mesmas autoras afirmam que é possível se cercar de meios que amenizem essa tendência como, por exemplo, a utilização de instrumental mais completo e a realização de pré-testes. É oportuno salientar que, na presente pesquisa, não pareceu haver qualquer tipo de interferência que pudesse afetar as respostas dos entrevistados como, por exemplo, falta de tempo para responder às perguntas (as respostas podiam ser sucintas) ou a presença de qualquer pessoa que pudesse induzir a um tipo específico de resposta. Com o objetivo de evitar as adversidades levantadas pelas autoras, fez-se o esforço de questionar se os respondentes disporiam de tempo para participar da pesquisa (para evitar imprevistos) e realizar as entrevistas num espaço mais reservado, mantendo certa distância de outros indivíduos, principalmente daqueles que poderiam responder às mesmas questões posteriormente. No bairro Moinhos de Vento, 04 (quatro) entrevistas foram exceção nesse sentido, uma vez que foram respondidas por meio de correio eletrônico em decorrência de indisponibilidade de tempo (ou mesmo disposição) dos entrevistados em responderem às questões de maneira presencial.

Assim, o método de investigação se deu por meio da técnica de *entrevistas*, embora também tenham sido utilizados os métodos *comparativo* e *observacional* no decorrer do estudo. O tema do presente trabalho foi desenvolvido sobre dois bairros (Rubem Berta e Moinhos de Vento) com características socioeconômicas e culturais, em princípio, distintas. Visto que se pretende não somente salientar a heterogeneidade existente entre ambos os bairros, como também suas possíveis similaridades, o método observacional assistemático (MARCONI; LAKATOS, 1999) se mostrou bastante apropriado ao formato da pesquisa,

embora se caracterize por uma observação de caráter informal ou casual, sem o uso de técnicas apropriadas. Será um elemento de relevante expressão no momento da análise dos dados coletados.

Com base em fontes variadas (como reportagens jornalísticas, palestras, um curso de extensão, internet, e nas entrevistas colhidas para a pesquisa, etc.), refletiu-se sobre a questão de que as associações dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento desenvolvem ações no sentido de ampliar o acesso à qualidade de vida para sua população. Principalmente no que diz respeito ao comprometimento e engajamento em atividades que possibilitem a integração de suas populações junto a esse objetivo, tendo esse fato colaborado para a escolha de ambos os bairros para a presente pesquisa.

No bairro Rubem Berta, por exemplo, coordenado pela AMORB, existe o projeto “Mudando a Cara” (BOTTEGA, 2004a), que envolve a pintura dos blocos residenciais do bairro como também a inserção de uma moeda local para a troca entre a população e comerciantes do bairro, inicialmente, por meio de uma feira (BOTTEGA, 2004b), visando ao desenvolvimento local focado nas potencialidades do bairro (INSTRODI, 2005). Também no bairro Moinhos de Vento existe uma associação de bairro, a Moinhos Vive, que serve de apoio para os clamores mais urgentes da população residente naquela localidade. O Conselho dos Moradores e Usuários do Parque e do Bairro Moinhos de Vento também tem agido com o mesmo intuito. Uma de suas maiores reivindicações se refere à revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre, visando barrar a verticalização e a descaracterização do bairro (PANZENHAGEN, 2003), que cada vez mais estaria vendo casas de antigos moradores serem derrubadas para ceder lugar a grandes prédios residenciais e comerciais.

A compreensão dos fenômenos individuais pertinentes aos dois bairros escolhidos para esta pesquisa (Moinhos de Vento e Rubem Berta) interessa mais que uma abordagem superficial de todos os 82 (oitenta e dois) bairros oficiais e não-oficiais de Porto Alegre. Dessa forma, a pesquisa de campo permite que se pouse o olhar sobre aspectos pouco ou em nada percebidos caso fosse escolhido um enfoque mais global da questão. Há, nesse sentido, fontes de evidências fortemente vinculadas à pesquisa de campo, como a observação direta dos fenômenos e as entrevistas realizadas com membros de cada uma das associações de bairro (MARCONI; LAKATOS, 1999).

Uma vez que a pesquisa de campo é fortemente fundamentada no método de *entrevistas*, cabe fazer uma introdução específica ao tema antes que seja apresentada a pesquisa empírica, propriamente dita. Uma entrevista, de acordo com Marconi e Lakatos (1999, p. 94), vem a ser

um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

De acordo com o referencial teórico trabalhado nesta dissertação, foram elaboradas questões que expressam, cada uma, uma capacitação específica da lista de Nussbaum (2000), sendo que para algumas capacitações, foram criadas mais de uma questão. Assim, em vista do plano de pesquisa perseguido neste trabalho (realização de entrevistas, com questões predefinidas, a fim de uma comparação entre as respostas referentes aos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento via análise interpretativa das entrevistas *a posteriori*), a entrevista em questão pode ser classificada como *padronizada* ou *estruturada* (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 197). Isto é, esta modalidade de entrevista

é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano. O motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas.

Lakatos e Marconi (1991, p. 198) também apresentam algumas vantagens e limitações relacionadas a esse método. Abaixo, seguem as mais pertinentes, de acordo com os perfis encontrados em cada um dos bairros pesquisados (Rubem Berta e Moinhos de Vento):

Vantagens:

- a) pode ser utilizada com todos os segmentos da população: analfabetos ou alfabetizados;
- b) há maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente; especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido;
- c) oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz: registro de reações, gestos, etc.;

- d) dá oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos;
- e) há possibilidade de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias.

Limitações:

- a) dificuldade de expressão e comunicação de ambas as partes;
- b) incompreensão, por parte do informante, do significado das perguntas, da pesquisa, que pode levar a uma falsa interpretação;
- c) possibilidade de o entrevistado ser influenciado, consciente ou inconscientemente, pelo questionador, pelo seu aspecto físico, suas atitudes, idéias, opiniões, etc.;
- d) disposição do entrevistado em dar as informações necessárias;
- e) retenção de alguns dados importantes, receando que sua identidade seja revelada;
- f) ocupa muito tempo e é difícil de ser realizada.

Em relação às limitações encontradas nas entrevistas realizadas nos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento, pôde-se perceber, poucas vezes, dificuldade de expressão (contrangimento inicial), sendo o problema sanado no decorrer da entrevista e, quando era notado algum problema de entendimento em relação a alguma pergunta, tornava-se a repeti-la, porém, de maneira mais clara. Em relação à influência do entrevistador sobre o entrevistado, procurou-se manter uma aparência pessoal que não destoasse do local e das pessoas entrevistadas, mantendo uma postura simpática mas, ao mesmo tempo, reservando opiniões e idéias pessoais para evitar qualquer tipo de ascendência sobre o entrevistado.

Espaços mais reservados também foram utilizados para as entrevistas (um local mais à parte na própria associação do bairro Rubem Berta, e residências dos membros da associação do bairro Moinhos de Vento, em vista da inexistência de uma sede própria da associação do bairro), visando à tranqüilidade do entrevistado para fornecer as informações necessárias à pesquisa. Essa reserva premeditada acabou por influenciar também sobre a garantia da não identificação dos entrevistados na pesquisa, sentindo-se eles mais à vontade para responder às questões.

Em relação à pesquisa de campo propriamente dita, foram realizadas entrevistas estruturadas, com 17 (dezesete) questões formuladas a partir de uma adaptação da lista de 10 (dez) capacitações centrais de Nussbaum (2000). Optou-se por determinados sujeitos da

pesquisa seguindo a suposição de que membros da diretoria de ambas as associações de bairro pesquisadas (AMORB no Rubem Berta, e Moinhos Vive no Moinhos de Vento) teriam melhores condições de responder às questões formuladas para a entrevista. No lugar de alguns membros da diretoria das associações de bairro (nem todos os diretores das duas associações dispuseram de tempo para a pesquisa), as entrevistas também foram aplicadas a outros associados, de acordo com sua acessibilidade, disponibilidade de tempo e interesse na pesquisa.

Embora se possa questionar sobre uma possível limitação de pontos de vista por se ter proposto entrevistar apenas membros das associações de bairro, e não moradores em geral (sem ligação com a associação de seu bairro), explica-se que a escolha se deu nesse sentido por se entender que esses indivíduos teriam maiores chances de deter importantes informações sobre seus bairros, de uma forma que os moradores não-membros das associações, em grande parte das vezes, não teriam acesso com igual amplitude. Ademais, o limite temporal para a realização de uma dissertação de mestrado faz com que se prime, muitas vezes, pela objetividade. Dessa maneira, a autora da presente dissertação, ao realizar sozinha as entrevistas e todos os procedimentos necessários para a realização da pesquisa, primou pela qualidade das entrevistas, seguindo de perto os critérios de escolha pelos sujeitos da pesquisa previamente estipulados, de forma que esse cuidado se refletisse positivamente sobre a qualidade da pesquisa.

Visto que a proposta desta dissertação envolve a realização de um estudo qualitativo, como também a principal técnica de pesquisa utilizada nesta dissertação é a entrevista (um método qualitativo por excelência), somando-se os métodos observacional e comparativo, não existe razão para se contestar a *quantidade* relativa aos sujeitos da pesquisa que foram entrevistados, uma vez que a pesquisa se encontra assentada sobre a *qualidade* dos dados coletados.

Obviamente que apenas duas entrevistas, mesmo que cada uma fosse feita com cada presidente das duas associações de bairro estudadas, embora possam ser relevantes do ponto de vista da pesquisa, não são suficientemente válidas para dar seguimento ao presente trabalho. O bom senso direciona o pesquisador a procurar por mais indícios que dêem sustentação ao que os demais entrevistados já argumentaram anteriormente. Assim, no momento em que se nota que há elementos em comum nas respostas de um mesmo bairro,

assim como não surgem dados contraditórios nas respostas, entende-se que mais entrevistas serviriam apenas para tornar repetitivas as respostas já coletadas.

Os cuidados tomados ao longo das entrevistas permitiram o contato com entrevistados que forneceram informações preciosas sobre os bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento. Tanto membros da diretoria das associações quanto associados em geral contribuíram igualmente para a pesquisa, uma vez que todos apresentaram histórias de vida e experiências diferenciadas que conferiram pontos de vista e interesses desiguais e ao mesmo tempo relevantes sobre os mesmos temas. Assim, muitos dados levantados por alguns entrevistados se mostraram complementares ao que outros entrevistados responderam, o que denota a importância da heterogeneidade entre os indivíduos membros das associações dos bairros pesquisados (idosos, moços, mulheres, homens, negros, brancos, funcionários, voluntários, membros participantes, diretoria das associações, etc.). Todos esses são fatores relevantes e serão retomados quando chegado o momento da exposição da análise interpretativa baseada nas entrevistas.

Um outro ponto a salientar em relação às entrevistas nesta pesquisa de campo foi o teor empreendido nas entrevistas. Todas foram, na medida do possível, realizadas num tom próximo ao do diálogo, até como uma forma de propor certa descontração, uma vez os respondentes estando submetidos a um gravador e a uma lista de questões, sendo que estas, por vezes, demandavam certo tempo para reflexão.

Enfim, espera-se ser possível encontrar nas respostas obtidas a partir das entrevistas as razões dos membros de cada associação de bairro (aqui representando todo o conjunto do bairro) que os levem a considerar, cotejando sempre com a abordagem da capacitação, os elementos mais relevantes para o acesso à qualidade de vida em seus bairros. A técnica utilizada para a coleta de dados, como também considerações sobre os sujeitos da pesquisa são abordadas na seqüência da dissertação.

3.4 COLETA DOS DADOS

Foram entrevistados 07 (sete) sujeitos no bairro Rubem Berta e 07 (sete) sujeitos no bairro Moinhos de Vento, todos pertencentes às diretorias ou membros atuantes nas

associações de bairro a que são vinculados. Como já argumentado anteriormente, a escolha por estes sujeitos específicos se deu sob a suposição de que esses indivíduos teriam maior conhecimento ou consciência não apenas dos problemas mais relevantes de seus bairros, como também dos pontos positivos das regiões estudadas.

As questões aplicadas foram fundamentadas sobre a lista de capacitações centrais elencadas por Nussbaum (2000). É de se ressaltar, no entanto, a amplitude de conteúdo e a complexidade que envolve a lista supracitada (ver APÊNDICE A). Dessa forma, foram feitas algumas adaptações e simplificações de maneira a moldar as questões aplicadas para o tempo, o espaço e a linguagem requeridos por uma entrevista, que é limitada por esses fatores e que deve ser de fácil compreensão ao entrevistado.

Todas as entrevistas (com a exceção de quatro delas, que foram respondidas por meio de correio eletrônico, não necessitando de transcrição) foram gravadas com a devida autorização de cada um dos entrevistados e, em seguida, transcritas para posterior análise interpretativa. Inicialmente, pretendia-se entrevistar apenas membros das diretorias das associações dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento. Entretanto, o acesso a esses indivíduos, por vezes, foi barrado pela própria diretoria das associações, principalmente no tocante à AMORB (houve dificuldade na indicação de nomes para as entrevistas com a justificativa de que seriam pessoas pouco acessíveis ou muito ocupadas em obter recursos para sua associação, tendo pouco tempo disponível). Logo, passou-se a entrevistar também membros assíduos e funcionários das associações de bairro, adequando o interesse sobre determinados sujeitos da pesquisa, num entendimento de que dessa maneira seria possível manter os propósitos iniciais da dissertação, qual seja, entrevistar pessoas com um bom nível informacional sobre a comunidade onde vivem.

O fato de a Moinhos Vive não dispor de uma sede própria e de, portanto, haver a necessidade de marcar as entrevistas individualmente com cada entrevistado, possibilitou um contato mais prolongado com cada um dos que foram inquiridos presencialmente, propiciando informações valiosas para a caracterização do bairro pesquisado. Uma vez que os entrevistados de ambas as associações estudadas indicaram algumas outras pessoas associadas (e ativamente participantes da associação) mas não pertencentes à diretoria das associações, entendeu-se como oportuna a chance de coletar informações desses indivíduos.

Afora o aporte teórico de Amartya Sen e de outros autores simpatizantes desse enfoque (já observados no capítulo que se refere especificamente ao tema), o foco diretamente operacional será sobre a lista das capacitações centrais de Nussbaum (2000), visando investigar e compreender as capacitações mais valorizadas pelos habitantes dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento. Através de entrevistas, pretende-se operacionalizar essa abordagem.

Salienta-se que cada uma das 17 (dezesete) questões da entrevista é uma representação da capacitação a que está vinculada, sendo que algumas capacitações contam com uma ou mais representações. Isto é, de acordo com a complexidade de cada capacitação da lista de Nussbaum (2000), verificou-se a necessidade de criar uma ou mais questões para cada capacitação. Assim, enquanto algumas capacitações contam com apenas uma representação (uma questão) na entrevista, outras chegam a ser expressas por duas ou três representações (duas ou três questões).

Entende-se que os habitantes das comunidades apresentarão necessidades e formas de liberdade delimitadas pelo contexto econômico, social e cultural de cada bairro. Nesse sentido, não é preocupação deste trabalho julgar por antecipação os resultados que advirão desta pesquisa. Objetiva-se tão somente a obtenção de entrevistas que espelhem as necessidades e preocupações dos membros das associações de bairro, de forma que as respostas obtidas possam também refletir, em maior ou em menor grau, o que os habitantes dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento imaginam sobre a realidade que os cercam, em seus bairros.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados obtidos nas entrevistas com os membros das associações dos bairros Moinhos de Vento e Rubem Berta foi realizada com o emprego da técnica qualitativa denominada *análise interpretativa*. Gil (1995) afirma que os processos de interpretação e de análise mantêm uma ligação muito íntima entre si, e que “por essa razão, não é muito fácil definir onde termina a análise e começa a interpretação” (GIL, 1995, p. 188). Antes de dar seguimento às especificidades da técnica, convém esclarecer a forma com que tanto a *análise* quanto a *interpretação* podem contribuir para esta pesquisa.

De acordo com Marconi e Lakatos (1999), *análise* ou *explicação* evidencia a atenção sobre os detalhes dos dados coletados numa tentativa de obter respostas para o que se investiga, como também procura estabelecer ligações entre os dados coletados e os pressupostos da pesquisa. Já a *interpretação* implica ampliar o significado do texto investigado, encadeando elementos seus com elementos de outras fontes, além de esclarecer a aceção do que se investiga relativamente aos objetivos e ao tema do texto.

Logo, *análise interpretativa* pressupõe, de acordo com Lakatos e Marconi (1991, p. 32),

fazer uma crítica, do ponto de vista da coerência interna e validade dos argumentos empregados no texto e da profundidade e originalidade dada à análise do problema; realizar uma apreciação pessoal e mesmo emissão de juízo sobre as idéias expostas e defendidas.

Em outras palavras, significa tecer relações sobre as idéias expressas no texto com outras idéias, com um referencial teórico que exerça papel complementar a essa análise, realizando, ao mesmo tempo, uma crítica coerente. Para Severino (1991), a técnica de análise interpretativa implica um processo que deve ser desenvolvido em algumas etapas, sendo que a *interpretação* antecede à *crítica*.

Primeiramente, as unidades avaliadas (partes do texto, que nesta dissertação serão as capacitações e cada uma de suas representações — questões — que faça parte das entrevistas aplicadas aos membros das associações dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento) devem ser comparadas com a idéia geral exposta no texto.

Em seguida à primeira etapa, é possível situar o autor (no presente caso, os autores, visto que o texto analisado será fruto das entrevistas com os associados dos bairros supracitados) “no contexto mais amplo da cultura filosófica em geral” (SEVERINO, 1991, p. 52), isto é, situá-lo pelas posições presumivelmente assumidas no texto, numa tentativa de se perceber a perspectiva do autor em relação ao tema tratado no texto.

Após essas duas etapas, que compreendem um enfoque mais genérico, parte-se para uma abordagem mais estrutural em que se busca um entendimento interpretativo do que foi exposto, numa tentativa de tornar explícitos os pressupostos implicados no texto. Isto é, aquilo que nem sempre está claramente exposto mas que justifica, de certa maneira, a posição tomada pelos autores do texto.

Então, chega o momento de realizar comparações e associações de idéias com aquelas apresentadas pelos autores do texto de forma que suscitem outras idéias semelhantes. Conforme Severino (1991, p. 53) “uma leitura é tanto mais fecunda quanto mais sugere temas para a reflexão do leitor”.

A *crítica* é o passo seguinte, momento em que se formula um juízo crítico e uma avaliação balizada por critérios expostos pelo próprio texto lido. Avaliação em dois sentidos (SEVERINO, 1991, p. 53): tanto em consideração a sua coerência interna, como também em relação a sua “originalidade, alcance, validade e a contribuição que dá à discussão do problema”.

O primeiro sentido da avaliação inerente à crítica, conforme Severino (1991), é empregado de forma a verificar se o texto atingiu o que se propunha inicialmente, e se as etapas percorridas pelos autores ao longo do texto obtiveram êxito em demonstrá-lo, indo ao encontro daqueles critérios expostos anteriormente pelo próprio texto.

Já o segundo sentido introduz o questionamento em relação à contribuição pessoal do autor no que diz respeito à originalidade, ao alcance do tema e à relevância para o estudo do tema abordado. Entende-se como o momento mais delicado da análise uma vez que é possível decorrer desta uma crítica pessoal. A vivência pessoal junto à questão a ser discutida, por exemplo (como as entrevistas colhidas pessoalmente junto a membros das associações dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento para esta dissertação), pode tornar viável a realização da crítica, dada a possibilidade ampliada de debate pelos conhecimentos adquiridos sobre o tema (SEVERINO, 1991).

Resumindo, Severino (1991, p. 56) alinha alguns critérios que fazem com que a análise interpretativa permita uma atitude crítica em relação a um texto:

- a) coerência interna da argumentação;
- b) validade dos argumentos empregados;
- c) originalidade do tratamento dado ao problema;
- d) profundidade de análise ao tema;
- e) alcance de suas conclusões e conseqüências;
- f) apreciação e juízo pessoal das idéias defendidas.

Barros e Lehfeld (2002) também contribuem de maneira relevante para o debate em torno da técnica de análise interpretativa. Os autores argumentam que técnicas apropriadas e um quadro teórico-conceitual que sirva como apoio ao pesquisador são necessários para que se tenha condições de realizar a análise interpretativa.

No presente trabalho, a análise interpretativa foi realizada com o apoio de um referencial teórico baseado na abordagem da capacitação. Sen (1999a, 2000, 2001a) contribuiu na medida em que assenta os pilares teóricos da abordagem da capacitação (como também outros autores simpatizantes do tema, como pode ser visto no capítulo específico acerca do assunto), e Nussbaum (2000) na medida em que sua lista de capacitações centrais pôde ser utilizada na elaboração das questões para as entrevistas. Logo, o quadro teórico conceitual deu fundamentos para a construção de questões que foram aplicadas sob o formato de entrevistas, colhidas junto a membros das associações dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento. Entrevistas essas que tiveram suas questões delimitadas pelo tema pertinente a cada capacitação presente na lista de Nussbaum (2000) (APÊNDICE A).

Enquanto Severino (1991) aponta fases decisivas para uma análise interpretativa, Barros e Lehfeld (2002) não o fazem, mas traduzem de maneira consistente de que forma se desenvolve a técnica. Desse modo, os autores asseveram que “a análise e a interpretação são processos que se complementam e acontecem como síntese, numa totalidade, conduzindo à explicação sobre o problema enfocado” (BARROS; LEHFELD, 2002, p. 87).

Segundo Barros e Lehfeld (2002), seria indicado realizar a seleção e a distribuição dos dados coletados em grupos temáticos visando a facilitar sua organização de acordo com o interesse da pesquisa e seus objetivos. No entanto, na presente pesquisa a análise interpretativa será realizada sobre blocos temáticos previamente estabelecidos pelas capacitações de Nussbaum (2000), presentes no roteiro da entrevista aplicada a membros das associações dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (APÊNDICE A), em que cada capacitação representa um bloco temático.

Assim, as atividades de seleção e organização dos dados coletados não serão necessárias, visto que os dados são fruto de entrevistas estruturadas com blocos temáticos predefinidos. Já o estabelecimento da relevância e da complementaridade dos dados em cada capacitação (ou bloco temático), bem como entre as capacitações de um mesmo bairro e entre as capacitações dos dois bairros pesquisados fica a cargo do presente estudo, já que essa tarefa

diz respeito à análise propriamente dita (BARROS; LEHFELD, 2002), tendo o referencial teórico como apoio para tal demanda da pesquisa.

Na presente pesquisa de campo, os blocos temáticos foram previamente organizados pela lista de capacitações centrais de Nussbaum (2000), sendo as questões das entrevistas criadas a partir das capacitações dessa lista, porém visando adaptá-las ao modo de vida das regiões pesquisadas¹³. As diferentes temáticas contemplaram elementos aqui entendidos como fundamentais para o desenvolvimento humano, elementos estes postos à prova no exercício comparativo entre os bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento, ambos os bairros estudados na presente pesquisa.

Segue abaixo um quadro organizativo, no qual se pode visualizar a maneira como os dados coletados foram organizados:

QUADRO 1 – Organização por blocos temáticos dos dados coletados nas entrevistas junto às associações dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento

BLOCOS TEMÁTICOS	TEMAS DAS QUESTÕES
a) Vida	1) Serviços emergenciais de saúde 2) Violência e morte
b) Saúde física	3) Saúde e serviços médicos em geral 4) Nutrição e habitação apropriadas
c) Integridade física	5) Violência em geral 6) Respeito referente ao próprio corpo
d) Sentidos, imaginação e pensamento	7) Atividades educativas, criativas e culturais 8) Liberdade de prática religiosa 9) Liberdade de expressão
e) Emoções	10) Relações familiares ou de amizade
f) Razão prática	11) Planejamento e organização pessoal
g) Afiliação	12) Engajamento social 13) Auto-respeito e discriminação
h) Outras espécies	14) Respeito aos animais e ao meio-ambiente
i) Diversão	15) Acesso a momentos e locais para atividades recreativas
j) Controle sobre o ambiente	16) Participação política e livre-discurso 17) Direitos de propriedade

Fonte: Elaborado pela autora, baseado no APÊNDICE A.

O quadro acima reflete os temas abordados em cada bloco temático, tendo sido cada resposta proferida pelos entrevistados em relação à realidade de seu bairro, em nome dos

¹³ Nussbaum (2000) elaborou sua lista contemplando as mais variadas realidades sociais ao redor do mundo, onde se pode perceber, por exemplo, elementos fortemente relacionados à questão de gênero, de castas e de liberdade de expressão, o que muitas vezes, inicialmente, pode parecer não fazer sentido ao ser questionado nas entrevistas em ambos os bairros. Contudo, por uma questão de curiosidade relativa à pesquisa, acredita-se ser profícua a manutenção desses temas relativos às questões, a fim de serem revisados na análise interpretativa das entrevistas.

moradores de seu bairro. Isto é, foram solicitadas respostas dos membros das associações em nome do grupo que os associados representam, e não respostas individuais, baseados somente em sua experiência pessoal¹⁴. Cada bloco temático representa uma capacitação fundamental da lista de Nussbaum (2000), tendo sido as questões elaboradas a partir de uma adaptação das capacitações ao universo encontrado tanto no bairro Rubem Berta quanto no bairro Moinhos de Vento (dentre tantas semelhanças, ambos são bairros da região urbana da capital de um estado brasileiro)¹⁵.

Finalmente, a análise interpretativa apresenta um elemento bastante característico na pesquisa que é a permissão para que o pesquisador imprima uma crítica pessoal após o processo de interpretação dos dados. A compreensão de um texto, e mesmo do que se faz expressar por meio de suas entrelinhas cabe ao leitor/pesquisador, através de uma leitura aguçada, revelando o conteúdo simbólico que a mensagem expressa. É o que se buscará realizar na seqüência deste trabalho.

¹⁴ Por essa razão, a maioria das questões tem um início que lembra ao entrevistado sua função como respondente da entrevista: que sua opinião deve refletir o que ele observa nas pessoas de seu bairro, e não em si mesmo como morador daquela comunidade (ver APÊNDICE A).

¹⁵ Os bairros pesquisados apresentam desigualdades em muitos critérios, mas no que se refere a algumas regiões que Nussbaum (2000) estudou no mundo, Porto Alegre não apresenta castas como na Índia ou restrições de liberdade tão aguçadas quanto em outras partes do globo. Assim mesmo, para escapar a suposições preconcebidas, as capacitações em que se percebe mais claramente essas privações de liberdade foram mantidas na elaboração das questões para as entrevistas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS: SOBRE O ACESSO À QUALIDADE DE VIDA NOS BAIRROS RUBEM BERTA E MOINHOS DE VENTO

Em relação à análise interpretativa, Lakatos e Marconi (1991, p. 32) se referem à realização de “uma crítica, do ponto de vista da coerência interna e validade dos argumentos empregados no texto”. Pode-se afirmar que os dados coletados no campo se legitimam no momento em que são colocados lado a lado com outras informações relevantes para a pesquisa, como se pode perceber por meio dos métodos comparativo e observacional casual, que vieram somar às entrevistas no presente estudo. Todas as três técnicas de pesquisa colaboraram entre si para que as respostas colhidas junto às diretorias e aos membros comuns das associações dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento fossem observadas com maior acuidade. A transcrição das entrevistas, a análise de alguns documentos essenciais e a observação de diferentes ocorrências em cada bairro pesquisado contribuíram especialmente para essa validação.

Após a análise interpretativa individual, pertinente a cada bairro, uma análise conjunta dos dois bairros é apresentada, buscando sintetizar as diferenças e semelhanças entre os bairros com base nas dez capacitações representadas pelas questões presentes no roteiro das entrevistas (ver APÊNDICE A). Dessa forma, avalia-se o acesso à qualidade de vida dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento por meio do que se entende como a realização das capacitações centrais de Nussbaum (2000) em cada comunidade.

4.1 ANÁLISE INTERPRETATIVA REFERENTE AO BAIRRO RUBEM BERTA

Os dados aqui analisados foram obtidos por meio de documentos e de entrevistas com um grupo de 7 (sete) pessoas. Houve dificuldade em contatar com os membros da diretoria da Associação Comunitária de Moradores do Conjunto Residencial Rubem Berta (AMORB), estando apenas 02 (dois) diretores entre os entrevistados. Justificou-se para a pesquisadora que os membros da diretoria estariam quase sempre buscando contato com outros indivíduos

e organizações em busca de recursos para a AMORB, não estando presentes praticamente nunca na associação. Os entrevistados foram o presidente da associação (Entrevistado A), a secretária da diretoria (e síndica de seu prédio) (Entrevistada B) e outros cinco associados: a secretária da associação de moradores (Entrevistada C), uma voluntária membro do conselho gestor do posto de saúde local (Entrevistada D), um professor de capoeira do Serviço de Atendimento Socioeducativo da AMORB (SASE) (Entrevistado E), e outras duas voluntárias que trabalham na associação (daqui por diante, denominadas Entrevistada F e Entrevistada G). Enfatiza-se que, durante a realização da análise, algum esforço poderá ser feito no sentido de não identificar os entrevistados uma vez que, dadas as características já elencadas acima e a natureza de algumas respostas, poder-se-ia comprometer algum membro da associação de moradores.

A associação do bairro Rubem Berta (AMORB) pode ser caracterizada como uma “entidade sem fins lucrativos, de caráter representativo, reivindicativo, educativo e beneficente” (MUDANDO A CARA, 2005, p. 1), que tem por objetivo a busca da qualidade de vida para os habitantes do bairro que representa. Aponta como prioridades temas relacionados com moradia, alimentação, educação e saúde (MUDANDO A CARA, 2005). De acordo com as informações captadas nas entrevistas, como também nas observações realizadas no local onde é sediada a AMORB, a associação oferece uma estrutura de apoio a diversos tipos de reivindicações da população do bairro. Por exemplo, desde o contato com secretarias municipais de Porto Alegre para a resolução de problemas relativos a esgoto e a transporte local, apoio jurídico no que se refere ao relacionamento entre vizinhos nos prédios residenciais (construções ilegais em áreas de uso comuns, por exemplo), até recreação infantil no turno oposto ao da escola (com tipos variados de atividades), curso pré-vestibular gratuito (em parceria com o Diretório Central dos Estudantes das Faculdades Porto Alegrenses - FAPA) e oficinas profissionalizantes. Também o projeto Fome Zero, do governo federal, concede à AMORB uma modesta quantidade de alimentos que, justamente por ser modesta, é distribuída de acordo com um critério eleito pela AMORB em conjunto com o posto de saúde local: a doação é feita para famílias nas quais há crianças menores de dois anos com risco nutricional.

Junta-se a isso o projeto Mudando a Cara (2005), que inicialmente objetivava apenas a pintura dos blocos residenciais do bairro. Logo, uma feira foi idealizada e colocada em prática, com o auxílio do Instituto Strohalme de Desenvolvimento Integral (Instrodi), na qual

são comercializadas basicamente mercadorias produzidas no bairro, inclusive com uma moeda própria do bairro, o circulante local denominado *Rubi*. Em vista das atividades descritas, numa passagem da entrevista realizada com ele, o presidente da associação se referiu à natureza das atividades da associação do bairro comparando-a às de uma subprefeitura, tal a amplitude das questões com que a AMORB vem se comprometendo com o passar dos anos.

Abaixo, segue a análise interpretativa individual referente ao bairro Rubem Berta, na qual as dez capacitações centrais de Nussbaum (2000) se encontram discriminadas (ver APÊNDICE A).

a) Capacitação: Vida

Foram elaboradas duas questões para a entrevista referente a este bloco temático. Em relação à primeira questão (**Questão 1**), relativa aos serviços emergenciais de saúde de que a população dispõe no bairro ou nas cercanias deste, os entrevistados somente se referiram aos serviços públicos. Percebe-se o posto de saúde local como o primeiro acesso ao serviço público de saúde, mas não de emergência. A maioria dos entrevistados se referiu ao hospital Conceição e apenas alguns ao hospital Cristo Redentor para os casos de emergências de saúde (ambos não estão na circunscrição do bairro, mas são os hospitais mais próximos). A Entrevistada D lembrou que há uma ambulância para pronto-atendimento no Centro Vida (um espaço de convivência da região), que se localiza mais perto que os hospitais já relacionados.

A segunda questão (**Questão 2**) pertinente ao primeiro bloco temático da lista de Nussbaum (2000) se refere ao conhecimento dos associados sobre casos de violência com morte que tenham ocorrido dentro das fronteiras do bairro. Todos os entrevistados lembraram de um caso recente com duas mortes, bastante noticiado nos meios de comunicação. Com um sorriso irônico, A Entrevistada B afirma, da mesma forma que o Entrevistado E, que quase toda semana há um ou dois assassinatos no bairro. A Entrevistada F acredita que as mortes costumam se dar por rivalidade entre grupos locais e que, por vingança, uma morte quase sempre desencadeia outra. Já a Entrevistada D, antiga moradora do bairro, diz que a situação atual está mais tranqüila em comparação com tempos atrás, quando havia muitos casos de morte. Segundo ela, os moradores solicitaram e obtiveram a presença mais efetiva da Brigada Militar no bairro. Por meio da associação do bairro, os moradores também teriam assistido recentemente a palestras da Secretaria Estadual de Segurança.

b) Capacitação: Saúde Física

Este bloco temático é composto por duas questões na entrevista feita com os associados da AMORB. A primeira (**Questão 3**) diz respeito ao acesso a serviços médicos em geral (quando a Questão 1 envolvia apenas serviços de emergência médica), sendo destacada também a saúde reprodutiva. O Entrevistado A enfatiza que o acesso da população à saúde se dá somente em relação ao serviço público, praticamente não se acessa serviços particulares de saúde. O posto de saúde seria o primeiro local indicado para uma avaliação médica e para marcar consultas (fato praticamente lembrado por todos os entrevistados). Somente após passar pelo posto de saúde e agendar consulta médica, tem-se acesso aos hospitais mais próximos: Conceição e Cristo Redentor (afora quando há emergências, podendo-se recorrer diretamente a estes hospitais).

Novamente, praticamente todos os entrevistados se referem à falta de estrutura e à morosidade do atendimento de saúde pública para atender à demanda da região, lembrando que ele não funciona durante as vinte e quatro horas do dia, diferentemente do que ocorre em postos de saúde de outros bairros de Porto Alegre. A única exceção é a Entrevistada C, que não chega a se referir ao tempo de espera ou ao atendimento de saúde propriamente dito, fixando-se mais em exemplos de locais para atendimento. Em vista da demanda pelos serviços do posto de saúde, os habitantes reivindicam que este permaneça aberto permanentemente, sem fechar à noite. O IBGE (2005b) aponta, no Censo Demográfico de 2000, que há 78.624 (setenta e oito mil, seiscentos e vinte e quatro) habitantes no bairro, incluindo não apenas os blocos residenciais da COHAB (onde moram em torno de vinte e cinco mil pessoas) (MUDANDO A CARA, 2005), como os moradores das diversas vilas que compõem o bairro (é o bairro mais populoso de Porto Alegre, segundo PMPA, 2004c).

O Entrevistado A enfatiza que a extensão do bairro é muito grande e que, muitas vezes, para se chegar ao posto de saúde, as pessoas têm que percorrer boa parte do bairro. Em nome da comunidade, ele acredita que uma grande melhoria no serviço de saúde da região é esperada com a implantação do Programa de Saúde da Família, embora este ainda não tenha data certa para iniciar a operar. Com esse programa, passarão a existir no bairro as figuras do médico da família e dos agentes comunitários, que devem acompanhar o histórico de saúde das famílias do bairro, controlando doenças crônicas (pressão alta, diabetes, etc.) e evitando que o idoso, por exemplo, e as demais pessoas da família, tenham que se deslocar até o posto de saúde ou a um hospital (o que eles acabam não fazendo muitas vezes, nas palavras do

Entrevistado A). Enquanto isso não ocorre, a Entrevistada D relatou que, baseado em reivindicações da associação do bairro, serão deslocadas duas equipes de pronto-atendimento para o posto de saúde em breve. Para tanto, em breve o posto de saúde estará em obras de ampliação para acolher as duas equipes.

Em relação à saúde reprodutiva, a Entrevistada F é da opinião de que o acesso é restrito, mas ao menos existe. Fez referência, no entanto, apenas ao controle da natalidade (distribuição de métodos contraceptivos) e ao controle de doenças do sistema reprodutor feminino (exame de câncer de colo de útero e de infecções em geral). Nada mencionou sobre o atendimento daquelas mulheres que não podem ter filhos naturalmente, a não ser via reprodução assistida (tratamento mais dispendioso e recentemente implantado no Sistema Único de Saúde – SUS). Talvez porque o que mais se note no bairro e no posto de saúde local (que fica ao lado da AMORB) e nas muitas vilas que conformam o bairro seja o problema das mulheres que tem uma grande quantidade de gestações, e não de mulheres que não conseguem engravidar.

A segunda questão referente a este bloco temático (**Questão 4**) se refere ao acesso a uma nutrição e a uma habitação adequadas às necessidades das famílias do bairro. A Entrevistada F relata que as famílias que moram nos blocos residenciais estão bem abrigadas, e que o problema se encontraria nas demais áreas. O Entrevistado E chama a atenção de que, “para quem veio de baixo” (referência às pessoas que tomaram posse dos prédios da COHAB em 1987), os prédios oferecem uma proteção adequada. A Entrevistada G, no entanto, faz questão de lembrar que o bairro tem uma extensão territorial muito grande: fora da área do conjunto habitacional, também há residências e edifícios residenciais, além das vilas onde há muitas garagens e construções bastante precárias. A Entrevistada F enfatiza que o saneamento não chegou a muitos lugares dessas vilas. Observa-se, assim, que a ocorrência supracitada, além de apresentar um problema em relação à habitação no bairro, ainda manifesta um problema de saúde pública.

Já em relação à alimentação, a mesma entrevistada caracteriza o desemprego de muitas pessoas do bairro como um fator que costuma afetar negativamente a alimentação do desempregado, bem como a alimentação de sua família. O Entrevistado A acredita que perto de 10% das famílias de todo o bairro (totalizando aproximadamente 7.800 desempregados, de acordo com o IBGE, 2005b) estejam com todos os seus membros desempregados, sendo essas pessoas dependentes de vizinhos e da AMORB para o seu sustento mais básico. Ele acredita

que, para que se possa dizer no futuro que não há ninguém com fome no bairro, ou com necessidades básicas que não são atendidas, seja uma questão de organização das lideranças comunitárias. A Entrevistada F ainda lembra que a AMORB obtém por meio do Projeto Fome Zero uma certa quantia de alimentos que são distribuídos a algumas famílias de acordo com o risco nutricional dos seus filhos menores de dois anos de idade (cadastro esse realizado pelo posto de saúde local). O Entrevistado E trouxe a informação adicional de que, em vista dos problemas referentes à falta de informação no que tange à alimentação dos moradores da comunidade, a AMORB tenta suprir essa carência oferecendo palestras sobre nutrição vez que outra. Para a Entrevistada C, o problema maior se encontra na falta de informação para que os moradores entendam o que vem a ser uma nutrição e uma moradia adequadas, frisando que muitos têm condições econômicas para tal, contudo não o fazem.

c) Capacitação: Integridade Física

Foram elaboradas duas questões para as entrevistas. A primeira delas (**Questão 5**) indaga aos membros da associação sobre a violência nas ruas do bairro, como também à violência no interior dos lares das famílias locais (violência doméstica). O Entrevistado A percebe que não há segurança de maneira alguma nas ruas do bairro. Lembrou que há certo tempo as escolas, a associação de moradores e o posto de saúde costumavam ser poupados da violência porque os ladrões sabiam que, se fossem presos, suas famílias poderiam recorrer a essas organizações. Atualmente, no entanto, nem estes locais são poupados. A Entrevistada F fez referência a uma recente invasão a uma escola local e ao roubo do carro de uma professora. Ela acredita que essas ocorrências sejam mais um problema de conscientização e de falta de auxílio às pessoas que acabam transgredindo as leis, pois não há área de lazer no bairro e sequer atividades que ocupem o tempo dos jovens, o que poderia ser um fator desencadeador da violência. Frisa que há um posto da Brigada Militar no bairro, mas que a resolução dos casos de violência se torna difícil pela grande extensão do bairro.

A Entrevistada D destaca que, apesar da violência da qual tanto se fala atualmente no bairro, as ruas já estiveram mais violentas há tempos atrás. Quanto à violência doméstica, a Entrevistada C conta que essas informações não costumam chegar à AMORB. Já a Entrevistada D relata que, apesar de não ter conhecimento claro sobre as estatísticas, acredita que as ocorrências estejam diminuindo.

Já a segunda questão desse bloco temático (**Questão 6**) pede aos entrevistados que reflitam acerca do direito de escolha quanto a casar ou não (sejam casais heterossexuais ou homossexuais) e em relação a ter filhos ou não no bairro. O Entrevistado A deixa claro que esse direito é respeitado. Ele crê que o problema que cerca essa questão está relacionado ao discurso governamental de que o pobre tem cada vez mais filhos, quando a responsabilidade de prestar educação e informação a essas pessoas deveria partir do governo. Assim, informadas, essas pessoas poderiam exercer muito melhor seu direito de escolha nessa questão. Apesar das más condições que cercam muitas famílias com vários filhos, ele acredita que sendo as pessoas pobres ou não, elas têm o direito de dispor do próprio corpo¹⁶ e de ter a noção de que um número maior de filhos deverá tornar a vida de sua família cada vez mais difícil no futuro.

Também a Entrevistada F acredita que o maior problema em relação ao número de filhos seja a falta de informação em relação ao planejamento familiar, o que dificulta em muito a vida de diversas famílias no bairro. A Entrevistada D percebe que as pessoas mais humildes não costumam ir ao posto de saúde mês a mês para pegar contraceptivos. Ou seja, concorda que falta informação a grandes camadas da população do bairro. Em relação ao direito de casar, a Entrevistada G conhece casais de homossexuais no bairro que aparentemente não sofrem qualquer tipo de pressão quanto a estarem juntos ou não. Quanto aos casais heterossexuais, todos os entrevistados afirmaram não haver qualquer tipo de pressão no bairro.

d) Capacitação: Sentidos, Imaginação e Pensamento

Este bloco temático é composto por três questões. A primeira delas (**Questão 7**) diz respeito ao acesso a atividades educativas e recreativas, tanto no que se refere ao público infantil quanto ao público adulto do bairro. O Entrevistado A considera as três festas anuais organizadas pela AMORB (na Páscoa, no Dia das Crianças e no Natal) as principais opções de atividades recreativas no bairro, além de creche para as crianças e de cursos organizados pela AMORB para os adultos.

¹⁶ Apesar de demonstrar uma opinião pessoal do Entrevistado A, o que ele defende (o direito de dispor do próprio corpo) vai diretamente ao encontro do que Nussbaum (2000) acredita em suas capacitações centrais (ver APÊNDICE A).

A Entrevistada F também lembrou das creches comunitárias, porém enfatizou que a demanda por vagas no bairro é sempre maior que a oferta. Além das creches, o SASE (que atende crianças de 7 a 14 anos) oferece oficina de leitura, bem como outras algumas escolinhas (além de capoeira, de acordo com o Entrevistado E). As crianças frequentam o SASE no período oposto ao da escola, para evitar que fiquem perambulando pelas ruas. Aos adultos, a AMORB oferece curso de informática (que é pago, mas muito acessível), oficina de corte e costura (gratuita, que inclusive atende a mulheres que estão cadastradas no Fome Zero). Também há um projeto de curso pré-vestibular gratuito (em parceria com o Diretório Central dos Estudantes das Faculdades Porto Alegrenses - FAPA). A partir de setembro de 2005, teve início o Projeto Escola Aberta (na Escola Grande Oriente), quando os moradores do bairro puderam passar a fazer uso da estrutura da escola para o lazer (as quadras de esporte, principalmente). Contudo, ainda faltam pessoas (monitores) para trabalhar com as crianças e os jovens durante o período em que a escola permanece aberta.

A Entrevistada G esclarece que além dos cursos profissionalizantes e de informática, também são (ou já foram) ofertados gratuitamente oficina de teatro, ginástica e dança para os adultos associados à AMORB. O Entrevistado E alerta que para a faixa etária de 15 a 20 anos de idade há poucas opções no bairro. Já para os adultos, destaca apenas as que a AMORB oferece. Em resumo, todos os entrevistados responderam que a AMORB é o principal criador de oportunidades de entretenimento no bairro, não havendo praticamente outras opções que não as criadas pela associação.

A segunda questão deste bloco temático (**Questão 8**) trata acerca da liberdade da prática religiosa no bairro. Todos os entrevistados afirmaram que há liberdade em relação à escolha religiosa. Na opinião da Entrevistada D cada um segue sua religião sem críticas ou preconceitos contra as demais. A Entrevistada F também acredita que há liberdade, haja vista a quantidade de igrejas de diferentes crenças no bairro. Já o Entrevistado A acredita que, apesar da liberdade de prática religiosa existente e de se ter avançado muito na quebra de preconceitos, não se pode dizer que eles não existam. Algumas pessoas ainda carregam preconceitos mas, no geral, tem-se consciência de que se deve enfrentá-los.

A terceira questão deste bloco temático (**Questão 9**) diz respeito à liberdade de expressão no bairro. Quanto a este tema, o Entrevistado E acredita que a situação seja variável em todo o bairro. Isso porque muitos se sentem retraídos por medo de represálias, enquanto outros falam abertamente, sem receio. O Entrevistado A levanta um outro ponto referente à

questão. Ele crê que, percebendo os próprios direitos e os direitos dos outros, o respeito mútuo passa a integrar o cotidiano do bairro. Entretanto, já houve inclusive toque de recolher no bairro, à noite (de acordo com o Entrevistado E, essa ocorrência teria sido fictícia, inventada por um grupo). Ele afirma que grande parte da população se expressa livremente, mas que ainda faltam veículos voltados a esse objetivo, havendo lacunas na comunicação dentro do bairro. Além disso, muitos ainda têm receio de expressar suas idéias. A Entrevistada F confirma a inexistência de veículos para divulgar as opiniões, as críticas e as sugestões dos moradores da comunidade, e por essa razão os membros da associação do bairro pensam em reiniciar a editar o Jornal da AMORB. Ela também acredita que haja influência de certos grupos sobre muitos jovens (embora diferencie a influência negativa da inofensiva) e diz acreditar que o medo ainda exista no bairro. Por fim, conta que estaria faltando certo incentivo para que as pessoas expressassem realmente o que pensam.

e) Capacitação: Emoções

Este bloco temático é representado por apenas uma questão (**Questão 10**). A pergunta diz respeito à força dos relacionamentos familiares ou de amizade entre as pessoas da comunidade. Conforme o Entrevistado A, essa questão aborda um problema sério no bairro. Ele afirma que há moradores que não se conhecem apesar de morarem bastante próximos no mesmo prédio, embora não seja algo a ser generalizado. Não havendo áreas de lazer disponíveis na comunidade, ou pontos de referência no bairro, como cinema ou teatro, quando os moradores procuram por lazer geralmente saem da comunidade, não interagindo com os moradores do bairro onde moram. O Entrevistado A ainda conta que a relação entre os indivíduos do bairro costuma se dar pela necessidade, muito embora muitos habitem em blocos residenciais nos quais também há parentes seus. Quanto às famílias, ele percebe uma desagregação maior, e acredita que o inverso poderia evitar uma série de problemas, dentro da própria família e entre as famílias do bairro. Em sua opinião, a necessidade aproxima e fortalece muitas amizades, mas muitas se afastam depois de suprir as necessidades.

A Entrevistada B (que também é síndica do prédio onde reside) diz que os vizinhos mantêm, em geral, uma relação formal entre si, em que todos apenas se cumprimentam. Somente se precisarem, uns ajudam os outros. Senão, cada um respeita o seu espaço. A Entrevistada D entende que ainda existem fortes relações familiares, apesar de muitas famílias não estarem bem. Ela percebe que nos momentos de maior necessidade, as pessoas costumam

bater na porta de vizinhos, e não na porta de familiares. Os vizinhos são os que mais se apoiam, em sua opinião. A Entrevistada F ratifica a opinião anterior na medida em que acredita que os moradores do bairro mantêm relações fortes entre si. Também há desentendimentos sem maiores conseqüências entre vizinhos, mas ela afirma que são exceções, pois a solidariedade entre os vizinhos prevalece. Quanto à amizade por interesse (aproximação somente no momento de uma necessidade mais severa), ela não generaliza, mas conta que existe muito no bairro. A Entrevistada G crê que são fortes as relações de amizade no bairro, e dá o exemplo de um grupo que costuma se reunir em seu prédio para tomar chimarrão todo os finais de tarde. Acredita que essas relações sejam de amizade verdadeira, e não visando a possíveis momentos de necessidade futura. Somente o Entrevistado E fez menção maior às famílias do bairro, lembrando que há algumas morando há muito tempo no bairro, e que se relacionam muito bem entre si.

f) Capacitação: Razão Prática

Apenas uma pergunta (**Questão 11**) representa este bloco temático. Ela se refere ao planejamento e à organização individuais dos moradores do bairro. Segundo o Entrevistado E, as pessoas se mobilizam espontaneamente somente se algo lhes atingir mais diretamente. Entretanto, no que se refere ao conjunto do bairro, as pessoas nunca participam sem uma força externa a lhes impulsionar. Um planejamento de maior alcance não costuma partir dos moradores do bairro. A Entrevistada C confirma que as pessoas não lutam por seus objetivos, tem que haver alguém para lhes mostrar o caminho, e que esse tem sido o papel da AMORB no bairro. A Entrevistada F justifica essa falta de iniciativa individual porque observa que muitas pessoas no bairro estariam vivendo uma fase em que não se acredita ou se espera mais nada no futuro. Diz que há muitas pessoas que lutam, apesar de todos os problemas. Todavia, estaria faltando sonho ou um objetivo maior em suas vidas, que extrapolasse a atividade de simplesmente trazer o alimento para casa, suprimindo apenas suas necessidades básicas e as de suas famílias. O Entrevistado A conclui que a maioria da população está começando a lutar por seus objetivos, planejar-se e organizar-se por meio das lideranças comunitárias, que expõem como as necessidades de uma coletividade são melhor supridas através da pressão coletiva sobre o poder público. E ainda, que a própria população pode sanar grande parte de suas necessidades sem recorrer ao governo, contando apenas com seus esforços conjuntos.

g) Capacitação: Afiliação

Duas questões estão dispostas nesse bloco temático. A primeira delas (**Questão 12**) questiona sobre a interação entre os moradores do bairro, seja para auxiliarem uns aos outros (mutirões, doações, ajuda comunitária, por exemplo) ou para se divertirem (festas em grupo, por exemplo). Pode-se notar a existência de alguma controvérsia nas respostas obtidas. O entrevistado A lembra do fato da ocupação do conjunto habitacional em 1987 como o maior exemplo da solidariedade já ocorrida no bairro, quando todos se uniram e se ajudaram mutuamente para poder se manter nos blocos residenciais. Ainda hoje, ele diz que quando se solicita, as pessoas prestam auxílio. Também existe interação entre a AMORB e as lideranças de muitas vilas do bairro, no sentido de resolver problemas e realizar intercâmbio de informações. Ele ainda afirma que a AMORB é o ponto de referência das associações de moradores das vilas, pois algumas associações não têm sequer uma estrutura e uma sede organizadas. A Entrevistada G diz que os moradores costumam se unir tanto na doença quanto na necessidade e na diversão.

Já o Entrevistado E afirma que existe pouca interação, e que as pessoas se organizam em conjunto mais para diversão. A Entrevistada F confirma que, quando se precisa de interação, ela acontece. Para a festa do Dia das Crianças, por exemplo (uma das três maiores festas do bairro), houve pedidos de doação de brinquedos e de alimentos para a preparação de cachorro-quente para as crianças, na maioria atendidos. Assim, ela acredita que quando convocada, a comunidade comparece. Já a Entrevistada D colocou que há um pouco de solidariedade nas festas, mas que não se vê muito em geral, uma vez que se a associação não solicitar ajuda à comunidade, ninguém vai até a associação oferecer ajuda de livre e espontânea vontade.

A segunda questão deste bloco temático (**Questão 13**) se refere à discriminação contra o diferente no bairro, como também ao auto-respeito. Tanto o Entrevistado A quanto a Entrevistada D concordam que a aceitação do diferente progrediu muito, que há mais consciência, mais respeito no bairro. O Entrevistado A diz que, embora ainda se notem alguns preconceitos, as pessoas estariam caminhando em direção à aceitação e ao respeito, enquanto uma pequena minoria no bairro estaria indo em direção inversa. A Entrevistada B diz que há muitos cegos na região do bairro e que nunca notou desrespeito em relação a eles e que não costuma presenciar desrespeito em relação a outros grupos.

Entretanto, o Entrevistado E alega que há um pouco de discriminação contra o homossexual no bairro, e que o auto-respeito falta muitas vezes: ao exibir demais o corpo, chamando muito a atenção, acabariam por desencadear mais preconceito, na visão do entrevistado. Este, sendo negro, foi questionado sobre sua percepção da discriminação racial no bairro (embora se observe no bairro uma grande concentração de moradores negros). Ele informou jamais ter sentido preconceito, a não ser na infância, ainda na escola, mas que ele teria entendido apenas como brincadeira de crianças.

A Entrevistada F afirma que o respeito existe, mas não tem conhecimento para falar sobre o auto-respeito. Um tema interessante levantado por ela se refere aos deficientes físicos: eles não têm acesso a rampas na maioria dos locais do bairro (embora a AMORB tenha), e mesmo na escola estadual local. Isso reflete, pois, um elemento além do pretendido na entrevista. A entrevistada acredita que haja respeito dos moradores do bairro em relação às minorias com tendência a serem discriminadas. O problema passa a ser, assim, o descaso da esfera pública (em especial do governo municipal e estadual, no que se refere às calçadas e áreas públicas e à escola estadual) para com os deficientes físicos do bairro.

Chama a atenção para este bloco temático a observação *in loco* de um caso de solidariedade ocorrido no momento de uma das visitas à associação do bairro para a realização das entrevistas. Estava havendo o rateio de alimentos (arroz, farinha e açúcar) do Programa Fome Zero para famílias de baixa renda (de acordo com o cadastro realizado pelo posto de saúde, além da baixa renda, foi considerado também o critério das famílias terem pelo menos um filho menor de dois anos de idade com risco nutricional). Uma moradora do bairro se recusou a levar para casa a quantidade de arroz a que tinha direito porque justificou que não precisaria de tamanha quantidade, e recomendou que a parte que ela considerava excedente fosse dividida entre quem mais precisasse. Afora o fato questionável (do ponto de vista nutricional) da doação do Programa Fome Zero ter-se baseado somente em arroz, farinha e açúcar para famílias de crianças com risco nutricional, observou-se em campo o mútuo auxílio entre os mais carentes naquela comunidade.

h) Capacitação: Outras Espécies

Este bloco temático tem como referência apenas uma pergunta (**Questão 14**) na entrevista. Ela questiona sobre o respeito dispensado pelos moradores do bairro aos animais e ao meio-ambiente. A Entrevistada D acredita que apenas algumas pessoas respeitem, pois há

muitos cachorros de rua e que, além disso, costumam ser maltratados. Ela diz que não há muito lixo espalhado nas ruas em comparação com o que havia no passado e que isso se deve a uma maior consciência das pessoas em relação à saúde.

No entanto, o Entrevistado E se refere à grande quantidade de lixo espalhada pelo bairro. O Entrevistado A informa que a maioria das lixeiras do bairro são expostas, e que muitos animais criados no bairro se alimentam nessas lixeiras (cavalos, por exemplo). Ele julga que ainda não se compreendeu o papel do animal na comunidade, uma vez que ele enxerga muito maltrato. A Entrevistada B até acha que os cachorros são respeitados, mas que não são cuidados como deveriam ser: ela diz que as pessoas os largam nas ruas já doentes, sarnentos na maioria das vezes. Ela ainda coloca que a coleta de lixo no bairro é diária mas que, se algum animal morre, as pessoas costumam abandoná-lo em área pública.

A Entrevistada C afirma que apenas uma minoria no bairro respeita os animais e o meio-ambiente, já que ela diz ver muitos animais de rua, lixo e restos de obras jogados nas ruas. Por fim, a Entrevistada F nega que se respeite os animais ou o meio-ambiente no bairro já que há muitos animais nas ruas e muito lixo espalhado. Em sua opinião, estaria faltando um trabalho de conscientização dos moradores. Também aponta a existência de esgoto a céu aberto em algumas vilas, chamando a atenção para o desrespeito da própria prefeitura para com a saúde dos habitantes do bairro e para com o meio-ambiente. Entretanto, amenizando essa colocação, a entrevistada diz que, quando a prefeitura ouve as demandas sociais mas não age prontamente a respeito, a AMORB costuma dialogar com as autoridades municipais responsáveis e, com esse tipo de atitude, já teria obtido muitas benfeitorias para o bairro.

i) Capacitação: Diversão

Apenas uma pergunta (**Questão 15**) representa este bloco temático. Ela trata sobre os momentos e os locais disponíveis para diversão e atividades recreativas dos moradores do bairro. O Entrevistado A lembra que quando os moradores do bairro procuram por lazer, geralmente saem do bairro porque ali não existem lugares para isso. As áreas públicas que eram destinadas a praças foram invadidas e, em seu lugar, foram erguidas construções até hoje irregulares. Afora as festas da AMORB e eventos esporádicos, não há opções de lazer no bairro. Como demonstração do que o entrevistado afirma, cita o caso dos dias de passe livre das linhas de ônibus de Porto Alegre, quando o transporte é gratuito e os ônibus da linha do

bairro ficam superlotados. Por esse motivo, alguns moradores até se posicionam contra o passe livre.

Como alternativa de lazer, o mesmo entrevistado lembra que desde setembro de 2005 a maior escola do bairro tem sido aberta aos finais de semana (Projeto Escola Aberta) para utilização das quadras de esporte, por exemplo. O problema é que ela estaria desaparelhada para isso, não bastando apenas abrir suas portas. Assim, a AMORB vem chamando oficinairos para participarem do projeto, oferecendo alternativas para o uso da escola além do horário de aula. A Entrevistada F distingue as três festas anuais organizadas pela AMORB como as únicas alternativas de lazer da comunidade. Ela afirma que há opções apenas fora do bairro, para aqueles que têm condições econômicas para sair da comunidade. Alguns aguardam o passe livre do ônibus, que ocorre uma vez ao mês, quando não se precisa pagar a passagem. Ela acredita que essa limitação acaba gerando muita violência e falta de perspectivas em quem fica obrigatoriamente restrito ao bairro. Segundo a Entrevistada C, são poucas as opções no bairro: ginástica na AMORB ou caminhadas nas praças, que ficam todas fora dos limites do bairro. A Entrevistada B recorda que a única opção é uma praça mais próxima, que fica fora dos limites do bairro. Além disso, o entretenimento proporcionado pela AMORB se mostra bastante focado nas crianças. As maiores festas do bairro, direcionadas para elas (as festas de Dia das Crianças e de Natal), no entanto, também acabam servindo como entretenimento para os adultos que possuem filhos, dada a falta de opções.

j) Capacitação: Controle sobre o ambiente

São duas as questões que participam deste último bloco temático presente no roteiro de entrevistas (ver APÊNDICE A). A primeira (**Questão 16**) trata da participação política dos moradores do bairro, bem como se o livre discurso é habitual. O Entrevistado A diz ter orgulho do bairro pela participação política de seus moradores. Ele diz ter havido uma boa participação dos moradores na última eleição anual da AMORB. Afirma também que há mesmo divergências políticas no bairro, mas que nunca extrapolam as questões ideológicas. O próprio entrevistado relata que já foi candidato a vereador e que obteve 3.300 (três mil e trezentos) votos. Não foi eleito, mas se orgulha da representatividade do bairro obtida nas urnas. A Entrevistada F frisa a existência de posições políticas claras no bairro, mas também sem violência ou rivalidade em decorrência disso, como já colocara o Entrevistado A. A Entrevistada B, por sua vez, explica que dia 18 de dezembro de 2005 iria haver eleição para

presidente da AMORB¹⁷. Mesmo não havendo candidatos para concorrer ao cargo com o atual presidente da associação (nas três últimas eleições anuais também não houve outros candidatos), que já está há dez anos no cargo, ela explica que haveria eleição de qualquer forma, respeitando o direito de voto dos associados da AMORB.

A Entrevistada D tem uma opinião um pouco diferente das anteriores. Ela entende que passada a época das eleições, as pessoas deixam de expressar muito suas idéias sobre política. Deixam de participar das escolhas políticas, mesmo em nível de bairro, embora discurssem livremente quando desejam participar. Os Entrevistados C, E e G esclarecem que os moradores costumam participar, comentando entre si sobre política, sem vinculação a partidos específicos, expressando suas idéias livremente.

A segunda pergunta (**Questão 17**) diz respeito à segurança quanto aos direitos de propriedade dos moradores do bairro. A fim de esclarecer a que direitos de propriedade se faz referência nesta questão, observa-se o APÊNDICE A desta dissertação. No item “j) Controle sobre o ambiente”, entende-se um enfoque mais voltado ao direito referente às propriedades privadas. Contudo, alguns entrevistados tocaram no tema dos bens públicos como de razoável importância para sua comunidade, ao que se decidiu incluir essa face do problema na questão.

Em relação às residências, a Entrevistada C julga que as grades, o pedido aos vizinhos para cuidar da casa quando esta fica só, e as duas ou três portas até chegar ao apartamento onde se reside são apenas uma prevenção ao que pode vir a acontecer. Isso porque ela diz não ter ouvido notícias recentes de invasões para roubar casas ou apartamentos no bairro. Ela se recorda de que ainda há prédios residenciais que não foram regularizados no bairro, e que não há prédios vazios, mas apenas uns poucos apartamentos vazios. Entretanto, não há registro de que alguém tenha invadido qualquer um desses apartamentos desocupados. Há concordância ao que a Entrevistada C e o Entrevistado E afirmam. Este último se refere à invasão que o apartamento de sua família sofreu há uns quinze anos aproximadamente. Nessa época, ele diz que o roubo nas residências era bastante comum, inclusive com os ladrões entrando pelos telhados. Agora, ele acredita que o roubo nas residências parece ter cessado, e que talvez a atenção dos ladrões tenha se voltado para os pequenos mercados do bairro e o comércio em geral. Por sua vez, a Entrevistada D considera que ainda existam muitos lugares que não têm esses direitos assegurados, mesmo nos blocos residenciais: ela afirma que se há

¹⁷ A entrevista foi realizada em período anterior à eleição para a presidência da AMORB.

descuido com os portões dos prédios, alguém pode entrar e roubar os apartamentos. Contudo, ela crê que agora a situação esteja mais tranqüila, e que também o processo de regularização dos imóveis do bairro está bastante avançado.

Em relação aos espaços de uso comum do bairro, a Entrevistada B informa que há pessoas que têm o seu apartamento regularizado e assim mesmo se apropriam de uma parte dessa área para fazer uma garagem (uma construção sem divisão de peças) visando ao aluguel. Contudo, ela afirma que esse problema não é generalizável. Também não tem notícias de invasões de casas para roubo, embora lembre que o cuidado é grande para evitá-lo no bairro como um todo. O Entrevistado A esclarece que as áreas que eram destinadas a praças e calçadas no projeto inicial da COHAB foram tomadas após a ocupação que deu forma ao bairro em 1987. Os proprietários irregulares dessas áreas não têm segurança alguma hoje em dia, pois não têm reconhecida sua propriedade sobre o terreno que ocupam. Dessa maneira, se as autoridades desejarem despejá-los, será possível fazê-lo. Na opinião do entrevistado, essa situação leva a uma “favelação” de muitas áreas do bairro, porque os moradores desses locais não ampliam ou sequer conservam sua moradia por medo de serem despejados. Por fim, a Entrevistada F concorda que o problema se dá com os indivíduos que invadiram as áreas previstas como públicas no bairro, que construíram garagens e casinhas, e que podem sair a qualquer tempo que a prefeitura desejar. Quanto à questão dos invasores e ladrões, ninguém se sente protegido. Contudo, ela acredita que novas invasões de áreas públicas são improváveis, porque já não há mais áreas públicas livres.

Numa conclusão geral sobre o bairro Rubem Berta, podem-se apresentar alguns pontos sobre o acesso ou a privação das capacitações (ou blocos temáticos) estudados. Segue abaixo uma síntese daquelas capacitações que mais chamaram a atenção a partir das entrevistas referentes ao bairro Rubem Berta (ver APÊNDICE A para conferir os textos de cada capacitação que deu origem às questões presentes nas entrevistas, bem como para conferir a ordem das capacitações centrais de NUSSBAUM, 2000)¹⁸.

No bloco temático a) Vida, entende-se que o acesso a serviços de emergência de saúde se dá de maneira regular a insatisfatória, tanto dentro do bairro (posto de saúde) quanto no seu entorno (hospitais). Todos os serviços emergenciais citados são públicos e o primeiro acesso à

¹⁸ As dez capacitações (ou blocos temáticos), quando mencionadas ao longo do texto, serão denominadas como na lista de capacitações centrais de Nussbaum (2000), seguindo uma seqüência de letras (de “a” a “h”, como se pode ver no APÊNDICE A da dissertação).

saúde costuma se dar via posto de saúde. Devido à grande demanda de serviços no posto de saúde, a falta de estrutura e a demora são frequentes no atendimento. Além disso o posto não é 24h, deixando de atender uma população que depende basicamente dele. Já em relação ao tema da violência com morte, apesar de haver informações de que, na atualidade, a situação estaria mais calma que no passado (período de dez anos, aproximadamente), a percepção que se tem a partir das respostas dos entrevistados (bem como da observação empregada ao longo das visitas ao bairro), é que a necessidade de segurança é uma questão séria no bairro. Tanto que a violência parece já se naturalizar aos poucos na comunidade, não mais chocando ou tornando perplexos boa parte dos moradores do bairro diante da realidade que os cerca, sendo banalizada. Ademais, é interessante observar que uma das questões do bloco temático a) Vida lembra de maneira bastante próxima o tema abordado numa das questões do bloco temático b) Saúde Física, uma vez que uma das questões trata do atendimento de emergência de saúde no bairro, enquanto a outra lida com saúde em geral, inclusive saúde reprodutiva (ver Quadro 01).

Em relação ao bloco temático b) Saúde Física, além do que já foi colocado, há referências ao início ainda imprevisto do Programa de Saúde da Família, que deverá finalmente abranger boa parte da demanda do posto de saúde, uma vez que os atendimentos passariam a ser domiciliares, com agentes comunitários e médicos de família. No que se refere à nutrição e à moradia no bairro, deve-se deixar claro que o bairro é muito extenso e as condições bastante variáveis de família para família. Ainda há muitos lugares sem saneamento, com esgoto a céu aberto, e construções irregulares em áreas públicas. O desemprego parece estar muito ligado à alimentação dos moradores da região. E não é só o caso de se avaliar a *qualidade* da alimentação, mas também a *quantidade* da mesma. Há famílias cadastradas no posto de saúde local por terem filhos em situação de risco nutricional. Também há a questão do acesso à informação ligado ao tipo de alimentação que as pessoas do bairro escolhem.

Em relação ao bloco temático c) Integridade Física, acredita-se que não haja mais respeito a locais que antes se prestava certa consideração, como a associação de bairro, escolas e creches. No mesmo bloco temático, a informação é apontada como grande fator responsável por propiciar poder de escolha aos moradores do bairro com respeito ao número de filhos. Como observação, pondera-se que a questão que trata da violência com morte no bloco temático a) Vida tem relação direta com a questão da violência no presente bloco temático).

Ambos os blocos temáticos d) Sentidos, Imaginação e Pensamento e i) Diversão apresentam algumas semelhanças no que se refere às opções culturais, educativas e de diversão. Isso porque quando há opções, não são em grande número. A AMORB talvez seja a maior responsável por oferecer opções de graça ou a custos reduzidos à comunidade. Quanto à liberdade de expressão, apesar de ser algo variável em toda a extensão do bairro, ainda há muito receio vinculado à violência (medo de represálias por externar o que se viu ou ouviu). Além disso, parece não existirem veículos de comunicação no bairro (o jornal da AMORB não foi mais impresso, embora se pense em retomá-lo) para o exercício desse direito.

No que se refere ao bloco temático e) Emoções, as respostas proporcionam, de certa forma, um entendimento dúbio. Isso porque alguns entrevistados apontam relações reais de afeto, enquanto outros lembram da existência de relações pautadas pela necessidade (embora afirmem que este tipo de relação pareça aproximar as pessoas envolvidas, de alguma maneira). No geral, os indivíduos se referem à solidariedade entre os vizinhos.

Em relação ao bloco temático f) Razão Prática, percebe-se que os indivíduos do bairro, no geral, não costumam agir por forças próprias. Se alguma ação ocorre, deve existir alguma força externa para impulsioná-los (a AMORB tem feito muito este papel). Nota-se falta de iniciativa individual, talvez um estágio incipiente de organização e planejamento.

Relativamente ao bloco temático g) Afiliação nota-se alguma controvérsia numa das questões. Apenas um entrevistado se refere a uma forte interação ainda hoje entre os moradores, após o maior exemplo de solidariedade que ele diz conhecer: a tomada dos blocos residenciais da COHAB em 1987, quando todos se ajudaram mutuamente a fim de permanecerem. Outros entrevistados falam mais em interação voltada para a diversão (há três grandes festas organizadas pela AMORB) e que, somente se convocada, a comunidade mostraria algum interesse, com doações e participação. De outra forma, não. Relativamente à discriminação, a insuficiência do auto-respeito em relação ao homossexual foi um tema lembrado numa das entrevistas, havendo a justificativa de que poderia desencadear mais preconceito. Falou-se também em desrespeito contra os deficientes físicos, uma vez que não há rampas no bairro sequer na maior escola local.

Mencionando o bloco temático h) Outras Espécies, a partir das entrevistas entende-se que apenas poucos respeitam os animais e o meio-ambiente. Há informações de muito lixo espalhado pelo bairro (que, inclusive, serve de alimento para alguns cavalos da região), muito

cachorro de rua e maltrato com esses animais. Além disso, ainda se encontra esgoto a céu aberto em algumas vilas do bairro.

Por fim, no bloco temático j) Controle sobre o ambiente, há evidências de que as propriedades privadas são defendidas mais por prevenção: não tem havido notícias de arrombamentos ocorridos no bairro. Ainda faltam poucos prédios a serem regularizados no conjunto de blocos residenciais do bairro, restando como preocupação as muitas construções realizadas sobre as áreas públicas, que poderão ser tomadas a qualquer tempo pelo poder público.

4.2 ANÁLISE INTERPRETATIVA REFERENTE AO BAIRRO MOINHOS DE VENTO

Os dados referentes ao bairro Moinhos de Vento foram obtidos por meio de alguns documentos e de entrevistas com um grupo de 7 (sete) pessoas, da mesma forma como ocorreu com o Rubem Berta, o outro bairro pesquisado para esta dissertação. Pôde-se fazer contato com todos os membros da diretoria atualmente atuantes no bairro Moinhos de Vento. Pela inexistência de sede da associação do bairro (as reuniões da associação ocorrem na Associação Leopoldina Juvenil), o contato com cada um dos membros da associação entrevistados se deu de maneira individual, sendo agendada uma visita à residência de cada um deles, com exceção de dois dos cinco membros da diretoria que preferiram responder às questões por meio de correio eletrônico por acreditarem ser mais conveniente e terem justificado falta de tempo. Além dos cinco membros da diretoria entrevistados, também dois associados vinculados a uma revista de circulação no bairro foram entrevistados via correio eletrônico. Assim, as entrevistas tiveram como maioria dos entrevistados membros da diretoria da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Moinhos de Vento (Moinhos Vive), observando-se que o objetivo inicial desta dissertação era inicialmente entrevistar somente membros das diretorias das associações dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento. Contudo, em decorrência de algumas circunstâncias ocorridas junto a cada bairro, não foi possível realizá-lo.

Os entrevistados foram o presidente da associação (Entrevistado A), o vice-presidente da associação (e síndico de seu prédio) (Entrevistado B), a vice-presidente da associação (sendo também presidente do Conselho dos Moradores e Usuários do Parque e do Bairro

Moinhos de Vento e membro da diretoria da associação do bairro Independência) (Entrevistada C), um diretor da associação (do ramo de assessoria imobiliária no bairro) (Entrevistado D), outro diretor da associação (advogado) (Entrevistado E), e outros dois associados vinculados a uma revista do bairro (Entrevistado F e Entrevistado G). Para facilitar a identificação e a transcrição de algumas opiniões dos entrevistados, estes serão identificados daqui por diante com a palavra “Entrevistado” seguida da letra que o designa. Também aqui, da mesma maneira como se analisou os dados colhidos no bairro Rubem Berta, algum esforço poderá ser feito no sentido de não identificar claramente os entrevistados uma vez que, dadas algumas características já elencadas acima e a natureza de algumas respostas, poder-se-ia comprometer a imagem de alguns dos membros da associação de moradores examinada.

A Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Moinhos de Vento (Moinhos Vive) pode ser caracterizada como uma “entidade sem fins lucrativos, de caráter representativo, reivindicativo, educativo e bastante recente, tendo iniciado suas atividades em agosto/setembro de 2003 a partir de uma mobilização erigida pelo Conselho dos Moradores e Usuários do Parque e do Bairro Moinhos de Vento (que começou suas atividades em 2002 e, desde agosto/setembro de 2003, funciona paralelamente à associação do bairro). De acordo com a vice-presidente da Moinhos Vive, que forneceu informações sobre como se deu a criação da associação do bairro, no momento, o bairro tem sido atração para a construção civil como também para o público em geral, em vista de que o comércio local está cada vez mais em crescimento. No entanto, o problema do bairro e da cidade de Porto Alegre não é tão recente, remonta há algum tempo.

A vice-presidente da associação explica que a cidade já foi contemplada com alguns planos diretores e que o último, o do ano de 2000, foi um plano que mudou e ainda estaria mudando muito o aspecto da cidade e do bairro Moinhos de Vento. Como exemplo, permitiu-se a construção de prédios junto aos muros de divisão de terrenos vizinhos. Ela explica, a partir da imagem do prédio contíguo ao seu, no qual as janelas de muitos apartamentos de um determinado andar para baixo estão de frente para um muro do prédio vizinho (não pegando luz nem tendo qualquer vista do bairro), que os moradores do bairro começam a colocar em discussão a qualidade de vida e a satisfação que os moradores daquele local terão neste tipo de imóvel. Segundo ela, este tipo de situação permitida pelo novo plano diretor da prefeitura de Porto Alegre descaracteriza o que mais se prega no bairro, isto é, a atenção a todas as dimensões para se viver bem. Pelo novo plano diretor também teria havido permissão para

demolirem algumas casas antigas do bairro visando à construção de prédios (o caso da Rua Luciana de Abreu se tornou notório), casas às quais os moradores creditam o charme do bairro (muitos cafés e restaurantes funcionam em casas antigas reformadas).

Vendo estas mudanças ocorrendo no bairro, surgiu um movimento social a partir do Conselho dos Moradores e Usuários do Parque e do Bairro Moinhos de Vento. Como o bairro apresenta características de uma região bastante politizada, as pessoas começaram a aderir ao movimento rapidamente, sendo seu objetivo inicial o salvamento de seis casas antigas da Rua Luciana de Abreu, em agosto de 2003. Desse movimento nasceu a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Moinhos de Vento, a Moinhos Vive. Em novembro de 2003, a associação do bairro começou a realizar suas reuniões bimestrais na Associação Leopoldina Juvenil (visto que não tem sede própria até o momento) já que um número crescente de participantes começou a freqüentar as reuniões. Nessa época, iniciou-se um processo judicial no qual foi anexado um documento com dez mil assinaturas colhidas no bairro para barrar a tentativa de derrubada das seis casas da Rua Luciana de Abreu, e os moradores do bairro obtiveram sucesso. Conjuntamente, houve o início de um movimento muito forte pela urbanização harmoniosa e pela preservação cultural do bairro, além da qualidade de vida como um todo.

Igualmente em 2003, a prefeitura de Porto Alegre pretendia construir um calçadão na Rua Padre Chagas (a hoje conhecida “Calçada da Fama”, rua de barzinhos e cafés que ocupam as calçadas com suas mesas), deixando liberado apenas uma pista para os automóveis passarem, o que desencadeou novas reuniões do conselho e da associação de moradores do bairro para impedir este processo. Novamente os moradores obtiveram sucesso.

Ainda conforme a vice-presidente da Moinhos Vive, Porto Alegre tem oitenta áreas de interesse cultural, isto é, áreas onde se pretende preservar o patrimônio histórico e cultural de Porto Alegre. O bairro Moinhos de Vento, apesar de pequeno em comparação com outras regiões de Porto Alegre (de acordo com PMPA, 2004a, o bairro Moinhos de Vento tem 82 hectares, enquanto o bairro Rubem Berta tem 851 hectares, conforme PMPA, 2004b), tem três áreas de interesse cultural: a Praça Hidráulica, o Morro Ricaldone e a Praça Maurício Cardoso. A intenção da associação era ampliar a extensão dessas regiões, que são razoavelmente próximas umas das outras, de maneira que fosse possível impedir a progressão do ritmo de construções no bairro. Todavia, a prefeitura de Porto Alegre não aceitou a proposta. Ao longo das entrevistas, houve a informação de que o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) (imposto municipal) no bairro é muito caro, e por isso entende-se

que esta seria uma das possíveis razões da permissão para a construção de muitos prédios no bairro.

A vice-presidente da associação lembra que nessa época, um estudo feito pela própria prefeitura apontava para a tendência a uma superpopulação e a uma densificação populacional muito forte no bairro, já estando deficitário em muitos serviços. Atualmente, a tendência ao bairro se transformar em área comercial tem expulsado muitos moradores, o que se pode perceber a partir da taxa de crescimento populacional do bairro registrada nos últimos anos: de 1980 a 1991, a taxa foi decrescente em 1,6%, e de 1991 a 2000, a taxa foi decrescente em 0,2% (PMPA, 2004d).

Abaixo, segue a análise interpretativa individual referente ao bairro Moinhos de Vento, na qual as dez capacitações centrais de Nussbaum (2000) se encontram discriminadas (ver APÊNDICE A).

a) Capacitação: Vida

Antes de mais nada, deve-se observar que a pesquisa considerou para o bairro Moinhos de Vento, da mesma maneira que para o bairro Rubem Berta, que cada capacitação central da lista de Nussbaum (ver APÊNDICE A) representa um bloco temático. Ainda, as mesmas questões referentes a cada bloco temático foram aplicadas em ambos os bairros estudados nesta dissertação.

Para este bloco temático específico, foram elaboradas duas questões pertinentes ao tema com que Nussbaum (2000) elabora sua primeira capacitação. Em relação à primeira questão da entrevista (**Questão 1**), relativa aos serviços emergenciais de saúde de que a população dispõe no bairro ou nas cercanias deste, todos os entrevistados se referiram a um atendimento rápido e satisfatório mas, basicamente, a serviços de emergência particulares ou aos que atendem convênios de saúde. Apenas os Entrevistados B e D se lembraram do Hospital Fêmeina como de atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), embora observem que ele se dedica exclusivamente à obstetrícia. O Entrevistado B lembra, antes de mais nada, que o bairro é um dos menores de Porto Alegre. Mesmo assim, o considera bem suprido, com muitas clínicas particulares especializadas e laboratórios. A Entrevistada C salienta que há hospitais apenas fora dos limites do bairro (da mesma forma que frisa o Entrevistado E), e que este não conta com posto de saúde. O Entrevistado D, apesar de

acreditar que o Hospital Moinhos de Vento se encontre dentro do bairro em que reside (quando na verdade se encontra nas imediações, no bairro Floresta), recorda-se do Pronto-Socorro Cruz Azul, este sim uma opção mais próxima voltada ao atendimento de emergência e dentro da circunscrição do bairro.

A segunda questão (**Questão 2**) pertinente ao primeiro bloco temático da lista de Nussbaum (2000) se refere ao conhecimento dos associados sobre casos de violência com morte que tenham ocorrido dentro das fronteiras do bairro. A Entrevistada C, da mesma forma que o Entrevistado E, informa que tem havido muitos casos assim ultimamente. Em seguida, ela dá o exemplo de um bar local onde um carro passou em frente e metralhou a porta do estabelecimento, do que decorreu a morte de pelo menos uma pessoa. Afora as mortes que ocorrem em assaltos e que se noticia vez que outra. O Entrevistado A aponta para a diferença existente entre aquela violência dentro do grupo de moradores do bairro, e aquela violência que vem de fora para dentro do bairro, atingindo os habitantes do bairro. O que lhe chama a atenção é a violência que vem de fora para dentro. Apesar de sua preocupação, acredita que a violência não seja exclusividade no bairro, mas que esta esteja disseminada na cidade de Porto Alegre como um todo. Os Entrevistados D, F e G fizeram referência a outro assassinato ocorrido há pouco tempo no bairro, também num bar local, não esclarecido até o momento pelas autoridades competentes. O Entrevistado B coloca que a diretoria da Moinhos Vive tem sido muito cobrada pelos moradores e associados em relação à segurança no bairro. No entanto, ele não acredita que a violência seja tão preocupante quanto em outros bairros de Porto Alegre. Afirma que a associação tem um excelente apoio e entrosamento com a Brigada Militar. Inclusive, a associação tem apresentado a eles a idéia de instalar câmeras (como já se faz no bairro Floresta) (os meios de comunicação locais já tem noticiado a instalação de pelo menos uma câmera na Avenida 24 de Outubro). Também conta que há uma boa resposta da Polícia Civil em relação aos chamados do bairro. Em resumo, ele crê que a violência seja uma preocupação, mas que, no bairro, seria mais um temor do que realidade, não sendo ainda comum violência com morte.

b) Capacitação: Saúde Física

Este bloco temático é composto por duas questões na entrevista. A primeira (**Questão 3**) diz respeito ao acesso a serviços médicos em geral (quando a Questão 1 envolvia apenas serviços de emergência médica), sendo destacada também a saúde reprodutiva. A esse

respeito, todos os entrevistados se referiram a um bom atendimento de saúde nas imediações do bairro, como também a clínicas particulares no bairro e a serviços complementares de saúde (laboratórios, por exemplo), porém sempre àqueles que possam custear esses serviços, da mesma forma que na Questão 1. O Entrevistado B se refere a que praticamente todos os moradores do bairro tenham plano de saúde, inclusive sua empregada doméstica. Afirma que não se tem preocupações nesse sentido no bairro. Já a Entrevistada C lembra que pelo menos metade das pessoas do bairro devam ter plano de saúde. Isso porque essa parcela de pessoas representa a população residente do bairro (aproximadamente 60% da população total), enquanto os 40% restantes constituiriam a população transitória do bairro, a que apenas trabalha lá (atestando a tendência comercial do bairro), sem residir.

A segunda questão referente a este bloco temático (**Questão 4**) se refere ao acesso a uma nutrição e a uma habitação adequadas às necessidades das famílias do bairro. Os Entrevistados B, F e G afirmam que o bairro tem uma vasta oferta tanto de alimentos quanto de restaurantes, todos voltados à qualidade e ao comer bem. O *fast food* teria chegado apenas nos últimos tempos e, assim mesmo, sempre procurando se dissociar dos restaurantes de *fast food* (afora a unidade existente do McDonald's). A Entrevistada C afirma que há acesso a uma boa alimentação no bairro. Diz que há muitos restaurantes na região e que, se os melhores restaurantes de Porto Alegre não estão dentro do bairro, estão nas suas cercanias. Lembra que há muitos restaurantes com bufê, com muitas saladas, com um tipo de comida bastante variada. Ela também afirma como os entrevistados anteriores que só há um restaurante de *fast food* no bairro, e que tende a não apresentar as características de servir *fast food*, sendo uma comida mais elaborada (esquecendo-se do McDonald's). Por meio da observação casual no bairro, efetivamente, não se percebe lancherias de comida rápida no bairro, e sim muitos cafés e restaurantes. O Entrevistado D acredita que se aplica a esta questão o mesmo tipo de resposta imediatamente anterior. Isto é, as opções disponíveis quer em alimentação, quer em habitação, atendem a todos que podem dispor de recursos financeiros para satisfazer necessidades básicas, supérfluas e refinadas.

Por fim, o Entrevistado A acredita que o nível informacional contribua para uma qualificação na forma de alimentação, assim como, hoje em dia, encontre-se mais facilmente produtos mais saudáveis e se realize mais a prática de exercícios em comparação com poucos anos atrás. Quanto à habitação, afirma não existirem grandes problemas, todavia a restrição monetária das famílias é sinal dos tempos atuais: ele crê que a taxaço da prefeitura (IPTU)

seja muito alta no bairro (por meio da observação casual, percebeu-se, no momento da chegada na residência do Entrevistado A para sua entrevista, que uma parte lateral de seu domicílio estaria alugada, o que reflete sua opinião sobre o custo da habitação no bairro).

c) Capacitação: Integridade Física

Foram elaboradas duas questões para as entrevistas. A primeira delas (**Questão 5**) indaga aos membros da associação sobre a violência nas ruas do bairro, como também à violência no interior dos lares das famílias locais (violência doméstica). O Entrevistado A diz não ter conhecimento de violência no âmbito doméstico, uma vez que haveria muito “telefone sem fio” (palavras do entrevistado) (comunicação não-oficial, entre amigos ou conhecidos mais próximos) no bairro e, se houvesse algo conhecido, ele saberia. A violência nas ruas, no entanto, seria permanente e até muito acentuada a seu ver. Ele afirma que, quando há uma ocorrência é até muito impactante, e muitas vezes não há uma resposta condizente do poder público, sendo um dos objetivos maiores da Moinhos Vive a segurança. Conta, inclusive, que recentemente houve reunião com pessoas do grupo “Chega de Violência!” (um movimento nascido em São Paulo, que visa a conscientizar e a mobilizar a população sobre a violência). Para ele, as pessoas do bairro se dividem entre aquelas que acreditam que se chegou a um nível insuportável de violência e que se tem que combatê-la, e aquelas que acreditam que a situação não pode ser mais mudada, que não há mais formas de se controlar a violência.

Tanto o Entrevistado D quanto o Entrevistado E colocam que assaltos, furtos e roubos, em escritórios, residências, edifícios, lojas e bancos ocorrem diariamente. O Entrevistado D assegura que têm frequência no mínimo semanal incursões das autoridades policiais com carros em alta velocidade, sirenes abertas e troca de tiros com bandidos. Identifica as imediações do Parcão (o mesmo Parque Moinhos de Vento) como local de roubo freqüente de veículos estacionados nas ruas, onde muitas vezes os motoristas são feitos reféns. Dessa forma, a Moinhos Vive estaria propugnando por um sistema de monitoramento com câmeras para reduzir estas incidências (o que já estaria em atividade, como já se afirmara em relação ao mesmo conteúdo narrado pelo Entrevistado B em relação à Questão 2, sobre violência e morte no bairro). Já o Entrevistado B é da opinião de que na própria “calçada da fama” (conhecido trecho da Rua Padre Chagas), por exemplo, mesmo com a profusão de bares que há, não há violência, embora a preocupação com a segurança, no geral, seja grande e constante. Sobre violência doméstica, não tem informação alguma.

A Entrevistada C também assevera que não conhece nenhum caso de violência doméstica. Na rua, no entanto, diz que as pessoas não estão seguras e que, cada vez que se faz reunião com os associados da Moinhos Vive (sendo que se tem realizado muitas reuniões sobre esse tema ultimamente), a violência é do que mais se queixam. Ela relata que já fez, inclusive, várias reuniões com a Brigada Militar, pois nota que a violência tem aumentado muito. Ela percebe o aumento da circulação de muitas pessoas de outros bairros e da própria região, visto que o bairro estaria em evidência atualmente. Esses frequentadores, muitas vezes, são assaltados nas ruas do bairro, sendo a violência maior contra essas pessoas do que contra estabelecimentos comerciais: notam-se pessoas trabalhando como seguranças em cada café, loja ou restaurante da região (fato também lembrado pelos Entrevistados F e G). Alguns até mesmo dividem esses serviços de segurança, com carros circulando de meia em meia hora em frente aos pontos comerciais. Apesar da segurança constante, ela ainda lembra do caso de uma atriz portuguesa que teria sido assaltada na calçada de um café do bairro ainda no ano de 2004, quando um segurança, que era da Brigada Militar, teria levado um tiro durante perseguição.

A segunda questão desse bloco temático (**Questão 6**) pede aos entrevistados que reflitam acerca do direito de escolha quanto a casar ou não (sejam casais heterossexuais ou homossexuais) e em relação a ter filhos ou não no bairro. O Entrevistado E acredita que não se tem os direitos respeitados em relação ao casamento ou ao número de filhos. Afirma que a resposta, no entanto, é complexa. Justifica dizendo que por mais que se diga que os casais homossexuais estão sendo melhor aceitos pela sociedade, eles continuam sendo desrespeitados com comentários satíricos e não sendo encarados com seriedade, mesmo que de maneira velada. Quanto à escolha por ter filhos, em decorrência da profissão do entrevistado (advogado de família), diz escutar muito dos casais clientes que não desejavam ter tido mais um filho, uma vez que já possuíam um ou dois e consideravam ser suficiente. Crê, pois, que o poder de escolha do casal nessa questão seja pequeno no geral, lembrando ainda da pressão familiar para que os recém-casados tenham filhos. Já o Entrevistado A relata a existência de uma certa pressão das famílias locais para a concretização do casamento em detrimento de uma ligação eventual, sendo esta uma ligação vista com algumas restrições (existem críticas quanto a não casar). Ele também cita a existência de preconceito étnico e financeiro em relação aos parceiros escolhidos para o casamento. O próprio entrevistado acredita ser hipocrisia afirmar que não há preconceito no bairro (embora acredite que não seja

um comportamento exclusivo do bairro e sequer apenas de certos segmentos da sociedade), mas que hoje já seria menos acentuado que há algum tempo.

O Entrevistado D diz desconhecer interferências nas opções de convívio homossexual. Ele acredita que possa ocorrer eventual discriminação, mas não que isso se identifique genuinamente com o bairro, mas sim pela formação, costumes familiares e religiosos de algum dos moradores. Ele lembra de que, tempos atrás, havia na Rua Santo Inácio uma sede da organização “Tradição, Família e Propriedade” (conhecida pela exaltação dos valores que lhe dão nome). No entanto, há anos já teriam desocupado o imóvel, provavelmente por não sentirem o necessário apoio ou amparo a suas teses. Em relação a ter ou não filhos, e quantos, o entrevistado entende ser uma opção dos casais, decisão essa mais inclinada à compatibilidade com seus rendimentos do que à interferência de terceiros. Ele diz perceber que a maioria das famílias do bairro já se definiu por um planejamento a respeito, que contempla um ou dois filhos, de forma a lhes assegurar o acesso a uma boa instrução e a planos de assistência médico-hospitalar. Por fim, a Entrevistada C afirma que, obviamente, não haveria problemas do gênero no bairro, questionando a presença dessa questão na entrevista. Além disso, perguntou se a resposta dos entrevistados no bairro Rubem Berta teriam diferido de sua resposta, uma vez que ela acreditava que este tipo de problema praticamente não existiria mais em parte alguma.

d) Capacitação: Sentidos, Imaginação e Pensamento

Este bloco temático é composto por três questões. A primeira delas (**Questão 7**) diz respeito ao acesso a atividades educativas, criativas e culturais, tanto no que se refere ao público infantil quanto ao público adulto do bairro. Primeiramente, todos os entrevistados concordam que existem variadas opções culturais, criativas e educativas no bairro, tanto para a criança quanto para o adulto. O Entrevistado A, por exemplo, cita os clubes do bairro embora lembre que eles não são monopólio do bairro (ele nota muitas pessoas de fora do bairro freqüentando esses clubes) e que também não há o costume de freqüentá-lo tão ostensivamente como nas cidades do interior do estado. Apesar de serem exceção, ele aponta que ainda existem segmentos de indivíduos conservadores no bairro que restringem, de algumas formas, a entrada em alguns clubes. Porém, no geral, o entrevistado percebe que os moradores do bairro têm acesso a esse tipo de atividade, fora ou dentro do bairro.

O Entrevistado B se lembra que além dos clubes e associações que oferecem jantares e atividades culturais e esportivas, há muitas outras opções. Aponta o Instituto Goethe (que trabalha com a cultura e a língua alemã), a tradicional escola Bom Conselho e outras pequenas escolas, a escola pública Uruguai, as atividades culturais no Parcão (em comparação com o parque Marinha, o entrevistado considera o Parcão um parque pequeno, mas sobrecarregado de atividades). Na opinião do entrevistado, a instalação de um *shopping center* no bairro, com cinemas, hotel, etc., teria aberto o bairro para além de suas fronteiras. Além das alternativas apontadas, também indica quadras de tênis públicas à disposição de quem quiser utilizar. A Entrevistada C se recorda de que há diferentes tipos de escola no bairro, e enfatiza que o que não existe dentro do bairro, está presente nas cercanias. Além de escolas, refere-se à existência de muitas galerias de arte, escolas de línguas estrangeiras, cursos de informática, cursos de música e outras alternativas, dependendo do gosto de quem for procurar por essas atividades. Por fim, o Entrevistado D além de indicar pontos já referenciados pelos entrevistados anteriores, aponta creches e a biblioteca do Parcão — pouco utilizada, de acordo com ele. De um modo geral, e ele diz ter consciência de que isto não é específico do bairro Moinhos de Vento, é grande a luta contra a força da televisão como meio de formação cultural dos mais jovens, especialmente.

A segunda questão deste bloco temático (**Questão 8**) trata acerca da liberdade da prática religiosa no bairro. Quanto a essa temática, todos os entrevistados se posicionaram contrários a qualquer falta de liberdade no bairro. Dizem não haver problema algum relativo à temática. Segundo o Entrevistado A, há uma grande diversidade religiosa no bairro, embora a maioria ainda se diga católica. Já o Entrevistado B afirma que não parece haver preconceito. Ele lembra que o bairro já fora mais religioso, e mais católico especialmente. De acordo com o entrevistado, não há nenhuma igreja católica no bairro. No passado, teria se formado uma colônia alemã muito forte na região, e por conta disso o próprio Hospital Moinhos de Vento (apesar de não se encontrar mais nos limites do bairro, embora se encontre nas cercanias) já teria sido administrado por religiosos protestantes. No passado, havia também um culto africano perto dali, no bairro Independência (na Rua Castro Alves), que era conhecido como Culto Africano do Pai Alfredo (o entrevistado não soube dizer se ainda estaria em funcionamento).

A terceira questão deste bloco temático (**Questão 9**) diz respeito à liberdade de expressão no bairro. Há um consenso nas respostas de quase todos os entrevistados, alegando

total liberdade de expressão. A Entrevistada C aponta apenas uma observação quanto aos lojistas (que quase nunca são moradores do bairro, segundo ela) porque parece ser muito difícil que tomem qualquer posição por receio de perder a clientela. Contudo, em relação aos moradores e freqüentadores em geral, não há problema algum. De acordo com a entrevistada, exatamente pelas pessoas terem liberdade é que o movimento do bairro se tornou tão forte e se difundiu para o restante da cidade (o movimento “Moinhos Vive” faz parte de uma organização maior, a “Porto Alegre Vive”, que é uma congregação de duas dezenas de associações de bairros de Porto Alegre que atuam pela qualidade de vida em seus bairros e em Porto Alegre como um todo). O Entrevistado D afirma que o que não existe no bairro é o exercício da livre expressão, embora o acesso exista. Ele justifica sua resposta em razão de convites que são enviados a todos os associados da Moinhos Vive, com temas de grande interesse da população, que costumam ser atendidos sempre pelos mesmos indivíduos. Dessa forma, ele afirma que mobilizações só ocorrem na iminência de algum desconforto maior para a população sendo que, uma vez superado o problema, as ações se acalmam novamente até o descaso. O Entrevistado B diz desconhecer qualquer grupo que exerça pressão contra a livre expressão. Apenas sugere que pode haver uma confluência de idéias entre alguns grupos no bairro: as pessoas não querem tumulto, e ele acredita que cabe à Moinhos Vive lutar contra essa aquietação.

O Entrevistado E deu outra interpretação à questão. Enquanto o Entrevistado D afirma que o que não existe no bairro é o exercício da livre expressão embora o acesso exista, o Entrevistado E o questiona de certa maneira. Aponta, como exemplo, para o assunto “homossexualidade” e afirma que este é cercado de cinismo no bairro. Isso porque acredita que os demais entrevistados tenham respondido afirmativamente à presente questão, apontando para uma liberdade de expressão praticamente total no bairro, enquanto ele diz presenciar freqüentemente comentários jocosos a respeito dos homossexuais, comentários esses que ninguém se atreveria a repetir como resposta nas entrevistas para esta dissertação. Por fim, acredita que a liberdade de expressão seja tolhida pela educação ao se lidar com temas ainda hoje considerados tabus, e que o limite da liberdade de expressão se encontra onde inicia o desrespeito pelo próximo.

e) Capacitação: Emoções

Este bloco temático é representado por apenas uma questão (**Questão 10**). A pergunta diz respeito à força dos relacionamentos familiares ou de amizade entre as pessoas da comunidade. Em relação a essa pergunta, as respostas se dividem um pouco. O Entrevistado D, por exemplo, afirma que socialmente até se pode admitir, mas que não há, verdadeiramente, relações fortes como inquirido na questão. O Entrevistado B segue na mesma linha de resposta e diz que existem relações de amizade, mas que não são muito fortes. Quanto às famílias, ele afirma o mesmo, e diz que não há aquela solidariedade que eles imaginam existir entre as pessoas de classes economicamente menos favorecidas. Enfatiza que isso realmente não existe ali, que o individualismo predomina, e que cada um tenta preservar seu espaço. O Entrevistado A já entende que existem algumas ligações mais fortes de acordo com o tempo de convivência entre as pessoas, mas que não há aquela cultura de união como numa comunidade pequena do interior, sendo a solidariedade relativa no bairro.

Por outro lado, os Entrevistados C, E, F e G asseguram que há, certamente. De maneira geral, a Entrevistada C acredita que as famílias não têm se mantido unidas. Ela exemplifica com as casas antigas do bairro, pertencentes a famílias que já foram unidas e foram se desagregando. As casas ficaram de herança, e as pessoas foram morar em outros lugares, às vezes nem se interessando pela casa que lhes pertence por direito. Entretanto, segundo ela, há fortes relações de afeto nas famílias (apesar de muitos não viverem mais juntos), e há fortes relações de amizade: as pessoas se posicionam quanto às demais e escolhem se querem permanecer unidas ou não. Por fim, dá o exemplo dela mesma, com relação à quantidade de amizades que fez no bairro.

f) Capacitação: Razão Prática

Apenas uma pergunta (**Questão 11**) representa este bloco temático. Ela se refere ao planejamento e à organização individuais dos moradores do bairro. O Entrevistado A considera que sim, mas com ressalvas. Isso porque ele afirma que muitas pessoas do bairro dão as melhores condições possíveis para seus filhos crescerem e se desenvolverem. Contudo, ele nota que isso só é possível porque há condições econômicas para tanto, não chegando a ser uma atitude de destaque em relação a planejamento. O Entrevistado D diz perceber que membros de uma mesma família têm objetivos, planejam e se organizam, mas ainda considera

pouco se comparar com experiências em outras comunidades que já teve contato. Acredita que, no bairro, na maior parte das vezes, ocorrem apenas reações, e não ações planejadas.

Os Entrevistados B e E acreditam que sim, e que a prova disso é a associação do bairro que, com dois anos de funcionamento, começou com trinta pessoas e hoje conta com duzentos e trinta associados. Salientam que muitos continuam se associando e que as reuniões são bastante frequentadas. O Entrevistado B salienta que existem outras três associações (além da Moinhos Vive) dentro do bairro Moinhos de Vento (uma vez que há regiões com interesses específicos no bairro, além de algumas serem áreas de interesse cultural, como a Praça Maurício Cardoso, a Praça Hidráulica e o Morro Ricaldone) e que membros delas participam das outras associações. Por fim, a Entrevistada C acredita que, afora as pessoas da associação, não é possível notar planejamento e organização individual. Segundo ela, se as pessoas do bairro estivessem mais conscientes, toda a Porto Alegre também estaria mais consciente e mais unida. Ela afirma que, se houver uma ocorrência que as preocupe, elas procuram a associação do bairro ou o conselho de moradores. Ainda assim, a entrevistada acredita que, talvez, as pessoas do bairro sejam as que mais se organizem na cidade (ela chama a atenção para o fato de notar organização, mas não planejamento).

g) Capacitação: Afiliação

Duas questões estão dispostas neste bloco temático. A primeira delas (**Questão 12**) questiona sobre a interação entre os moradores do bairro, seja para auxiliarem uns aos outros (mutirões, doações, ajuda comunitária, por exemplo) ou para se divertirem (festas em grupo, por exemplo). A Entrevistada C confirma a existência de interação entre os moradores no que se refere à ajuda comunitária: acredita que deva haver mutirões e lembra, da mesma forma que os Entrevistados E, F e G que os moradores de determinadas ruas organizam festas ao ar livre entre os vizinhos. Ela crê que se organizem tanto para se ajudar como também para se divertir. Ainda afirma que quando ocorrem pequenos problemas, sempre costumam aparecer pessoas que se unem muito rapidamente. Para exemplificar, relata uma história recente (embora advirta que esta não chega a representar a magnitude da potencialidade de união das pessoas do bairro): a de um pequeno cachorro de rua encontrado no Parcão. Fez referência à grande quantidade de pessoas que se uniu em um período muito curto de tempo para limpar o cão, alimentá-lo e medicá-lo (ele estava doente, com sarna, abandonado no parque). Depois de tratado, então, ainda lhe encontraram um novo dono.

Os demais entrevistados, no entanto, têm uma visão um tanto diferente da Entrevistada C. O Entrevistado A, por exemplo, garante que há um segmento atuante, embora não se possa dizer o mesmo das pessoas do bairro em geral. Ele nota que algumas procuram se doar e participar mais, e lamenta que quando das ocasiões em que a comunidade é chamada a participar, apenas parte dela responde. Segundo o Entrevistado D, existe interação entre os habitantes do bairro, porém, de forma esporádica. Ele acredita que ocorra muito menos do que o necessário para o amadurecimento do convívio entre os indivíduos envolvidos. Conforme o entrevistado, um belo trabalho que merece registro é o das senhoras voluntárias que colaboram com o “Lar do Bebê Pupileira”. Ele afirma que, por meio da doação de recursos, ali são promovidos diversos eventos, com o apoio das voluntárias, que permitem a crianças menos favorecidas a possibilidade de receber atenção, formação e educação necessárias ao seu desenvolvimento. Já o Entrevistado B afirma não ter conhecimento sobre festas comunitárias, apenas se lembra das que são promovidas por comerciantes locais, ao ar livre, quando fecham temporariamente alguma rua do bairro. Para ele, doações, se ocorrem, são isoladas, e a Moinhos Vive vem trabalhando para promover ocasiões que acarretem esse tipo de ação, com a participação da comunidade.

A segunda questão deste bloco temático (**Questão 13**) se refere à discriminação contra o diferente no bairro, como também ao auto-respeito. O Entrevistado A afirma que a discriminação é um fato, mas que, no bairro, talvez seja mais contida pela própria educação das pessoas. O Entrevistado B, por sua vez, acredita que o Moinhos de Vento é um bairro muito aberto nesse sentido. E exemplifica dizendo que os bares e estabelecimentos em geral têm um nível elevado de frequentadores (entende-se “nível elevado” como pessoas de nível econômico elevado ou abastadas, o que denotou certo preconceito contra pessoas de condições econômicas diferentes por parte do entrevistado). Entretanto, diz crer na inexistência de discriminação no bairro, a não ser que esta se expresse de forma velada. Além disso, expressa sua opinião quanto à responsabilidade da prefeitura em respeitar as minorias no bairro. Lembra que lá habitam muitos idosos (sendo ele mesmo um senhor de idade avançada) e, por essa razão, há muitos pedidos de repintura de faixas de segurança para os órgãos competentes, por exemplo.

Já a Entrevistada C traz alguns elementos a partir dos quais se pode denotar discriminação no bairro. Ela julga a discriminação extremamente velada no bairro, porque, afinal, diz que “fica feio discriminar, não é?” (risos) (fazendo referência à polidez dos

moradores do bairro). Ela diz que é possível notar preconceito mais forte (porém sempre dissimulado) principalmente em relação a negros e deficientes físicos, porque se vê muito poucos no bairro. Homossexuais e lésbicas já transitam naturalmente no bairro, pois muitos freqüentam a região. Em relação a mulheres e idosos, também não nota problema algum.

Da mesma forma que o entrevistado anterior, ela menciona a prefeitura de Porto Alegre no que tange ao respeito para com as minorias do bairro. Refere-se à existência de uma lei municipal recente que exige a colocação de rampas em novos prédios e estabelecimentos comerciais. Ela diz notar que a prefeitura tem baixado o nível das calçadas para facilitar o trânsito dos deficientes físicos.

Todavia, afirma que na Rua Padre Chagas (a conhecida “calçada da fama”, local de muitos bares e cafés), na qual deveria poder passar uma cadeira de rodas na calçada, não há acesso porque os bares são muito próximos e muitas mesas são colocadas na calçada, muito perto umas das outras. A opinião da entrevistada é a de que a calçada não é estreita (o que poderia acarretar o problema), mas sim que os comerciantes faltam com o respeito colocando mesas demais nas calçadas, sem pensar na passagem de cadeiras de rodas ou de carrinhos de bebês, por exemplo.

Ademais, ela relata haver abuso em razão de que os bares permanecem abertos e fazem barulho até a madrugada (até mesmo além do horário permitido pela prefeitura), prejudicando o sono dos moradores em geral. Ela classifica este fato como discriminação dos comerciantes contra o morador que não participa da noite no bairro, e que, em sua opinião, contam com a conivência da prefeitura (há um projeto que propõe a ampliação do horário de funcionamento desses bares, o que é fortemente combatido pela associação dos moradores do bairro). Por fim, ela reflete que, de maneira geral, não parece haver discriminação na comunidade. Contudo, avaliando fatos pontualmente, a discriminação acaba por se manifestar. Ela conclui que no bairro até existem algumas rampas, mas que não há uma preocupação geral de garantir o acesso de carrinhos de bebê ou cadeira de rodas, por exemplo. O Entrevistado E, por sua vez, também acredita que haja discriminação no bairro. Contudo, é mais incisivo ainda: afirma que a resposta das pessoas do bairro Moinhos de Vento quanto ao assunto, muitas vezes, é cínica por afirmarem a inexistência da discriminação onde moram. Isso porque ele assevera ser bastante comum as pessoas, quando descontraídas e reunidas em grupo, tecerem comentários maldosos e irônicos sobre os homossexuais que transitam pelo bairro.

h) Capacitação: Outras Espécies

Este bloco temático tem como referência apenas uma pergunta (**Questão 14**) na entrevista. Ela questiona sobre o respeito dispensado pelos moradores do bairro aos animais e ao meio-ambiente. O Entrevistado A acredita que o respeito, no geral, seja razoável. Quanto aos animais, diz não haver dúvida alguma. E em relação ao meio-ambiente, diz que costuma notar bastante respeito. Dá um exemplo recente, de um apelo de moradores de uma rua do bairro à prefeitura para a recolocação de uma árvore na calçada, que um morador havia retirado. Conta que tudo foi resolvido rapidamente. A Entrevistada C afirma que há muito respeito. Até porque entende como sendo interesse dos moradores do bairro como um todo: se as pessoas escolheram morar no bairro Moinhos de Vento, ela acredita que isso faça parte dos seus interesses para uma melhor qualidade de vida, a maneira como eles escolheram para viver. Para isso, ela vê o meio-ambiente como um fator de grande importância. Além disso, diz não saber se é moda ou não, assegura que são poucas as casas e apartamentos do bairro que não têm seu cachorro, gato ou outro animal de estimação.

O Entrevistado B garante que há respeito por parte dos moradores. O problema no bairro em relação ao tema discutido é, segundo ele, a proliferação de carroças puxadas a cavalo (vindas de outras áreas de Porto Alegre) no bairro. O entrevistado diz assistir ao maltrato de alguns animais, além de presenciar confusão no trânsito em ruas de grande fluxo de veículos. E, como ele mesmo diz estar ciente, o Moinhos de Vento é um bairro que produz muito lixo que pode ser reciclado (por estar em uma área de alto poder aquisitivo). Isso, por sua vez, atrai muitos catadores puxando, eles mesmos, pequenos carros. Por vezes, em busca desse lixo, fazem a seleção do que levarão consigo no próprio bairro, deixando o restante espalhado em alguma calçada. O Entrevistado D, por sua vez, entende o meio-ambiente como uma bandeira do bairro, sendo monitorada pela maioria dos moradores. Um dos problemas recorrentes se refere à educação dos donos de animais que, ao levá-los para passear em calçadas e praças locais, muitas vezes, esquecem de proceder com a limpeza posterior, deixando sujos os passeios públicos. Contudo, o entrevistado termina de responder à pergunta afirmando que o que expõe não é de maneira alguma exclusivo ao bairro, mas reflete a falta de educação generalizada do povo de Porto Alegre quanto à questão.

i) Capacitação: Diversão

Apenas uma pergunta (**Questão 15**) representa este bloco temático. Ela trata sobre os momentos e locais disponíveis para diversão e atividades recreativas dos moradores do bairro. O Entrevistado B assegura que as pessoas do bairro têm acesso a essas atividades, e cita como exemplo clubes, o Parcão e outros parques do bairro e da região. Afirma, inclusive, que há vários grupos de pessoas que são ativos frequentadores desses atrativos do bairro. O Entrevistado D acredita que os parques locais conferem a possibilidade de passeios e atividades recreativas. Já em relação à disponibilidade de tempo dos moradores para usufruírem dessas atividades, ele crê que diga respeito apenas à organização de vida de cada um, pois opções são o que não faltam. O entrevistado lembra que nos jardins da Praça Hidráulica, por exemplo, foi demarcada uma pista para caminhada, até o momento muito pouco utilizada. Já aos apreciadores de tênis, recorda-se da existência de quadras públicas na Avenida 24 de Outubro. A Entrevistada C, por sua vez, enumera diversas alternativas de lazer, e diz achar o bairro o mais completo em possibilidades de diversão. Afinal, somente dentro do Parcão, existe recreação, aulas de yoga, trabalhos manuais e, dentro do moinho do parque (símbolo da praça), há um pequeno museu, uma biblioteca, aulas de informática e acesso gratuito à internet. Afirma que há pessoas de apoio trabalhando no parque durante todos os dias da semana. Ao ser perguntada sobre quem mantém essa estrutura de serviços no Parcão, ela explica que é uma parceria entre a administração do parque, o Hospital Moinhos de Vento e os Supermercados Zaffari. Além das opções dentro do parque, cita mais algumas alternativas: os bares, cafés, restaurantes e cinemas, estes últimos no interior do *shopping center* local (Moinhos Shopping). Ela conta que este centro comercial abriu novas possibilidades para o bairro, como hotéis, por exemplo, e dentro deles, mais restaurantes e uma academia de ginástica. Além do shopping, há diversos outros centros comerciais menores nas imediações.

Por acreditar que o bairro seja um dos mais bem servidos em opções de lazer em toda a cidade de Porto Alegre, a entrevistada aponta esse fato como uma possível causa para o atual interesse de pessoas de várias partes da cidade para com o bairro, afora a crescente tendência à comercialização do bairro. Os moradores do bairro têm acesso a locais próximos para se divertir, pois muitas vezes há um bar, café ou restaurante na frente de casa ou onde se possa ir a pé. Quanto a ter tempo para usufruir das opções de lazer no bairro, ela informa que a maioria das pessoas trabalha (é uma região identificada como sendo composta basicamente

por profissionais liberais), mas nem por isso deixa de frequentar as atrações do bairro, nem que seja para um *happy hour* no final do dia de trabalho. Ainda diz que faz parte dos atrativos o acesso geralmente fácil e a maior segurança, que muitos outros bairros de Porto Alegre não tem (uma vez que todos os cafés e restaurantes locais contratam sua própria segurança particular). Por fim, ela crê que isso se reflita na sensação de segurança dos frequentadores, em poderem ser atendidos nas mesas nas calçadas do bairro, o que acaba por atrair cada vez mais pessoas.

Quanto a este último tema abordado pela entrevistada, o Entrevistado A concorda. Mas segundo ele, o bairro já estaria ficando saturado de locais voltados ao entretenimento e com um apelo comercial muito forte, fato pelo qual a Moinhos Vive muito tem apelado à prefeitura de Porto Alegre, justificando que o bairro (tradicionalmente residencial, e não comercial) estaria sendo descaracterizado. Um outro ponto de atual interesse da Moinhos Vive estaria ligado à quantidade de locais de lazer noturno, o que implica uma enorme quantidade de “flanelinhas” ou vigias noturnos no bairro, que além de zelar pelos carros, muitas vezes os estaciona nas redondezas. Na opinião do entrevistado, isso implica uma grande falta de consideração para com o cidadão que reside na região e que não participa da vida noturna todos os dias nos cafés e restaurantes do bairro (lembrando que no bairro não existem só adultos, mas muitos idosos e crianças), embora o problema não se resuma ao bairro (alguns outros bairros de Porto Alegre, como a Cidade Baixa, também seria muito atuante nesse sentido). Essa falta de respeito é explicada pela ocorrência de gritos e de muito barulho dos carros ao longo da noite nas ruas que servem de estacionamento no bairro. Os próprios membros da associação dizem não entender os motivos da prefeitura em defender o ângulo de vista que prega o funcionamento estendido dos bares. A Moinhos Vive, por sua vez, baseia-se em estatísticas que fazem crer que, com o fechamento dos estabelecimentos à meia-noite, haveria uma redução no consumo de bebidas alcoólicas, no consumo de drogas, no número de agressões, da prostituição, de crimes e da violência em geral cometida no bairro e mesmo fora do bairro. É por essa razão que o entrevistado relata a mobilização da associação para a conscientização da população local. Até mesmo em razão de que os ânimos correm o risco de se alterar em breve: o entrevistado relatou que, no mesmo dia de sua entrevista para esta dissertação, um associado à Moinhos Vive teria lhe telefonado avisando que algumas pessoas começariam a agir de forma “mais impactante” (palavras usadas pelo entrevistado, alertando apenas que não envolveria o uso de armas de fogo) em relação aos

veículos com som alto no Parcão, uma vez que as autoridades competentes não obtinham sucesso no sentido de coibir os abusos.

j) Capacitação: Controle sobre o ambiente

São duas as questões que participam deste último bloco temático presente no roteiro de entrevistas. A primeira (**Questão 16**) trata da participação política dos moradores do bairro, bem como se o livre discurso é habitual. A Entrevistada C afirma com certeza. Acredita que seja um dos bairros mais politizados da cidade, e que as pessoas discutem muito sobre política em geral. Muitas vezes, a própria Moinhos Vive convida algum político para suas reuniões ou para as do Conselho dos Moradores e Usuários do Parque e do Bairro Moinhos de Vento, e as pessoas gostam muito de comparecer a essas reuniões, o que as torna mais interessantes, segundo a entrevistada. De maneira geral, a entrevistada diz que se pode notar um nível de abstenção do bairro Moinhos de Vento nas eleições bastante baixo. Além disso, ela diz perceber que muitos idosos do bairro ainda votam, por acreditarem na importância de sua participação. Sobre as eleições para a associação do bairro, por enquanto, ela informa que não tem idéia sobre a participação dos associados, porque só houve uma eleição até o momento (em 2003), e neste ano de 2006 haverá a próxima. Na mesma linha de interpretação, o Entrevistado D informa que nas últimas três eleições (municipais, estaduais e majoritárias) houve um grande engajamento dos moradores na manifestação de suas preferências. De acordo com sua percepção, essas manifestações estariam fundadas na busca de ações políticas que conferissem, a partir dos discursos, maior atenção ao fator “segurança” para o bairro. Por fim, o Entrevistado B concorda que as pessoas participam bastante, lembrando, inclusive, que o bairro já fora muito engajado com o Partido dos Trabalhadores num passado recente. De acordo com ele, não parece haver qualquer tipo de preconceito, pressão ou desrespeito em relação à opinião do outro. Esclarece que, embora haja pessoas conscientes por intenção própria, teria sido a associação do bairro o motor para que as pessoas passassem a atuar mais em nível de bairro, criando uma conscientização a partir disso.

A segunda pergunta (**Questão 17**) diz respeito à segurança quanto aos direitos de propriedade dos moradores do bairro. Primeiramente, a fim de esclarecer a que direitos de propriedade se faz referência nesta questão, observa-se o APÊNDICE A desta dissertação. Na capacitação “j) Controle sobre o ambiente” subentende-se um enfoque mais voltado ao direito referente às propriedades privadas. Contudo, da mesma forma que ocorrera no bairro Rubem

Berta, alguns entrevistados tocaram no tema dos bens públicos como de razoável importância para sua comunidade, ao que se decidiu também considerar essa face do tema na pergunta.

A Entrevistada C, como presidente do Conselho dos Moradores e Usuários do Parque e do Bairro Moinhos de Vento, informa já ter sido procurada para encaminhar alguma providência porque pessoas lhe relataram que, em pouco tempo, tiveram seu edifício assaltado por três vezes no bairro. Em vista disso, ela diz acreditar realmente que as pessoas não tenham seus direitos de propriedade no bairro assegurados pelo poder público. Ela diz não notar sequer intimidação pelos moradores estarem em suas residências: os ladrões têm entrado com os moradores dentro de suas casas e apartamentos, constringendo-os a entregarem seus pertences. Para exemplificar, ela relata uma situação ocorrida no início de 2005 com um homem que teria invadido um edifício e depois fugido, invadindo uma casa no decorrer da fuga. Todos os envolvidos (vítimas e autor do crime) teriam sido conduzidos a uma delegacia ao final da perseguição. Lá, então, a polícia liberou o dito ladrão no mesmo instante porque, quando os policiais chegaram ao local do crime, o perseguido já havia se desfeito da arma, o que impediu de pegá-lo em flagrante. A entrevistada adverte que todos os edifícios do bairro têm grades e que, em sua opinião, isso denota que alguma coisa perversa estaria se passando. Ela pondera que sequer as grades estariam adiantando mais porque quem deseja entrar nos prédios tem encontrado uma estratégia ou outra para burlar a segurança do edifício, como uma falsa entrega de pizza, por exemplo.

Quanto ao Entrevistado B, ele informa que são corriqueiros os relatos de pessoas que viajam e têm seu apartamento invadido e saqueado no bairro, ou que, ao buscar o carro à noite numa rua da região (neste caso, não sendo necessariamente pessoas do bairro), são assaltadas. Apesar do conhecimento dessas ocorrências (seu prédio, inclusive, teria sido assaltado há pouco tempo), ele não considera que essas ações sejam mais frequentes ou numerosas que em outros bairros de Porto Alegre. Em sua opinião, o que acontece é que a divulgação desses acontecimentos parece ser bastante forte nos meios de comunicação locais.

Já o Entrevistado A expressa que os direitos de propriedade pública têm se mostrado menos assegurados que os direitos de propriedade privada. Justifica essa interpretação da questão explicando que é possível encontrar pessoas sem-teto habitando irregularmente parques públicos da região, por exemplo. Esclarece que já na gestão anterior da prefeitura de Porto Alegre, o discurso utilizado em reuniões sobre segurança na associação do bairro fazia crer que haveria espaço para essas pessoas em abrigos e asilos, e que o maior problema era

convencê-las a ir para esses locais, sem afetar seu direito de ir e vir. Quanto às propriedades privadas, informa que a prevenção envolve a contratação de segurança particular para atuarem mesmo durante o dia, até porque a quantidade de assaltos no bairro estaria impressionante.

Numa conclusão geral sobre o bairro Moinhos de Vento, pode-se apresentar alguns pontos sobre o acesso ou à privação das capacitações (ou blocos temáticos) estudados. Segue abaixo uma síntese daquelas capacitações que mais chamaram a atenção a partir das entrevistas referentes ao bairro Moinhos de Vento (ver APÊNDICE A para conferir os textos de cada capacitação que deu origem às questões presentes nas entrevistas).

No bloco temático a) Vida, entende-se que o acesso a serviços de emergência de saúde se dá de maneira muito satisfatória, tanto dentro do bairro quanto nas suas cercanias. Todos os serviços emergenciais são privados, aceitando também pagamento via planos de saúde. Nenhum dos entrevistados apontou demanda não suprida de serviços de emergência públicos. Já em relação à violência com morte, parece estar havendo uma ascensão dessas ocorrências no bairro nos últimos tempos, o que tem deixado os moradores apreensivos. Já há câmeras de segurança instaladas no bairro.

Em relação ao bloco temático b) Saúde Física, da mesma forma que foi respondida a Questão 1 do bloco temático a) Vida (referente a serviços de emergência em saúde), questões ligadas à saúde não constituem preocupação no bairro. O que chama a atenção nessa capacitação se refere à ótima qualidade e à suficiente quantidade da alimentação no bairro, no qual há muitas opções de restaurantes, cafés e bares e não há problemas graves no que se refere às condições econômicas para o suprimento dessa necessidade. Quanto à habitação, um dos entrevistados levantou a questão do alto valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de cobrança municipal, que encarece a moradia na região.

Em relação ao bloco temático c) Integridade Física, a violência tem-se mantido como a principal preocupação dos moradores. Um fato a ser salientado é que tanto no bairro Rubem Berta quanto no bairro Moinhos de Vento a Questão 2 (que trata da violência com morte) no bloco temático a) Vida tem relação direta com a Questão 5 (da violência nas ruas e dentro de casa), podendo ser abordado com mais atenção no tocante à análise conjunta dos bairros. O questionamento de uma entrevistada quanto à presença da Questão 6 leva à reflexão em relação à pertinência da mesma para a realidade de Porto Alegre, embora Nussbaum (2000) possa justificá-la em sua lista por ter realizado estudos em regiões do mundo onde dimensões

mais básicas de liberdade, como a que se refere à possibilidade de escolha quando a casar e a procriar, sequer foram postas em prática ainda. O teor da questão empregado na dissertação, contudo, pôde apresentar uma gama diferenciada de conteúdo em relação ao proposto por Nussbaum (2000), enriquecendo a posterior análise.

Ambos os blocos temáticos d) Sentidos, Imaginação e Pensamento e i) Diversão apresentam muitas e variadas opções culturais, educativas e de diversão como respostas. Em muitos momentos, algumas dessas opções cabem a ambos os blocos temáticos. Da mesma forma, apesar dos moradores terem a sua disposição diversos serviços que vários bairros não têm sequer em suas cercanias, existe a opinião de muitos que aponta para uma saturação de opções no bairro, que tenderia a desenvolver uma tendência comercial muito forte em detrimento da característica tradicionalmente residencial do bairro. Há também a indicação da falta do exercício de liberdade de expressão no bairro, diagnosticado pela permanente participação dos mesmos associados em reuniões importantes da Moinhos Vive.

No que se refere ao bloco temático e) Emoções, as respostas proporcionam, da mesma forma que no bairro Rubem Berta (porém, por outra razão) um entendimento dúbio. Isso porque enquanto uns apontam fortes laços de afetividade entre familiares e amigos, outros indicam amizades que se sustentam mais por encontros sociais (cordialidade somente) que por afeto propriamente dito. Além disso, fantasiam que nas camadas menos abastadas da sociedade, fora do bairro, a solidariedade prevaleça.

Em relação ao bloco temático f) Razão Prática, compreende-se mais reação que ação, e mais organização que planejamento no bairro. Afora os participantes da associação do bairro, planejamento e organização individuais não parecem ser uma constante.

Relativamente ao bloco temático g) Afiliação notam-se registros de festas em comunidade e doações, embora não se possa generalizar para todo o bairro. Quanto à discriminação, esta geralmente é tida como velada. Apenas uma entrevistada revelou em que sentido, possivelmente, essa característica tão combatida nos relacionamentos interpessoais tem-se mostrado no bairro Moinhos de Vento.

Mencionando o bloco temático h) Outras Espécies, a partir das entrevistas entende-se que há um problema de educação em uma boa parte das pessoas donas de animais de estimação que, ao passear com seus animais, deixam atrás de si calçadas e praças sujas. Além

disso, há um problema que vem de fora do bairro: pessoas com carroças que, à procura de lixo, algumas vezes o espalham pelas calçadas da região, além de maltratar os cavalos que lhes proporcionam o transporte.

Por fim, o bloco temático j) Controle sobre o ambiente aponta no sentido da participação política das pessoas do bairro. Há apenas um impasse sobre se a participação nasceu ou apenas foi majorada a partir do momento em que a Moinhos Vive fomentou esse tipo de atitude de conscientização. Já em relação à segurança vinculada aos direitos de propriedade das pessoas do bairro, entendeu-se por bem incorporar uma faceta da questão que não faz parte da capacitação original de Nussbaum (2000). Nesta última, apenas os direitos de propriedade privada são questionados. Contudo, quando ao responder à questão, um dos entrevistados questionou essa omissão relativamente à propriedade pública. A conclusão a que se chega é a de que não há segurança pública que dê conta das demandas do bairro, embora se tenha consciência de que o problema é maior em muitas outras regiões da cidade de Porto Alegre, e em níveis mais assustadores inclusive. Assim, a segurança privada tem cada vez mais crescido no bairro.

4.3 ANÁLISE INTERPRETATIVA CONJUNTA DOS BAIRROS

Seguindo todas as capacitações (ou blocos temáticos) inicialmente propostas para a análise dos dois bairros estudados nesta dissertação, Rubem Berta e Moinhos de Vento, segue uma síntese do que se avaliou como possibilidade de acesso dos moradores de ambos os bairros à qualidade de vida. Dessa forma, compondo um quadro com características de cada bairro lado a lado, pretende-se evidenciar o acesso ou a privação a que os residentes em cada bairro estejam submetidos. Assim, será realizada uma análise interpretativa conjunta de cada por bloco temático utilizado.

a) Capacitação: Vida

Foram elaboradas duas questões para as entrevistas:

1) As pessoas do seu bairro têm acesso satisfatório a serviços emergenciais de saúde (pronto-socorro ou emergência de hospital público ou particular, posto de saúde, etc.)?

2) *Você tem conhecimento de casos de violência que tenham acabado em morte no seu bairro?*

QUADRO 02 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Vida)

BAIRRO RUBEM BERTA	BAIRRO MOINHOS DE VENTO
<p>Questão 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - O atendimento emergencial de saúde é basicamente público; - O posto de saúde é utilizado para emergências de menor gravidade, enquanto que os hospitais públicos da região atendem as emergências mais graves; <p>O posto de saúde não é 24h, o que obriga os moradores a recorrer aos hospitais no período em que o posto está fechado;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há reclamações de falta de estrutura no posto de saúde para atender a toda a população do bairro. 	<p>Questão 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - O atendimento emergencial de saúde é totalmente privado; - Há hospitais e um pronto-socorro particulares na região, que atendem pessoas com planos de saúde; - Não há posto de saúde no bairro (inexistência de demanda pelos serviços públicos); - Elogia-se a qualidade dos serviços, mas se enfatiza que o paciente tem que arcar com um ônus para ter direito a esse atendimento.
<p>Questão 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em relação à violência com morte, há casos praticamente toda semana; - Percebeu-se ironia, tal a naturalização das ocorrências; - A violência, apesar de alta, parece estar mais amena que há uma década atrás. 	<p>Questão 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em relação à violência com morte, tem havido muitos casos ultimamente; - Há muito medo por parte dos moradores; - A violência parece estar em ritmo de crescimento no bairro.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado nas entrevistas, observação e documentos coletados.

Neste bloco temático, a idéia que fica é a de que a renda faz muita diferença no que se refere ao atendimento emergencial de saúde. Enquanto no bairro Moinhos de Vento o acesso ao serviço é restrito a quem pode pagar, no Rubem Berta o acesso é universal, porém, com todos os inconvenientes que o serviço público de saúde pode ocasionar, com uma oferta que não comporta a demanda do bairro e da região. Entende-se, assim, que o acesso a serviços emergenciais de saúde no bairro Rubem Berta está, de alguma maneira, restrito, uma vez que o atendimento se resume aos estabelecimentos públicos, e estes (apesar de já ter havido algumas melhoras) ainda não conseguem atender à demanda da população, seja no que se refere à quantidade ou à qualidade do serviço. A saúde, de uma maneira geral, é um dos objetivos principais da AMORB e de seus associados.

Já em relação à questão da violência nas ruas, o bairro Moinhos de Vento está em alerta. Com o fluxo aumentado de pessoas de dentro e de fora do bairro para freqüentar cafés, restaurantes, bares, o Parcão, etc., aumentou o nível de violência com morte no bairro. O

comércio de mercadorias e de serviços selecionados atrai pessoas com poder aquisitivo maior, o que provoca atração em quem deseja se apropriar de objetos alheios (carros e outros objetos caros, por exemplo) e, por consequência, da polícia. Perseguições policiais foram noticiadas nas entrevistas. As mortes prematuras a que a capacitação referente a esta questão (ver APÊNDICE A) faz alusão, neste caso, tanto a pessoas do bairro como a freqüentadores do mesmo, indivíduos de outras regiões de Porto Alegre e mesmo de fora da cidade, pois que as fronteiras do bairro estão cada vez mais abertas a indivíduos de fora do bairro (há uma tendência comercial crescente no bairro) que queiram desfrutar das facilidades que este proporciona. No bairro Rubem Berta a questão também é muito séria, e o grau de violência com morte é bem maior. Alguns entrevistados colocaram que há uma década a situação estaria ainda pior. Contudo, não se pode justificar a gravidade da situação atual (interpretando como uma condição amena) com base numa ainda pior do passado. Autoridades governamentais da área da segurança já estiveram em reunião na AMORB para discutir a situação com a comunidade (como também o fizeram na Moinhos Vive). Contudo, um entrevistado relatou o conserto de uma viatura por conta da AMORB para que a população não ficasse sem a única viatura da Brigada Militar do posto policial local indisponível, o que caracteriza a força restrita que o poder público no que se refere à estrutura para combater o crime.

b) Capacitação: Saúde Física

Foram elaboradas duas questões para as entrevistas:

3) *As pessoas do seu bairro têm possibilidades de gozar de boa saúde, incluindo aí saúde reprodutiva (acesso a serviços médicos em geral: posto de saúde, plano de saúde, agentes comunitários, etc.)?*

4) *As pessoas do seu bairro têm acesso a uma boa nutrição (sendo quantidade diferente de qualidade) e a uma habitação apropriada (abrigo que garanta o conforto necessário para a conservação da saúde)?*

QUADRO 03 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Saúde Física)

BAIRRO RUBEM BERTA	BAIRRO MOINHOS DE VENTO
Questão 3	Questão 3
- Novamente, fez-se referência apenas aos	- Fez-se referência a hospitais, clínicas

<p>serviços públicos, da mesma maneira que ao atendimento emergencial;</p> <ul style="list-style-type: none"> - O posto de saúde é o ponto inicial para agendar consultas médicas, que são realizadas no posto de saúde ou em um hospital público próximo; - Há reclamações de demora e de falta de estrutura no posto de saúde para atender a toda a população do bairro; <p>É esperado o início do Programa de Saúde da Família no bairro, que deverá melhorar o atendimento aos moradores (os agentes de saúde e os médicos de família poderão fazer um controle histórico da saúde de toda a família, e ainda evitar o deslocamento dos moradores até o posto de saúde);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em relação à saúde reprodutiva, fez-se referência somente à prevenção de doenças do sistema reprodutivo e uso de métodos anticoncepcionais, sem lembrar daquelas mulheres que não podem ter filhos de maneira natural. 	<p>especializadas e laboratórios clínicos (todos particulares) no bairro ou em suas imediações;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Da mesma forma que na Questão 1, falou-se nos custos pessoais para se ter acesso a esses serviços no bairro e na região.
<p>Questão 4</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os blocos residenciais da COHAB são entendidos como habitações adequadas por todos os entrevistados; - Há muitos casos de construções precárias irregulares sobre áreas públicas nas vilas do bairro; - Nas vilas ainda se encontra problemas de saneamento básico; - Problemas referentes à alimentação parecem ter uma relação forte com o desemprego na região; - O Fome Zero repassa alimentos (muito pouco) à AMORB; - Há crianças com menos de dois anos em estado de risco nutricional no bairro (cadastro feito pelo posto de saúde local); - Há muita falta de informação no bairro a respeito do que seja considerado uma boa alimentação e uma habitação adequada; - A AMORB já realizou alguns cursos sobre nutrição para suprir essa carência da comunidade. 	<p>Questão 4</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sobre moradia, o único fator lembrado foi o alto custo da habitação no bairro, decorrente do IPTU (imposto municipal); - Há muitas opções de restaurantes com tipos de comida variada; - É fácil encontrar opções de comida saudável no bairro; - Há opções básicas, supérfluas e refinadas em relação à alimentação.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado nas entrevistas, observação e documentos coletados.

A questão da saúde (além da violência) é um ponto de preocupação constante no bairro Rubem Berta. Isso porque, além do acesso se dar basicamente ao serviço público (com todas as limitações estruturais e conjunturais possíveis), espera-se uma prometida melhoria no serviço, porém, sem data certa para iniciar a operar. Trata-se do Programa de Saúde da Família, quando então as famílias mais carentes e que moram longe do posto de saúde

poderão ter um acompanhamento da sua saúde (principalmente de doenças crônicas) sem ter que se deslocar até o posto de saúde. Essa falta de necessidade de ir até um posto de saúde, provavelmente, será de grande ajuda para quem precisa pagar pelo transporte e não tem condições para tal, para os idosos que não podem se locomover facilmente, e para os que trabalham e, para ter acesso ao posto de saúde (que não é 24h) tem que faltar ao trabalho.

Quanto à habitação, no bairro Rubem Berta praticamente todos os blocos residenciais já estão regularizados junto à prefeitura de Porto Alegre. O problema se encontra nas vilas, onde há muitas construções precárias, realizadas sobre áreas públicas (sem direito à regularização de imóveis), além da falta de saneamento básico em algumas regiões. Enquanto no bairro Rubem Berta ainda existem problemas fundamentais ligados à qualidade e à localização das habitações, no bairro Moinhos de Vento o problema se encontra sobre a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), cobrado pela prefeitura de Porto Alegre, considerado exagerado por alguns. Não há falta qualquer tipo de infra-estrutura que desestime a habitar no bairro. O que estaria como um empecilho seria a especulação imobiliária: os preços estariam muito altos na região porque, além de ser um bairro “charmoso e que está na moda” (de acordo com uma das entrevistadas), não há mais terrenos disponíveis para a construção civil, a não ser que outras construções sejam derrubadas. Em 2002 teve início a organização da associação do bairro justamente pela tentativa de derrubada de casas tradicionais no bairro, visando a novas construções. Entende-se, assim, que ambos os bairros têm uma preocupação relativa às construções em sua região, embora isso se dê por motivos em nada semelhantes.

Em relação à alimentação, o bairro Rubem Berta ainda se vê às voltas com problemas fundamentais enquanto o bairro Moinhos de Vento parece ter à disposição de quem puder arcar com os gastos, opções de refeições e alimentos básicos, supérfluos e refinados. No Rubem Berta o desemprego tem relação direta com a quantidade e com a qualidade do que o desempregado e do que sua família ingere. Essas pessoas costumam contar com o auxílio de seus vizinhos, de parentes e da AMORB.

A esse respeito, é de se discutir alguns critérios envolvidos na distribuição dos alimentos do programa federal Fome Zero no bairro. Isso porque, além da reduzida quantidade em relação a toda população carente do bairro Rubem Berta (podia-se observar os sacos de arroz, farinha e açúcar sobre a metade de um banco inteiriço de madeira), também o conteúdo nutricional dessa cesta de alimentos é algo a ser debatido. O posto de saúde local

elegeu como critério para o recebimento dos alimentos a presença de um filho menor de dois anos de idade com risco nutricional na família. É de se refletir que a cesta, provavelmente, não iria melhorar em nada a condição dessas crianças. Quanto a suas famílias, talvez ajudasse de alguma maneira, mas sem que isso se refletisse sobre o risco nutricional das crianças. Questiona-se aqui, pois, tanto a responsabilidade dos indivíduos encarregados da organização e do planejamento do programa Fome Zero em não estabelecer critérios fixos para o fornecimento de alimentos aos necessitados, como também ao tipo de alimento que compõem essas cestas e, por último, ao posto de saúde local que, na tentativa de auxiliar na distribuição dos alimentos, talvez não tenha feito a melhor opção (poderiam ter sido escolhidas famílias com desempregados, mulheres chefes de família e desempregadas, famílias com renda máxima de X com um número mínimo de X filhos, etc.). Por fim, um ponto a ser destacado: a iniciativa de membros da AMORB em oferecer cursos sobre nutrição para a comunidade, em vista da carência desse tipo de informação entre os moradores, sem esperar que esta atitude pudesse partir de algum órgão governamental.

c) Capacitação: Integridade Física

Foram elaboradas duas questões para as entrevistas:

5) *As pessoas do seu bairro estão seguras contra a violência, seja na rua ou dentro de casa (assaltos, violência sexual, abuso infantil, violência doméstica, etc.)?*

6) *As pessoas do bairro têm respeitados seus direitos de escolha quanto a casar ou não (seja heterossexual ou não), e se têm poder de escolha quanto a ter filhos ou não (quando e quantos)?*

QUADRO 04 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Integridade Física)

BAIRRO RUBEM BERTA	BAIRRO MOINHOS DE VENTO
<p>Questão 5</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não há segurança nas ruas do bairro. Até mesmo escolas, creches, associação de bairro e posto de saúde, que antes eram poupados, hoje também são alvo de ladrões; - Áreas de lazer no bairro e atividades que ocupem os jovens são vistas como saídas para evitar a violência; - Nesse sentido, há o Projeto Escola Aberta e escolhinhas para crianças no Serviço de 	<p>Questão 5</p> <ul style="list-style-type: none"> - A violência é vista como permanente nas ruas do bairro, e é do que os moradores do bairro mais se queixam nas reuniões da Moinhos Vive; - O Parcão, cartão postal do bairro, é tido como um dos maiores pontos de roubo de automóveis e outros crimes na região; - Há dois grupos claros de habitantes no bairro: aqueles que acreditam que a violência tem que ser contida imediatamente por ter chegado a um nível

<p>Atendimento Socioeducativo (SASE) da AMORB;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há um posto da Brigada Militar no bairro, mas a solução de crimes se torna difícil pela grande extensão do bairro. 	<p>demasiado, e o outro grupo, que não crê em mais nenhuma solução contra a violência no bairro;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há mais crimes contra pessoas físicas no bairro do que contra estabelecimentos comerciais: os cafés e bares da região costumam contratar segurança particular; - Há pelo menos uma câmera de segurança instalada no bairro (perto do Parcão) pela prefeitura.
<p>Questão 6</p> <ul style="list-style-type: none"> - O direito de escolha quanto a casamento e quantidade de filhos é respeitado; - Falta educação e informação para que muitas pessoas possam exercer o seu direito de escolha quanto a essas questões; - A AMORB acredita que é papel do Estado prestar esse tipo de serviço. 	<p>Questão 6</p> <ul style="list-style-type: none"> - O direito de escolha quanto a casamento e quantidade de filhos é respeitado, no geral; - Foi relatada certa pressão no que se refere ao casamento convencional, em detrimento de uma união apenas entendida como eventual; - Também foi revelado certo preconceito étnico e financeiro na escolha dos parceiros de casamento; - Muitos casais construíram uma família de acordo com suas possibilidades econômicas, resumindo-se a um número pequeno de filhos enquanto outros não fizeram planejamento; - Os casais homossexuais ainda não são vistos com muita seriedade aos olhos de muitos.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado nas entrevistas, observação e documentos coletados.

Como já comentado em relação à Questão 2, a violência é um dos temas de maior atenção em ambos os bairros estudados. No Rubem Berta, até mesmo alguns valores antes respeitados pelos criminosos, hoje não são mais mantidos: o arrombamento visando ao roubo em associações de bairro, creches, escolas, etc. É interessante notar a sugestão da criação de áreas de lazer no bairro, como também de atividades atrativas para os jovens da comunidade para evitar que sua ociosidade e falta de perspectiva se transforme em violência. O bairro Rubem Berta tem as áreas que eram reservadas para serem públicas (praças públicas e calçadas) repletas de residências precárias, o que impediu que se mantivesse um planejamento a respeito. No entanto, com o Projeto Escola Aberta (que se propõe a usar os espaços físicos das escolas estaduais nos finais de semana, oferecendo atividades desportivas, artísticas e socioculturais aos jovens e à comunidade), proposto pela Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SEC, 2005), juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a estrutura da maior escola local fica acessível aos moradores (embora, na época da entrevista, ainda faltassem alguns instrutores e material para entretenimento na escola, responsabilidade que a AMORB tomou para si). Também há oficinas de leitura, escolinhas de capoeira e outras no Serviço de Atendimento Socioeducativo (SASE) da AMORB, embora este seja voltado apenas a crianças de 7 a 14 anos de idade.

No bairro Moinhos de Vento parecem estar aumentando muito os assaltos à noite, quando os frequentadores de bares e restaurantes vão buscar seus veículos estacionados em alguma rua do bairro. Esses estabelecimentos investiram em segurança privada no intuito de tentar evitar que a violência chegue até eles, que mantêm mesas para os clientes nas calçadas de algumas ruas, situação impensável em muitos bairros de Porto Alegre. A prefeitura também tomou uma atitude em relação aos roubos ocorridos no bairro ao instalar pelo menos uma câmera na Avenida 24 de Outubro, próximo ao Parcão (um dos pontos mais visados do bairro, além de ser grande a circulação de pessoas e automóveis).

Quanto à questão relativa ao direito de escolha referente a casar e a ter filhos, o bairro Rubem Berta apresenta um problema de educação e de informação das pessoas, o que impede que tenham plena consciência para o exercício do direito de escolha de ter ou não ter filhos, e em que quantidade. Muitas famílias são compostas por uma grande quantidade de filhos e, geralmente, são estas famílias as mais pobres do bairro, tanto no que se refere a recursos econômicos quanto no que se refere à informação. O planejamento familiar é algo que funciona de maneira precária no bairro: somente quem tem informações a respeito das opções de métodos contraceptivos pode se comprometer a tomar os cuidados necessários. Em relação a esse tema, a AMORB, por sua vez, repassa a responsabilidade ao Estado (diferentemente do que faz em relação à questão da nutrição, oferecendo cursos à comunidade), entendendo que é papel deste oferecer informação e educação sobre planejamento familiar às pessoas.

No bairro Moinhos de Vento, a questão se reflete em outro sentido. Isto é, houve pelo menos um relato que fez referência ao interesse de muitas famílias para que seus membros solteiros se casem da maneira convencional, evitando uniões apenas eventuais. Além disso, também foi revelado certo preconceito étnico e financeiro na escolha dos parceiros de casamento. Sabe-se que há famílias no bairro Moinhos de Vento com razoável patrimônio, obtido pelo próprio trabalho ou por herança de família. Entende-se que o receio de que esse patrimônio possa ser dilapidado por alguém pode fazer com que muitos pensem em se prevenir, cercando-se de certa segurança (e mesmo de preconceitos). Daí o interesse num provável contrato de casamento evitando qualquer futuro aborrecimento. Ademais, o preconceito contra pessoas de etnias ou de condições econômicas diferentes pode refletir a necessidade social de muitos em manter as aparências, unindo pessoas com educação e gostos semelhantes. Em relação ao planejamento familiar, foi colocado que muitos casais tiveram seus filhos de acordo com suas possibilidades de sustento enquanto outros não fizeram

planejamento pelo menos em parte, não sendo esta uma questão que desencadeie maiores reflexões em comparação com o problema existente no bairro Rubem Berta.

Quanto a casais homossexuais, não se percebe muita informação por parte dos entrevistados, sendo que falta, por vezes, seriedade ao considerá-los. Poucos entrevistados foram os que se manifestaram a respeito e, quando o fizeram, retrataram seus próprios universos pessoais de crenças e valores, criação familiar e ambiente cultural, enxergando os homossexuais como iguais ou como uma afronta ao convencional, não sendo as respostas muito diferentes das obtidas no bairro Rubem Berta ou que provavelmente se poderia encontrar estudando outras áreas de Porto Alegre.

d) Capacitação: Sentidos, Imaginação e Pensamento

Foram elaboradas três questões para as entrevistas:

- 7) *As crianças e os adultos do seu bairro têm acesso a atividades educativas, criativas, e culturais (escola, centro esportivo ou de lazer, oficinas de leitura, trabalhos manuais, música, informática, cinema, teatro, etc.)?*
- 8) *As pessoas do seu bairro têm liberdade para praticar qualquer religião, sem preconceitos?*
- 9) *As pessoas do seu bairro têm liberdade de expressão, sem a influência de qualquer grupo (gângues, famílias importantes no bairro, grupos de influência, etc.)?*

QUADRO 05 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Sentidos, Imaginação e Pensamento)

BAIRRO RUBEM BERTA	BAIRRO MOINHOS DE VENTO
<p>Questão 7</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há muito poucas opções dentro dos limites do bairro, e pouco acesso fora deles; - Não há praças no bairro, apenas nos arredores; - Como alternativas, podem-se apontar as três festas anuais organizadas pela AMORB (Páscoa, Dia das Crianças e Natal), creches para as crianças, escola, e cursos da AMORB para os adultos (a maioria visando ao trabalho), além de um grupo de idosos que realiza trabalhos manuais na associação; - As creches do bairro não conseguem suprir a demanda de crianças; - O SASE oferece escolinhas variadas para as crianças de 7 a 14 anos; 	<p>Questão 7</p> <ul style="list-style-type: none"> - São apontadas diversas opções no bairro, além do acesso às opções de fora dele; - Clubes e associações (de fora ou de dentro do bairro) são apontados, com seus jantares, atividades culturais e esportivas (embora não sejam frequentados exclusivamente pelos moradores do bairro Moinhos de Vento); - Escolas (particular e pública), creches, cursos de línguas, informática, música, <i>shopping center</i>, centros comerciais, cinema, teatro, galerias de arte e o Parcão são algumas alternativas encontradas no bairro; - O Parcão se apresenta como uma opção à parte, por conter uma biblioteca, oferecer aulas de yoga,

<ul style="list-style-type: none"> - Há um curso pré-vestibular gratuito e o projeto Escola Aberta, que possibilita a utilização da estrutura da escola fora do período de aulas; - Parece haver ainda menos opções para a faixa de 15 a 20 anos de idade do que para as outras faixas etárias no bairro; - A AMORB é a maior responsável pela oferta de opções educativas, criativas e culturais para todas as faixas etárias no bairro. 	<p>acesso à internet, recreação e espaço para a prática de esportes.</p>
<p>Questão 8</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não existem críticas ou preconceito explícitos contra a prática de qualquer religião no bairro; - Imagina-se que alguns moradores do bairro ainda devam olhar algumas religiões com maus olhos, mas a tendência é o respeito a todas elas; - Há templos e igrejas de muitas religiões diferentes no bairro. 	<p>Questão 8</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há uma grande diversidade religiosa no bairro, embora a maioria ainda se entenda como católica; - Acreditam que o bairro já teria sido mais religioso, e especificamente mais católico; - Não há qualquer igreja católica no bairro; - Há marcas do protestantismo no bairro, decorrente de descendentes alemães que se estabeleceram na região no passado (o Hospital Moinhos de Vento, que se encontra nas proximidades do bairro, teve seu início marcado por religiosos protestantes); - Já existiu na região (hoje, bairro Independência) um templo religioso africano.
<p>Questão 9</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dado o tamanho do bairro e a existência de muitas vilas dentro dele, existem pessoas que sentem receio em expressar algo que viram ou que ouviram (medo de represálias) e existem aquelas que falam sem receio algum; - Há registro de ter ocorrido toque de recolher, partido de um grupo criminoso no bairro (no entanto, parece ter sido falso, apesar de, na época, as pessoas terem acreditado); - Acreditam que falte incentivo e veículos para as pessoas do bairro se expressarem livremente; - Há influência de comportamento de grupos sobre os jovens, influências inofensivas e más. 	<p>Questão 9</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os moradores do bairro têm total liberdade de expressão; - Exceto os lojistas (que na maioria não moram no bairro) hesitam em exprimir alguma opinião mais forte com receio de perder clientela; - A liberdade de expressão foi o que marcou o início da associação do bairro, para defenderem algumas casas antigas da demolição; - O exercício da liberdade de expressão não é encarado seriamente por muitas pessoas, embora todas tenham acesso a oportunidades para se manifestar; - Alguns grupos no bairro tendem a um mesmo posicionamento, isto é, evitar tumultos e qualquer tipo de aborrecimento. Acredita-se que a Moinhos Vive deseje justamente evitar que esse tipo de atitude ainda prevaleça no bairro. - Fala-se mesmo em cinismo em relação ao exercício da liberdade de expressão, que seria tolhida pela educação, ao se tratar de temas tabus, embora essa opinião não seja compartilhada pelos outros entrevistados.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado nas entrevistas, observação e documentos coletados.

Constitui um grande problema no bairro Rubem Berta a falta de acesso a opções de atividades culturais e criativas. Alternativas educativas se resumem à escola nos moldes

tradicionais. E as creches não dão conta da fila de espera de crianças cadastradas para futuras vagas. Não há sequer praças públicas dentro do bairro, como uma opção de local para a realização de alguma atividade nesse sentido. O deslocamento para outros bairros em Porto Alegre, muitas vezes, é difícil. Nas entrevistas, mais de uma vez se fez referência ao Passe Livre (um domingo ou feriado do mês em que não se paga passagem nos ônibus de Porto Alegre), quando muitas pessoas de poucas condições econômicas lotam os ônibus, como única chance de buscar lazer sem estourar seus orçamentos. Muitos moradores do bairro chegam a ser contra o Passe Livre, porque afirmam ser impossível pegar ônibus nesse dia, tão cheias de passageiros saem as conduções.

A AMORB é a grande responsável por ofertar opções educativas e culturais a todas as faixas etárias no bairro. Apenas para os adolescentes de 15 a 20 anos de idade, as alternativas da AMORB não parecem ser muito condizentes com os interesses dos jovens (há algumas escolinhas de interesse mais lúdico para crianças e cursos voltados à profissionalização). O Projeto Escola Aberta e o pré-vestibular gratuito vêm ao encontro dessas necessidades. Quanto à situação no bairro Moinhos de Vento, há tantas alternativas que muitos moradores dizem nem precisar sair do bairro ou da região para desfrutar de diferentes opções, embora todos também tenham condições econômicas para sair do bairro se desejarem. Diferentemente do que ocorre no bairro Rubem Berta, A Moinhos Vive não tem qualquer participação na oferta de alternativas culturais ou educativas no bairro Moinhos de Vento.

Em relação à prática religiosa, nenhum dos bairros oferece qualquer tipo de restrição. Parece haver uma variedade de opções de igrejas e templos em ambas as regiões. Apenas no bairro Rubem Berta lembra-se que ainda deva existir algum tipo de discriminação contra alguns tipos de seitas ou religiões, mas nada que afete o tratamento de seus seguidores, sendo o respeito a tendência geral.

Relativamente à liberdade de expressão, o bairro Rubem Berta já sofreu e ainda sofre alguns entraves. Num passado recente, há registro de ter havido toque de recolher por parte de um grupo criminoso do bairro. Mesmo que não tenha sido verdadeiro, como relatado por um dos entrevistados, o fato é que os moradores acreditaram ser verdade e obedeceram, temendo qualquer tipo de retaliação. Ainda hoje há pessoas que, com receio de afrontar algum delinqüente, finge esquecer que viu ou ouviu algo que possa incriminá-lo, o que remete à grave situação da violência em muitas partes do bairro (como já colocado, o bairro é

composto por muitas vilas). No entanto, há outras pessoas que nada temem e se expressam livremente.

Existindo a liberdade de expressão, faltam veículos locais para as pessoas exercitarem esse direito. O Jornal do Rubi (editado pela AMORB, com informações do bairro e sobre a Feira do Rubi, que comercializa seus produtos por reais e pela moeda local Rubi), por exemplo, teve apenas uma tiragem em março de 2005 mas já se pensa em retomá-lo para dar voz à comunidade do bairro. No bairro Moinhos de Vento parece ter sido a liberdade de expressão (além de outros fatores, obviamente) que mobilizou as pessoas do bairro em prol da conservação de algumas casas antigas que seriam demolidas para dar espaço a uma nova construção.

No entanto, há queixas de membros da Moinhos Vive em relação ao descaso com que é encarado o exercício da liberdade de expressão por muitas pessoas no bairro, em vista da pouca participação em casos em que a manifestação da comunidade seria fundamental. Sendo ainda uma associação de bairro bastante nova, seu objetivo ainda é o de agregar associados ao seu movimento de modo a combater esse posicionamento dos moradores, que pretendem evitar quaisquer tumultos e aborrecimentos pela via da omissão. Por fim, uma opinião divergente da maioria dos entrevistados mas que traz elementos para pensar comparativamente os dois bairros: a questão de que a educação inibiria a liberdade de expressão em algum sentido, na medida em que as atitudes passariam a ser mais refletidas e, conseqüentemente, menos espontâneas, porém envolvidas num ambiente de maior respeito pelo próximo.

e) Capacitação: Emoções

Foi elaborada uma questão para as entrevistas:

10) *Existem fortes relações familiares ou de amizade entre as pessoas do seu bairro?*

QUADRO 06 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Emoções)

BAIRRO RUBEM BERTA	BAIRRO MOINHOS DE VENTO
<p>Questão 10</p> <p>- Há falta de interação entre os moradores por não existirem áreas de convívio (como praças) no bairro;</p> <p>- Existem muitos relacionamentos pautados pela</p>	<p>Questão 10</p> <p>- Apontam-se amizades não muito profundas no bairro, mais baseadas na companhia em eventos sociais;</p> <p>- Por outro lado, também se acredita que existam</p>

<p>necessidade (amizade por interesse momentâneo);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Também há muitas famílias desagregadas no bairro, o que pode acarretar outros problemas na comunidade; - As pessoas costumam ser mais socorridas pelos vizinhos do que por seus parentes; - Dada a extensão do bairro e as diferentes condições em que habitam muitas famílias, nenhuma das afirmações acima podem ser generalizadas. 	<p>laços fortes de afeto entre amigos e familiares, embora muitas famílias já não permaneçam sob um mesmo teto quanto antigamente;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não há o costume de união comunitária no bairro; - Não se pode generalizar as percepções colhidas acima, pois percebeu-se entendimentos diferentes por parte dos entrevistados.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora, baseado nas entrevistas, observação e documentos coletados.

Ambos os bairros não apresentam graves problemas no que se refere às relações familiares ou de amizade, visto que as entrevistas trouxeram dados díspares, que não representam o todo de suas comunidades. Embora no bairro Rubem Berta se faça referência às poucas chances de convívio entre os moradores, foi colocado mais de uma vez que os vizinhos são os primeiros a se socorrer em caso de necessidade, antes mesmo dos familiares. Há também muitas famílias necessitadas no bairro e que contam com o apoio de seus vizinhos como também da AMORB, mas nem por isso o relacionamento fica restrito às necessidades.

Talvez o que sirva de alerta seja o processo de destruturação de muitas famílias da comunidade, podendo acarretar outros problemas para as famílias e para a região como um todo (desemprego, violência, consumo e venda de drogas, envolvimento com o crime em geral). No bairro Moinhos de Vento os entrevistados também divergem nas respostas. Quando se afirma que não há o costume de união comunitária no bairro, expõe-se ao mesmo tempo uma fantasia em relação à vida no interior e na periferia, onde reinaria a solidariedade e um espírito de grupo. No entanto, não é exatamente o que se percebe em relação ao bairro Rubem Berta. Lá, tanto quanto no bairro Moinhos de Vento, não se pode generalizar os tipos de relacionamentos encontrados com base nas respostas às entrevistas, e mesmo na observação em visitas aos bairros.

f) Capacitação: Razão Prática

Foi elaborada uma questão para as entrevistas:

11) *É possível notar planejamento e organização nas pessoas do seu bairro, isto é, as pessoas lutam por seus objetivos?*

QUADRO 07 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Razão Prática)

BAIRRO RUBEM BERTA	BAIRRO MOINHOS DE VENTO
<p>Questão 11</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há mobilização individual apenas se algo atingir cada morador mais diretamente; - Afora essa situação, num sentido de grupo, a organização ocorre apenas se alguém os impulsionar; - Geralmente a AMORB estimula os moradores a realizarem algo pela comunidade, porque as atitudes não costumam partir isoladamente de ninguém; - Essa falta de iniciativa individual poderia ser justificada por uma falta de perspectiva, a falta de um objetivo maior além de suprir as necessidades mais básicas de si e de sua família; - Percebe-se um início de organização e de planejamento a partir das lideranças comunitárias. Compreendem que não necessitam esperar pelas ações governamentais e que podem promover ações em prol da sua comunidade. 	<p>Questão 11</p> <ul style="list-style-type: none"> - Muitos têm como objetivo principal proporcionar as melhores condições de desenvolvimento pessoal para seus filhos, embora isso tenha como condição a situação econômica das famílias; - Reações são mais freqüentes que ações planejadas; - Há também evidências de que surge um movimento individual em direção à associação do bairro: o número de associados cresceu muito desde seu início e muitos têm comparecido às reuniões; - Havendo uma ocorrência que preocupe os moradores, costumam procurar a Moinhos Vive ou o conselho de moradores (não há planejamento individual em relação ao bairro); - Acredita-se que as pessoas do bairro estejam entre as que mais se organizam em Porto Alegre.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado nas entrevistas, observação e documentos coletados.

Nesse quesito, ambos os bairros são bem parecidos: não se nota muita organização ou planejamento entre os moradores. Tanto a AMORB quando a Moinhos Vive desempenham um papel fundamental no sentido de impelir seus membros associados a atividades de organização e planejamento necessários à vida em comunidade. Talvez essa atitude se explique em decorrência da motivação pela qual ambas as associações foram criadas: a partir de seus problemas comunitários (no Rubem Berta, em decorrência da ocupação dos blocos residenciais da COHAB e de problemas de infra-estrutura na região, e no Moinhos de Vento em decorrência da tentativa de derrubada de algumas casas antigas da Rua Luciana de Abreu), e não a partir de um planejamento quanto às futuras demandas de seus bairros.

Afora essa semelhança básica, muitos moradores do bairro Rubem Berta talvez não se organizem ou planejem suas vidas por um problema sério na comunidade: a falta de perspectivas quanto ao futuro. O bairro Rubem Berta é um dos tantos bairros de periferia de Porto Alegre. Apesar de muitos trabalharem (por mais simples que sejam suas atividades), muitos outros estão desempregados ou não vêem a possibilidade de entrar no mercado de trabalho (o provável caso de muitos jovens). As próprias condições de vida, que muitas vezes não permitem gastos além do suprimento das simples necessidades básicas das famílias, principalmente a alimentação, limita a capacidade de sonho daqueles moradores.

Mesmo sem perceber, a AMORB provavelmente auxiliou no resgate da auto-estima dessas pessoas no momento em que permite que elas tenham consciência de que têm capacidade para promover mudanças em sua comunidade, melhorando o lugar onde vivem sem a necessidade de esperar por decisões e ações governamentais. No bairro Moinhos de Vento a associação do bairro surgiu mais tarde (em 2002), pois até então o conselho de moradores do bairro resolvia as pequenas ocorrências. Lá a questão principal é a acomodação dos moradores, apesar do bairro ser, sabidamente, um dos mais politizados de Porto Alegre. Uma provável tendência maior ao individualismo e a falta de graves problemas no bairro até há pouco tempo (afora a recente questão da tentativa de derrubada de algumas casas antigas e da discussão em torno do novo plano diretor de Porto Alegre) talvez tenha provocado esse tipo de comportamento. Entretanto, há a tendência clara de uma mudança recente nesse perfil, seja ela decorrente de uma maior mobilização da Moinhos Vive, ou decorrente de uma maior conscientização dos moradores para com os problemas que são de responsabilidade de todos no bairro.

g) Capacitação: Afiliação

Foram elaboradas duas questões para as entrevistas:

12) Existe interação entre os habitantes do seu bairro (ajuda comunitária, mutirões, doações, atividades em grupo, festas, etc.)?

13) É possível notar auto-respeito e aceitação do diferente, sem discriminação no seu bairro (deficientes físicos, homossexuais e lésbicas, negros, mulheres, idosos, etc.)?

QUADRO 08 – Análise interpretativa conjunta dos bairros Rubem Berta e Moinhos de Vento (Capacitação: Afiliação)

BAIRRO RUBEM BERTA	BAIRRO MOINHOS DE VENTO
<p>Questão 12</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quando há uma solicitação de ajuda, os moradores do bairro costumam atender ao pedido; - Na maioria das vezes, se não há solicitação de ajuda comunitária, os moradores não se mostram voluntários; - Existe interação entre a AMORB e as associações de muitas vilas do bairro; - Muitos se organizam em conjunto tanto para diversão quanto para ajudar ao próximo; - Não se pode generalizar as respostas para todo o 	<p>Questão 12</p> <ul style="list-style-type: none"> - Muitas pessoas se unem para realizar festas entre vizinhos, mas de forma esporádica; - Há pessoas engajadas em causas sociais no bairro, mas não é uma situação generalizável; - Há membros da Moinhos Vive que participam de outras associações, seja dentro do próprio bairro ou nas proximidades; - Quando se solicita o auxílio da população local, apenas uma parte atende ao chamado; - A interação entre os habitantes do bairro não é algo que possa ser generalizado.

bairro, haja vista a contradição entre alguns entrevistados.	
<p>Questão 13</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entende-se que, embora ainda se note discriminação, o respeito e a aceitação pelo diferente progrediram muito e parecem ser a tendência; - Há um registro de que o homossexual não respeitaria a si mesmo, o que poderia desencadear mais preconceito; - O deficiente físico sofre as conseqüências da inexistência de rampas em locais públicos, e até mesmo na maior escola pública local. 	<p>Questão 13</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não se nega a existência de discriminação no bairro, embora se afirme que ela se mostra contida, até mesmo pela educação de boa parte das pessoas; - A prefeitura é citada em decorrência da falta de rampas para deficientes físicos como também pela necessidade de repintura de faixas de segurança visando a auxiliar os idosos; - Os comerciantes locais também são lembrados por não proporcionarem espaço para circulação de deficientes físicos e pessoas com carrinhos de bebê; - Os comerciantes discriminam, de certa maneira, grande parte dos moradores do bairro ao promoverem festas com som alto e estacionamento dentro de regiões residenciais, ocasionando poluição sonora ao longo das madrugadas, com possibilidade de haver convivência por parte da prefeitura; - Entende-se que a eventual discriminação no bairro não se coaduna especificamente com a região, mas com o tipo de formação cultural, costumes familiares e religiosos de seus moradores.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado nas entrevistas, observação e documentos coletados.

Em relação à interação dos moradores, seja visando a causas sociais ou ao divertimento, ambos os bairros apresentam uma situação semelhante. Enquanto um pequeno grupo participa ativamente das questões do bairro, realizando feitos relevantes para a região em que vivem (no bairro Rubem Berta, a AMORB realiza uma intermediação importante entre a comunidade e a prefeitura, e mesmo executa atividades sem qualquer auxílio governamental; no bairro Moinhos de Vento, a Moinhos Vive tenta evitar a descaracterização do bairro), a outra parte não se mostra estimulada a participar dessas atividades. A exceção são aqueles que, ao ser solicitada sua participação, reagem momentaneamente, prestando auxílio. Passada a atividade, no entanto, retornam à situação anterior de apatia no que tange a assuntos da comunidade em ambas as regiões. O papel das associações dos bairros aqui estudados tem sido o de somar membros para suas causas comunitárias e aumentar sua força de representação junto ao poder municipal para atuar em prol de causas locais. Percebe-se já alguma mudança de atitude por parte de muitos moradores no sentido de uma maior interação visando ao bem comum e não somente ao bem individual.

Quanto à discriminação no bairro Rubem Berta, o respeito pelo próximo parece ser o caminho natural para a maioria dos moradores. A falta de auto-respeito relativamente ao homossexual foi apontada brevemente como um fator responsável pela geração de mais discriminação contra esse grupo no bairro, embora nada tenha sido mencionado por outros moradores locais. Já no bairro Moinhos de Vento, afirma-se a existência de uma discriminação velada, até por uma questão de educação dos moradores.

O poder público também tem sua parcela de responsabilidade no que se refere à inclusão na sociedade de grupos minoritários. Os deficientes físicos, por exemplo, parecem não ter o direito de ir e vir muito respeitado em ambos os bairros, pois a inexistência de rampas de acesso nas calçadas é muito comum. Nesse mesmo sentido, solicita-se freqüentemente a repintura das faixas de segurança no bairro Moinhos de Vento, para que os idosos possam circular pelas ruas de forma mais segura.

Muitos dos moradores também afirmam sentir-se discriminados por parte do poder público porque dizem que este não coloca a atenção devida a seus clamores em proveito dos interesses dos donos de estabelecimentos comerciais da região (o que ocasionaria barulho já tarde da noite, aumento de crimes com a venda de bebida alcoólica depois da meia-noite, etc.). Também os comerciantes da Rua Padre Chagas (a conhecida “calçada da fama”) parecem excluir do convívio em seus cafés e restaurantes os deficientes físicos com cadeiras de rodas e pessoas com carrinhos de bebê (dentre outras possibilidades, talvez mesmo os obesos) porque o estreito caminho liberado para os pedestres se confunde com o espaço reservado para as mesas nas calçadas, todas bastante próximas umas das outras como também do próprio restaurante, e com o espaço de circulação dos garçons que atendem a estes espaços de alimentação e lazer.

Como resultado de observação casual, percebeu-se que negros e deficientes físicos costumam ser presenças raras no bairro Moinhos de Vento. Essa foi uma das justificativas